



Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra

É uma entidade de classe, representativa de mais de 4.000 (quatro mil) juízes do trabalho em todo o Brasil, fundada em 28 de setembro de 1976, completando quarenta anos em 2016. Atua de forma coordenada com as Amatras (associações regionais de juízes do trabalho) e tem como principais objetivos defender as prerrogativas dos magistrados e zelar pelo prestígio da Justiça e do Direito do Trabalho, cuja disciplina é matéria-prima do conhecimento de seus magistrados.

Endereço: SHS Qd. 06, Bloco E, Conj. A, Salas 602/608 – Ed. Business Center Park Brasil 21
Bairro: Asa Sul
Cidade: Brasília/DF
CEP: 70316-000

Telefax: (61) 3322-0266

Site: www.anamatra.org.br



“A grande importância do TJC é semear a consciência cidadã em novos espaços”.
(Carlos Gomes, professor de Filosofia)

“O programa me fez entender que faço parte de algo muito maior, que inclui outras vidas e que, cumprindo os meus deveres como cidadão, não estou cuidando só de mim, mas também do meu semelhante”.
(Gustavo de Oliveira Andrade, estudante)

Realização



Patrocínio



MEMÓRIAS EM CRIAÇÃO



MEMÓRIAS EM CRIAÇÃO

A história e as conquistas do TJC



Criado em 2004, o programa Trabalho, Justiça e Cidadania é uma iniciativa da Anamatra voltada à construção da cidadania. É fruto da constatação da necessidade de conhecimento pelos cidadãos dos direitos básicos garantidos na Constituição Federal, assim como dos direitos específicos dos trabalhadores e dos meios de acesso à Justiça. Desde a sua criação, já atingiu mais de 100 mil estudantes, jovens e trabalhadores em 21 Estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Entre as ações realizadas, o programa possibilita a visita dos alunos ao Poder Judiciário e a realização de culminâncias com a apresentação de esquetes criados pelos alunos com o acompanhamento de professores e magistrados.

A Cartilha do Trabalhador é o seu principal instrumento de aplicação. Elaborada em linguagem simples e atrativa, permite ensinar direitos e deveres do cidadão, assim como o funcionamento da Justiça do Trabalho.

MEMÓRIAS EM CRIAÇÃO

Gustavo Di Angellis da Silva Alves

MEMÓRIAS EM CRIAÇÃO

A história e as conquistas do TJC

1ª edição

Brasília

Editora Rede

2016



Trabalho, Justiça e Cidadania



ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

APRESENTAÇÃO

Germano Silveira de Siqueira

PREFÁCIO

Noemia Aparecida Garcia Porto

TEXTOS, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gustavo Di Angellis da Silva Alves

COLABORAÇÃO E REVISÃO

Gilbert Di Angellis da Silva Alves

FOTOGRAFIAS

Acervo institucional da Anamatra

COORDENAÇÃO NACIONAL DO TJC

Eliete da Silva Telles (Amatra 1/RJ)

COMISSÃO NACIONAL DO TJC:

Noemia Aparecida Garcia Porto (Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra)

Eliete da Silva Telles (Amatra 1/RJ)

Márcio Lima do Amaral (Amatra 4/RS)

Maria Zuíla Lima Dutra (Amatra 8/PA e AP)

Rosemeire Lopes Fernandes (Amatra 5/BA)

Sandra Miguel Abou Assali Bertelli (Amatra 2/SP)

SUPLENTES:

Benimar Ramos de Medeiros Marins (Amatra 1/RJ)

Carmen Richlin (Amatra 6/PE)

Cristiane Montenegro Rondelli (Amatra 15/Campinas e Região)

Kelly Cristina Diniz Porto (Amatra 7/CE)

REALIZAÇÃO

Programa Trabalho Justiça e Cidadania – TJC

Anamatra

PATROCÍNIO

Ipiranga

DIRETORIA BIÊNIO 2015/2017

Presidente: Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7)

Vice-presidente: Guilherme Guimarães Feliciano (Amatra 15)

Secretária-Geral: Ana Cláudia Scavuzzi de Carvalho

Magno Baptista (Amatra 5)

Diretor Administrativo: Paulo da Cunha Boal (Amatra 9)

Diretor Financeiro: Valter Souza Pugliesi (Amatra 19)

Diretora de Comunicação Social: Áurea Regina de Souza Sampaio (Amatra 1)

Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos: Maria Rita

Manzarra de Moura Garcia (Amatra 21)

Diretor de Assuntos Legislativos: Luiz Antonio Colussi (Amatra 4)

Diretora de Formação e Cultura: Silvana Abramo

Margherito Ariano (Amatra 2)

Diretora de Eventos e Convênios: Anna Carolina Marques Gontijo (Amatra 3)

Diretor de Informática: Rafael Val Nogueira (Amatra 6)

Diretora de Aposentados: Virgínia Lúcia de Sá Bahia

(Amatra 6)

Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: Noemia

Aparecida Garcia Porto (Amatra 10)

CONSELHO FISCAL:

Titulares:

Narbal Antonio de Mendonça Fileti (Amatra 12)

Vitor Leandro Yamada (Amatra 14)

Boris Luiz Cardoso de Souza (Amatra 24)

Suplente:

Adriano Mesquita Dantas (Amatra 13)



EDITORA REDE – Publicações Jurídicas – Brasília – DF
CNPJ n.º 07.888.752/0001-80

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A474m

Alves, Gustavo Di Angellis da Silva.

Memórias em criação: a história e as conquistas do TJC /

Gustavo Di Angellis da Silva Alves. – Brasília (DF):

Editora Rede, 2016.

216 p. : il. ; 29,7 x 23 cm

1. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Brasil) - História. 2. Justiça do trabalho - Brasil - História. I. Título.

CDD-344

SUMÁRIO

Apresentação	9
O que é o TJC?	11
Prefácio	13
Introdução	15
Como tudo começou	21
Via de mão dupla	29
Pela cidadania	33
Um novo Judiciário	34
A expansão pelo país	40
A legitimação da magistratura	47
Por que vocês acreditam na gente?	53
Diante de cidadãos que não conheciam os seus direitos	54
As culminâncias: expressão dos direitos pela arte	56
Desejo de mudança permanente	58
Uma realidade distante	60
Descobrimo e se envolvendo	62
Dificuldades superadas no Norte	65
Uma juíza completa	66
Dificuldades superadas no Sul	69
Representatividade em Pernambuco	70
Trabalho infantil	72
Trabalho doméstico	88
Segurança e saúde	94
O TJC e o programa Trabalho Seguro	98
Reconhecimento e valorização	100
O profissional por trás dos quadrinhos	103
Criação dos personagens	104
Poder de transformação	111
Semear conhecimento e cidadania	114
Ensinar o direito e aprender sobre a vida	116
Educação transformadora	120
Mudanças que inspiram	124
Montando o quebra-cabeça: entrevista e galeria de fotos	130
Memórias em criação	213

Apresentação

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra – é uma entidade de classe, representativa de mais de 4.000 (quatro mil) juízes do trabalho em todo o Brasil, fundada em 28 de setembro de 1976, completando quarenta anos em 2016. Atua de forma coordenada com as Amatras (associações regionais de juízes do trabalho) e tem como principais objetivos defender as prerrogativas dos magistrados e zelar pelo prestígio da Justiça e do Direito do Trabalho, cuja disciplina é matéria-prima do conhecimento de seus magistrados.

Durante esses anos a Anamatra tem atuado fortemente para aprimorar a estrutura da Justiça do Trabalho, buscando também assegurar aos seus magistrados a necessária independência para o exercício das relevantes funções que exercem.

Lidar com os direitos sociais, de outro modo, faz do juiz do trabalho sujeito objetivamente envolvido com a desigualdade social, razão existencial da disciplina que aplica e motivo do envolvimento de tantos colegas com o vitorioso programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC).

A Anamatra, portanto, como todos os colegas que vivem intensamente o programa Trabalho Justiça e Cidadania, tem procurado espelhar o Direito do Trabalho em sua essência, sendo instrumento contra o desequilíbrio social. Nem mais, nem menos.

Germano Silveira de Siqueira
Presidente da Anamatra

Abril de 2016

O que é o TJC?

Uma explicação institucional

Criado em 2004, o programa Trabalho, Justiça e Cidadania é uma iniciativa da Anamatra voltada à construção da cidadania. É fruto da constatação da necessidade de conhecimento pelos cidadãos dos direitos básicos garantidos na Constituição Federal, assim como dos direitos específicos dos trabalhadores e dos meios de acesso à Justiça. Desde a sua criação, já atingiu mais de 100 mil estudantes, jovens e trabalhadores em 21 Estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Por meio do programa, realizado nas regiões pelas Amatras, magistrados do Trabalho em parceria com professores do ensino fundamental e médio, membros do Ministério Público, advogados, professores de Direito e servidores do Judiciário, semeiam

noções básicas de direitos fundamentais, Direito do Trabalho, Direitos da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, Direito Penal, Ética e Cidadania nas escolas, especialmente as públicas, de diversos estados e municípios.

Entre as ações realizadas, o programa possibilita a visita dos alunos ao Poder Judiciário e a realização de culminâncias com a apresentação de esquetes criados pelos alunos com o acompanhamento de professores e magistrados.

A Cartilha do Trabalhador é o seu principal instrumento de aplicação. Elaborada em linguagem simples e atrativa, permite ensinar direitos e deveres do cidadão, assim como o funcionamento da Justiça do Trabalho.

Prefácio

Perceber o movimento construtivo de uma ideia. Embora não se possa afirmar, peremptoriamente, que tenha sido essa a finalidade estabelecida pelos dirigentes associativos que pensaram na possibilidade de um livro sobre o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) da Anamatra, certamente foi ela que ganhou corpo durante o percurso de realização desta obra.

Como narrar uma história de mais de dez anos? Contá-la a partir de qual perspectiva? O que ressaltar? Que estilo adotar? Essas se revelaram, inicialmente, questões cruciais. Certamente não foram resolvidas de forma completa ou exaustiva. Para tanto, seriam necessários muitos livros porque o TJC não encerra uma história única ou uma experiência linear ou, ainda, uma versão homogênea.

A opção que se colocou como possível foi a de manter aberta a narrativa, o quanto possível, incorporando visões e experiências diversas dentro de um tempo que avança de maneira dinâmica. Trata-se de um “livro-em-movimento”, proposta essa que pareceu mais adequada do que edificar um monumento pronto e acabado.

Como programa voltado aos desafios complexos presentes na construção da cidadania, o TJC encontra, na experiência concreta das pessoas, a sua fortaleza. São elas: magistrados, professores, alunos, trabalhadores, servidores do Judiciário, voluntários, membros

do Ministério Público, advogados, etc. Por envolver uma diversidade de perspectivas, falar sobre a experiência viva do TJC não seria fácil. Optou-se por realizar essa observação a partir de um espectador externo.

Gustavo Di Angelis da Silva Alves trouxe esse “olhar de fora”, na condição de jornalista e de jurista. Sua experiência, entre 2006 e 2010, junto ao grupo de pesquisa da Universidade de Brasília, Sociedade, Tempo e Direito, que organizava e produzia o Observatório da Constituição e da Cidadania, foi decisiva. Tal como no Observatório, o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania mostra a necessidade de se ir além do direito e dos próprios juristas. O discurso do direito deve se mostrar plural, coletivo, acessível, qualidades indispensáveis para a construção da cidadania. Em outras palavras: o direito deve fazer sentido, antes de tudo, para o conjunto dos cidadãos. O desafio do TJC é justamente provocar os seus participantes a serem atores, e não simples destinatários, dos direitos.

A história a seguir é, portanto, sobre o compromisso da magistratura do trabalho com os direitos sociais e com o exercício da cidadania.

Noemia Porto
Diretoria de Cidadania e Direitos
Humanos da Anamatra – 2015/2017

Abril de 2016

Introdução

“A educação é um processo social, é desenvolvimento.
Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

(John Dewey)

Quando recebi o desafio de narrar a história do TJC – Trabalho, Justiça e Cidadania – eu não tinha ideia da dimensão e da importância desse programa, que é desenvolvido pela Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Até então eu só sabia que magistrados estavam realizando algum tipo de trabalho social com crianças e adolescentes com o objetivo de difundir direitos fundamentais dos cidadãos e noções básicas de Direito do Trabalho. A relevância da atuação se enquadra nos alarmantes cenários registrados no Brasil com relação, por exemplo, ao trabalho infantil, ao trabalho escravo e à segurança no trabalho, que são alguns dos temas abordados no programa. Mas como o TJC foi construído? De onde surgiu a ideia? Qual era o objetivo dos magistrados? Como foi planejada a atuação? O que pretende ser esse programa no futuro? Certamente eu tinha muitas dúvidas a resolver.

Conversando com a atual diretora de cidadania e de direitos humanos da associação, Noemia Aparecida Garcia Porto, soube um pouco mais sobre o programa. “É o único me-

canismo institucionalizado, no âmbito trabalhista, que permite uma atuação que conecte o exercício da magistratura com o atendimento ao cidadão de forma diferente da tradicional lógica do conflito judicializado”.

Noemia explicou que o TJC permite a crianças e adolescentes a incorporação na vivência educacional de tema relevante que está na centralidade da vida das pessoas, inclusive no âmbito familiar, qual seja, o trabalho. “As noções de cidadania para o trabalho viabilizam a construção de uma cultura de direitos humanos sociais e pode mudar o futuro das próximas gerações”, enfatizou a também integrante da comissão nacional do programa.

Aos poucos, a partir dos esclarecimentos que Noemia me passou e conforme fui desbravando o vasto material que me foi fornecido, percebi que havia muito para ser contado, afinal são mais de dez anos desde a sua criação, com dezenas de milhares de jovens e de trabalhadores beneficiados, e presença em mais de vinte estados brasileiros e o DF. Descobri portanto uma inesgotável fonte de relatos dignos de documentários e de biografias.

“Ouvimos que dificuldades sempre existirão em nossas vidas, mas que precisamos de determinação na busca de nossos objetivos”.

(Ana Sheila de Jesus, estudante)

Nesse cenário, diante de tantas memórias, fatos, conquistas, aventuras e personagens, foi extremamente difícil decidir por onde começar a narrativa. Mas ao constatar que as pessoas (muito mais do que qualquer projeto ou resultado) são o núcleo do TJC, tive a certeza de que o livro deveria ter o mesmo foco. Assim, com a sensibilidade dedicada a captá-las, comecei a investigação.

Por onde andei, vi empolgação com o livro. Com frequência ouvi a indicação de pessoas com as quais eu deveria conversar. Entre tantas, a que mais me chamou a atenção foi Eliete Telles, pois os interlocutores sempre falavam dela com um fervor a mais na voz ou com um brilho extra no olhar: “Você precisa falar com ela, que tem muito a contar”, diziam. E aos poucos compreendi porque as memórias do TJC clamavam tanto por essa notável personagem. Mas esse é um assunto para mais adiante.

Ao conhecer o TJC me deparei com aquilo que eu tinha como ideal. Desde os tempos de colégio, mas especialmente durante o



curso de Direito, refleti muito sobre por que a escola não ensina noções jurídicas básicas. Sempre acreditei que poderíamos ter um mundo mais justo e igualitário se as pessoas aprendessem sobre direitos e deveres desde criança. É verdade que hoje temos colégios que oferecem até matérias preparatórias para concursos públicos, mas não é desse tipo de formação que estou falando. Refiro-me muito mais à construção de um cidadão do que de um candidato preparado para pleitear uma vaga no serviço público.

Eis que numa *culminância* em Belém – PA, em novembro de 2015, na Fundação Cul-



tural do Pará Tancredo Neves, vi crianças e adolescentes expondo por meio da arte aquilo que aprenderam da Constituição Federal e dos direitos do trabalhador ao longo daquele ano letivo. A princípio achei esse nome esquisito. Talvez esperasse por algo mais popular que culminância, mas hoje, conhecendo mais o TJC, não vislumbro palavra melhor para descrever o ápice do programa.

Exploração do trabalho infantil e segurança no trabalho foram alguns dos temas abordados com maturidade pelos alunos, que certamente completaram o ano escolar com uma maior e melhor perspectiva sobre o seu

papel na sociedade.

A primeira apresentação dessa culminância assisti da primeira fileira do auditório, em um assento especial que me foi reservado. Era importante que eu sentisse o evento de perto. Mas logo após o primeiro esquete, ao reparar no entusiasmo das palmas dos mais de 1.000 presentes, percebi que para captar melhor esse acontecimento eu não poderia ficar limitado à minha poltrona; passei o restante da manhã circulando pelos espaços reservados ao evento, observando um pouco de tudo. Foi assim que mesmo sem compreender ainda toda a dimensão do programa passei a



UFPR
Crescer Feliz
Trabalho não explora a juventude

UFPR
Crescer Feliz
Trabalho não explora a juventude

UFPR
Crescer Feliz
Trabalho não explora a juventude

UFPR
Crescer Feliz
Trabalho não explora a juventude

“O TJC marca a concretização pela magistratura do Trabalho de sua função social como agente de transformação da sociedade e de construção e qualificação da cidadania em nosso país”.

(Fábio Bonisson,
Amatra 17)

ter uma melhor noção do quanto ele impacta a vida dos envolvidos.

Vi naqueles jovens uma vontade de mudar o mundo à sua volta (algo que deveria ser o sonho de todo jovem). Havia também muita união e integração entre os colegas, mesmo sendo de escolas diferentes. Todos estavam ali pelo mesmo propósito. As palmas do público eram mais do que merecidas. Além dos pais e dos professores, que se mostravam bastante orgulhosos dos seus “pequenos”, era notória a emoção dos magistrados. Enquanto uns aplaudiam de pé em reconhecimento ao êxito do evento, outros enxugavam as lágrimas causadas pela emoção. Percebi neles uma sensação de missão cumprida. Restava-me compreender que missão era essa.

Foi quando comecei a notar uma conexão entre o TJC e a legitimação da magistratura. Pareceu-me que magistrados atuavam como construtores de cidadania, o que me parecia ótimo. Lembrei que sobre isso Noemia Porto, que já foi inclusive presidente da Amatra 10 (DF e TO), tinha me explicado que “o pro-

grama é fundamental para a magistratura do trabalho porque representa um processo, necessário e esperado, de legitimação do próprio juiz. A legitimidade dos juizes não se encerra com o recrutamento (concurso) e tampouco no exercício do poder que constitucionalmente lhes compete (jurisdição). No Estado Democrático de Direito, deve prevalecer o compromisso com o exercício pleno da cidadania social, o que envolve boa parcela de responsabilidade dos magistrados”.

Ela contou ainda que a partir da aliança entre sistema educacional e sistema de justiça, o TJC permitiu a construção de conhecimento sobre aspectos fundamentais à vivência social, como igualdade, liberdade, direitos dos trabalhadores, meio ambiente laboral, combate ao trabalho forçado, combate ao trabalho infantil e autonomia da organização coletiva dos trabalhadores. E esclareceu que “o conhecimento e a consciência sobre os direitos podem traçar um futuro diferente para crianças, jovens e adultos. Sem esse conhecimento há um fraco exercício de cidadania e baixo potencial reivindicatório da sociedade. A reivindicação, a luta e a conquista são essenciais. Os direitos humanos não são e nunca foram uma dádiva. Crianças, jovens e adultos conscientes de direitos e deveres no âmbito da sociedade são agentes presentes e futuros de mudança”.

Então, para compreender essa dinâmica e visualizar a dimensão do impacto do programa na sociedade, eu deveria buscar conhecer a sua origem. Recorri às memórias dos personagens envolvidos na criação.

Fiz um trabalho de garimpo como o de alguém que está a localizar peças perdidas ou separadas de um quebra-cabeça, com a intenção de montá-lo ao final. Mas, no caso, a dificuldade não estava apenas no fato de que as peças estavam espalhadas no espaço e no tempo (dispersas por todo o Brasil num período de mais de dez anos), mas também porque eu não sabia qual era a imagem que seria montada ao final. Um desafio e tanto!



Como tudo começou

“A ideia era agregar pessoas de diferentes lugares para que a nossa visão fosse bastante plural, ou seja, com diversidade de pensamentos para formar esse projeto”.

(Cláudio Mascarenhas Brandão, ministro do TST)

Ouvi de tudo um pouco ao longo desse trabalho, mas quando o assunto era a criação do programa, as vozes convergiam sempre para uma pessoa: Grijalbo Fernandes Coutinho. Por unanimidade, todos o apontavam como idealizador do TJC.

Para “tocar” esse grande plano, Grijalbo criou uma comissão, que era formada por ele, Eliete Telles, Beatriz de Lima Pereira, Gustavo Fontoura Vieira e Cláudio Mascarenhas Brandão. O programa contou também com a participação efetiva do cartunista Marcos Vaz.

No começo foi difícil para algumas Amatras a compreensão do alcance e do modo de aplicar o programa, assim como o foi a participação dos colegas nos trabalhosos passos iniciais da sua implantação. Entretanto, a Amatra 1, do Rio de Janeiro, foi uma das primeiras a apostar nesse trabalho. As Amatras 5 e 6 também apoiaram desde o início. Com isso, aos poucos, o cenário foi mudando e até mesmo onde não se acreditava no programa havia apoio interno para os colegas que ali atuavam em prol do TJC.

“O projeto ‘*Trabalho, Justiça e Cidadania*’ foi uma oportunidade única que tive para conhecer com clareza os direitos e deveres do cidadão inseridos na Constituição brasileira. É um alerta real para vivermos e participarmos dos vários segmentos da sociedade”.

(Margarida Garcia Magalhães, Recanto das Emas – DF)

Apesar das dificuldades encontradas no início, a comissão nunca se abalou. Tinha propósitos maiores em mente. Uma das grandes discussões iniciais foi a definição do público-alvo do programa e também a configuração do formato. Até então, os projetos de justiça nas escolas tinham como foco crianças de seis a oito anos. Indagavam se o TJC seguiria o mesmo caminho.

As primeiras conversas sobre o TJC tinham como objetivo desenvolver o programa para crianças da 7ª e 8ª série. Foi quando a comissão percebeu que, como o objeto principal dos envolvidos era o Direito do Trabalho, deveriam alcançar jovens em idade próxima de entrar no mercado de trabalho. Estabeleceu-se então que o público-alvo seria formado de pré-adolescentes e adolescentes, principalmente para saberem sobre a possibilidade de trabalhar em decorrência da idade e das devidas condições de trabalho. Também se imaginou contemplar os adultos que estivessem frequentando a escola (caso dos EJAs – Educação de Jovens e Adultos). O passo se-

guinte foi discutir o formato.

Com o público-alvo em mente, Grijalbo pensou em desenvolver uma cartilha que transmitisse a mensagem de maneira lúdica. O resultado mostrou que essa foi a melhor maneira de levar a informação aos jovens e também, por intermédio deles, aos seus pais.

Cada quadrinho era discutido com o cartunista Marcos Vaz, a fim de que a cartilha ficasse o melhor possível. A linguagem e o conteúdo eram o foco dos debates, pois havia grande preocupação em encontrar o equilíbrio para que o vocabulário não tivesse excessos, nem nas abordagens técnicas, nem nas coloquiais.

De uma forma geral, os integrantes da comissão me contaram que toda essa preparação foi muito interessante e que aprenderam muito com Marcos Vaz, pois ele trouxe concepções de marketing e de publicidade, e sempre esteve engajado com o programa.

Marcos trazia na bagagem a experiência da Cartilha da Justiça em Quadrinhos e da revista *Brasilzinho*, e com isso captou bem a





mensagem do programa, o que foi fundamental na montagem e na definição dos formatos. Ao compreender o projeto, abraçou a causa e passou a vivenciá-la de maneira muito intensa, mas isso é assunto que trataremos mais adiante.

Após a preparação do material da cartilha, um ponto delicado foi definir como o projeto seria posto em prática. Foi então definida uma estrutura de funcionamento, sugerida por Beatriz de Lima Pereira, assentada em coordenadorias regionais criadas pelas Amatras, assim como os núcleos de aplicadores do plano piloto, sob a coordenação da comissão nacional que criou o programa.

Também era preciso trabalhar a formação de professores para a inserção do conteúdo das cartilhas na grade curricular para que os temas fossem desenvolvidos em sala de aula.

A experiência de Eliete Telles e de Beatriz de Lima Pereira junto a AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros – foi fundamental.

A formação dos professores, em cursos e seminários, foi outro grande passo do programa. Houve inclusive o apoio de profissional da pedagogia que, mesmo consultado informalmente, deu sugestões que levaram ao formato de sucesso.

Os magistrados preparariam o professor, dariam a ele liberdade para trabalhar o conteúdo na sala de aula e ficariam à disposição para tirar dúvidas, com canal rápido de resposta. A liberdade criativa concedida ao professor encontraria um aluno estimulado. Os envolvidos seriam prestigiados e valorizados com uma placa de premiação. Essa era a fórmula construída e que foi tomando corpo a partir dos trabalhos das Amatras.

“O trabalho desenvolvido nas escolas, além de propiciar aos jovens uma amostra de como é a Justiça, se traduz acima de tudo na chance de interagirmos com essa parcela da sociedade, demonstrando que todos, sem exceção, podem fazer valer os seus direitos.

O TJC permite um enriquecimento dos operadores do Direito, no momento em que partilhamos um pouco do nosso conhecimento, o que é realizado com muito carinho e dedicação por todos. Sinto-me gratificada e honrada em fazer parte deste programa”.

(Silvia Bortoluzzi, advogada)

Outro ponto marcante foi o concurso nacional para a escolha da logomarca. Raphael Rodrigues Bizerra foi o vencedor. Mas certamente o auge do programa é a culminância que mencionei anteriormente. Esse acontecimento é capaz de mexer com as emoções mais puras das pessoas.

Cláudio Brandão, hoje ministro do Tribunal Superior do Trabalho, relatou que todas as culminâncias são muito importantes, mas destacou uma que o marcou até hoje: “Foi no Rio de Janeiro. Ainda estávamos refletindo sobre o formato ideal e o público-alvo, mas não nos recusávamos a prestar apoio a escolas que já tinham programas implantados, mesmo que para crianças menores. Terminado esse evento, uma criança de aproximadamente seis anos ficou em pé na frente da Eliete Telles e encostou nela. Logo disse: ‘mas você é de carne!’. A criança cultivava a ideia de que o juiz é um ser de outro planeta. O caso levou Eliete ao choro porque viu o quanto as pessoas tinham uma distância da justiça”, lembrou emocionado.

Soube ainda de uma culminância onde reuniram 250 professores em Porto Seguro – BA, evento que foi organizado pela então coordenadora Rosemeire Lopes Fernandes (Amatra 5). Esse foi provavelmente o primeiro evento com profissionais das mais diversas especialidades. O foco era o combate à prostituição infantil, um problema notório na região na época. Havia delegado, juiz de direito, juiz de menores, promotor de justiça, juiz do trabalho, entre outros; todos participando ativamente.

Brandão contou que falavam sobre o trabalho infantil, com o anfiteatro lotado, quando uma mãe indígena, que era professora, pediu para subir ao palco. “Ela nos ex-





plicou qual era o sentido de trabalho infantil para o indígena. Disse que o índio precisa ensinar a criança a trabalhar como forma de proteção contra o homem branco. Que, por exemplo, a criança acompanha o pai e a mãe na mata para saber que tipo de arbusto e que tipo de semente ela pode colher para fazer artesanato. Que a criança acompanhar os pais não é uma exploração do trabalho infantil, mas um processo necessário na educação dela. Foi incrível e comovente descobrir que para o índio o trabalho infantil é uma forma de defesa e de proteção para a própria criança. Foi um evento fabuloso, que merece destaque em razão da diversidade de especialidades dos profissionais que participaram, todos engajados com a causa”, finalizou.

O TJC, portanto, instiga a pensar de forma diversa temas que são recorrentes no mundo do trabalho.

“O curso de formação de multiplicadores do programa Trabalho, Justiça e Cidadania acendeu a esperança de que existem pessoas lutando pela justiça e pela ética da sociedade”.

(Prof. Orizabe Aquino da Silva Martinho Lutero e Augusto Ruschi)





“Eu vi esse trabalho nascer. Estou feliz e orgulhosa com o resultado. Cada vez mais estou certa de que o TJC é algo que vale a pena ser feito porque é uma via de mão dupla. Se ele ajuda e toca as pessoas, ele faz com que o juiz também tenha a sua consciência e humanismo expandidos”.

(Eliete Telles, coordenadora nacional do TJC)

Via de mão dupla

Hoje desembargador do TRT-10 (DF e TO), Grijalbo Fernandes Coutinho, apontado por todos como o idealizador do programa, contou que o TJC foi lançado em dezembro de 2004 na presença de lideranças sindicais, dirigentes associativos, parlamentares e outros. Garantiu que não trabalhou sozinho e que vários personagens foram importantes nesse processo. “Eliete, por exemplo, é a cara do TJC. Ela é a primeira inspiração para esse programa. O Gustavo também, a Beatriz e o Cláudio Brandão foram essenciais, mas a figura primeira, sem dúvida, é Eliete. Contamos também com o empenho do artista Marcos Vaz, que elaborou a cartilha”, disse.

Percebe-se que compromisso e envolvimento são fatores determinantes e diferenciais para o desenvolvimento do trabalho, desde o seu início. “A nossa proposta era diferente de outras da época. Sempre com o intuito de levar às escolas e aos sindicatos noções de Direito do Trabalho, de direito constitucional do trabalho e de



OS DIREITOS DOS TRABALHADORES SÃO TÃO IMPORTANTES QUE FICAM REGISTRADOS NA DECLARAÇÃO DOS RECURSOS FISCAIS DE CADA ORGANIZAÇÃO DAS EMPRESAS UNIDAS, E VALEM PARA TODAS AS PESSOAS DO MUNDO, POR ISSO SÃO DIREITOS HUMANOS.



CONVITE

No dia da Justiça;

Na véspera do 5º aniversário da promulgação da Emenda que acabou com os classistas na Justiça do Trabalho;

No dia da promulgação e publicação da Reforma do Judiciário;

No dia em que a Justiça do Trabalho tem a sua competência ampliada;

No dia da lembrança eterna do sonhador John Lennon (24 anos depois), que imaginou um mundo sem ganância, sem propriedade, sem fome e repleto de fraternidade entre homens e mulheres;

No dia também que nós brasileiros completamos dez anos sem Tom Jobim, gênio musical que sempre esteve comprometido com um mundo mais humano.

O SENADO FEDERAL ABRE AS SUAS PORTAS PARA O LANÇAMENTO DO PROGRAMA DA ANAMATRA "TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA", COM A APRESENTAÇÃO DA "CARTILHA DO TRABALHADOR" EM QUADRINHOS.

Compareça e una-se a trabalhadores, estudantes, magistrados, membros do MP, advogados, parlamentares, servidores e ao povo.

Local: AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA DO SENADO FEDERAL

Data e Horário: 8/12/04 • 9h


ANAMATRA

cidadania. Mesmo sem orientações de marketing e de publicidade, conseguimos fazer um trabalho bem interessante quanto ao convite. Ele dizia algo mais ou menos assim: ‘no dia 08 de dezembro, dia da Justiça, dia da promulgação da Reforma do Judiciário, dia da morte do sonhador John Lennon e do gênio musical Tom Jobim, você está convidado a comparecer ao lançamento do programa Trabalho, Justiça e Cidadania da Anamatra. Entrelaçamos os vários fatos históricos em torno daquele dia tanto no convite quanto na camisa do evento”, lembrou.

Grijalbo presidia a Anamatra na época. Apesar de o lançamento do TJC ter ocorrido na sua gestão (2003-2005), ele ressalta principalmente o êxito ao longo da sua trajetória: “Nesses onze anos de atuação, os colegas que acompanharam o programa sabem perfeitamente do sucesso dele, podendo relatar histórias diversas. A cartilha já foi traduzida em outros idiomas, como espanhol, francês e inglês, e o programa definitivamente entrou na agenda da Anamatra e hoje conta com reconhecimento internacional, inclusive da OIT [Organização Internacional do Trabalho]”.

Apontou ainda que é uma via de mão dupla, com enormes ganhos para todos os envolvidos. “Ao mesmo tempo que os magistrados saem dos gabinetes e das salas de audiência e se dirigem ao contato direto com os jovens estudantes, eles aprendem muito com essa experiência de ajudar e de se envolver com a comunidade. Não se trata de uma benevolência, mas do mínimo que profissionais bem remunerados e com formação intelectual diferenciada podem fazer pela comunidade. Afinal é um dever da magistratura ter responsabilidade social”, concluiu.

O TJC permite uma aproximação efetiva entre o Judiciário e a sociedade, viabilizando a atuação direta do magistrado no processo de conhecimento de direitos básicos e de mudanças no mundo do trabalho, a partir da propagação e da apropriação desse novo saber pelos atores sociais”.


(Kelly Cristina Diniz Porto,
coordenadora do TJC no Ceará
desde 2010)

“Aprendi muito e os professores foram excelentes. Estou sem estudar há mais de 20 anos e este curso me despertou a vontade de voltar a estudar. Agradeço pelo carinho, disponibilidade e dedicação de todos”.

(Rosilene Maria S. da Costa Silva,
Recanto das Emas – DF)

Educação: res

tra



coloque uma
criança aqui

posta certa contra o
balho infantil



Pela cidadania

O desembargador Grijalbo falou ainda que não poderia deixar de mencionar que a Anamatra foi fundada em 1976 e que teve na origem uma função predominantemente corporativa, mas que ao longo de sua história foi compatibilizando essa feição com um viés de luta política e de luta em prol da sociedade, passando a ter uma agenda permanente com essa temática. Foram inúmeras batalhas em defesa do cidadão brasileiro, pelo Direito do Trabalho, contra o nepotismo, pelo fim da representação classista e contra a precarização. Todavia, sentia-se a necessidade de uma complementação, que seria o envolvimento direto com as demandas por cidadania.

Esclareceu que a Anamatra tem um papel proativo de expandir o exercício da cidadania, sobretudo em defesa dos setores mais afastados do processo político e que algumas associações já desenvolviam projetos semelhantes. A percepção que se consolidava era a de que os juízes precisavam se engajar nessa luta com foco no Direito e na Justiça do Trabalho.

Assim, “levando em consideração o alto grau de descumprimento da lei nas relações trabalhistas, em muitos casos até mesmo por desconhecimento da legislação em vigor, concluíram que esse trabalho era necessário”, arrematou.

Um novo Judiciário

Conheci então a personagem a quem tantos aclamavam. Apontada pelo desembargador Grijalbo como “a cara do TJC” e “a primeira inspiração para esse programa”, Eliete Telles é a sua atual coordenadora nacional. Dela ouvi que a causa tem tudo a ver com vocação social. Atribuiu a sua participação ao fato de “ter tido a sorte de estudar em escola e universidade públicas de qualidade” e que, com isso, teve a oportunidade de perceber melhor as coisas ao seu redor e refletir como isso poderia ser usado em prol do coletivo. “É como uma missão muito especial de doar e de contribuir com aquilo que receberam. O juiz não pode se limitar à sua função profissional; precisa ir além, com uma atuação social que a magistratura sempre deveria ter exercido”, disse.

Apontou ainda que uma conquista da Justiça do Trabalho foi prever em normativas do CNJ, entre as metas que os tribunais têm de cumprir, a responsabilidade social dos juízes, ou seja, o dever de os tribunais trabalharem junto à sociedade em questões relativas à justiça e à cidadania.

“Assim, o TJC ganhou espaço para atuar em nível nacional, em decorrência desse dever assumido pelo Poder Judiciário através da resolução do CNJ. Considero isso a institucio-

nalização da responsabilidade social. Venho de um trabalho que se iniciou na AMB [Associação dos Magistrados Brasileiros]. Muito mudou na magistratura nos últimos anos, especialmente após a redemocratização em 1988 e com a entrada de mais mulheres e jovens no Poder Judiciário”, afirmou.

Explicou ainda que a feminilização e a juvenilização da magistratura são fenômenos mundiais que aqui chegaram no final da década de 1980. Essa mudança significou novas ideias entrando num Judiciário que até então estava empoeirado e encastelado, pois tratava-se de um poder distante dos cidadãos e que não tinha condição de dialogar com as diferentes camadas sociais.

“Na Constituinte de 1988, o Poder Judiciário se mobilizou com o intuito de manter e ampliar as prerrogativas e a organização do poder na nova Constituição. Foi aí que se percebeu que a sociedade não tinha conhecimento algum da atuação desse poder. A comunidade não entendia o papel do delegado, do juiz, do promotor e dos demais atores jurídicos. O papel autoritário do juiz era o mais difundido entre as diversas camadas. O magistrado era aquele profissional distante, poderoso, que prende, que manda, etc. Via-se então um desconhecimento e um medo por







“O TJC é um programa que proporciona à comunidade em geral uma aproximação face a face com vários agentes do Direito, principalmente juízes e desembargadores do trabalho. Revestido de um caráter voluntário e solidário, promove o plantio de uma semente para que crianças, adolescentes e adultos melhorem a sua autoestima e se sintam capazes de gerar mudanças, porque de forma lúdica e criativa aprendem informações sobre os direitos, deveres e obrigações dentro do universo da cidadania”.

(Carolina Bertrand Rodrigues Oliveira, coordenadora do programa em Alagoas de 2012 a 2014)

parte das camadas menos favorecidas da sociedade”, disse.

Mas esse cenário mudou. A mídia, por exemplo, que antes era vista com desconfiança, passou a ter papel fundamental, sendo um marco histórico o surgimento das assessorias de imprensa nos tribunais em meados de 1990.

“A Justiça do Trabalho foi quem primeiro despertou para essa nova era de diálogo com a comunidade. A entrada nesse cenário de grande contingente de mulheres e jovens vindos das lutas estudantis e da participação na vida política foi fator essencial na mudança da magistratura”, explicou.

A coordenadora nacional do programa atribui ao juiz Roberto Bacellar, do Paraná, uma nova percepção do magistrado quanto ao seu papel nas ações sociais, pois trouxe várias inovações a partir dos seus aprendi-

zados no exterior. “Daí veio a necessidade de levar informações básicas à sociedade sobre Direito do Trabalho com uma linguagem simples e motivadora, que despertasse interesse. Surgiu então a primeira cartilha da AMB, criada por uma comissão da qual Bacellar fazia parte. Queríamos um cartunista que pudesse levar essa mensagem, mas os mais renomados cobravam fortunas por esse trabalho. A esposa do Bacellar conhecia um jovem cartunista [Marcos Vaz] que veio a ser o responsável por desenvolver esse trabalho. O Banco do Brasil financiou a primeira edição desse material. Isso foi no início dos anos 1990, quando presidi a Amatra do Rio de Janeiro. Acontece que as cartilhas ficavam empilhadas sem uma utilidade prática. Foi quando um publicitário sugeriu que elas fossem usadas pelos professores na rede escolar.



O Bacellar então levou esse trabalho para as escolas e trouxe os alunos para visitar os fóruns”, lembrou.

Eliete esclareceu que a revisão constitucional defendida na época da presidência de Fernando Henrique Cardoso, quanto à extinção da Justiça do Trabalho, foi mais um momento de união dos magistrados para lutar pelo que acreditavam e para que as mudanças não viessem a prejudicar o funcionamento do Judiciário. Nesse contexto percebeu-se que não era só a sociedade que não conhecia bem a situação desse poder; os próprios magistrados não tinham a devida autocrítica. Recordou que “foi elaborado o Diagnóstico do Judiciário, onde a AMB contratou o sociólogo Werneck Vianna, do IUPERJ [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro], e sua equipe para o desenvolvimento dessa análise. A partir do diagnós-

tico e também da nova consciência ficou claro que precisávamos nos aproximar da sociedade. Ali começamos a pensar em um trabalho imediato. Essa atuação foi bastante limitada no começo, mas teve grande crescimento ao longo dos anos. Vimos que a simples visita dos magistrados às escolas não era suficiente. Precisávamos treinar os professores para que eles multiplicassem a nossa atuação”.

Apesar disso, questões políticas internas do movimento associativo vieram a prejudicar o trabalho no início do novo século. Foi nessa época que “Grijalbo percebeu a necessidade de termos um programa próprio da Anamatra, que trabalhasse as especificidades da legislação trabalhista e da Justiça do Trabalho, e que deveriam ser levadas ao conhecimento popular. Foi assim que surgiu a ideia inicial do TJC”, contou.

UMA HISTÓRIA QUE PODERIA SER DIFERENTE



A expansão pelo país

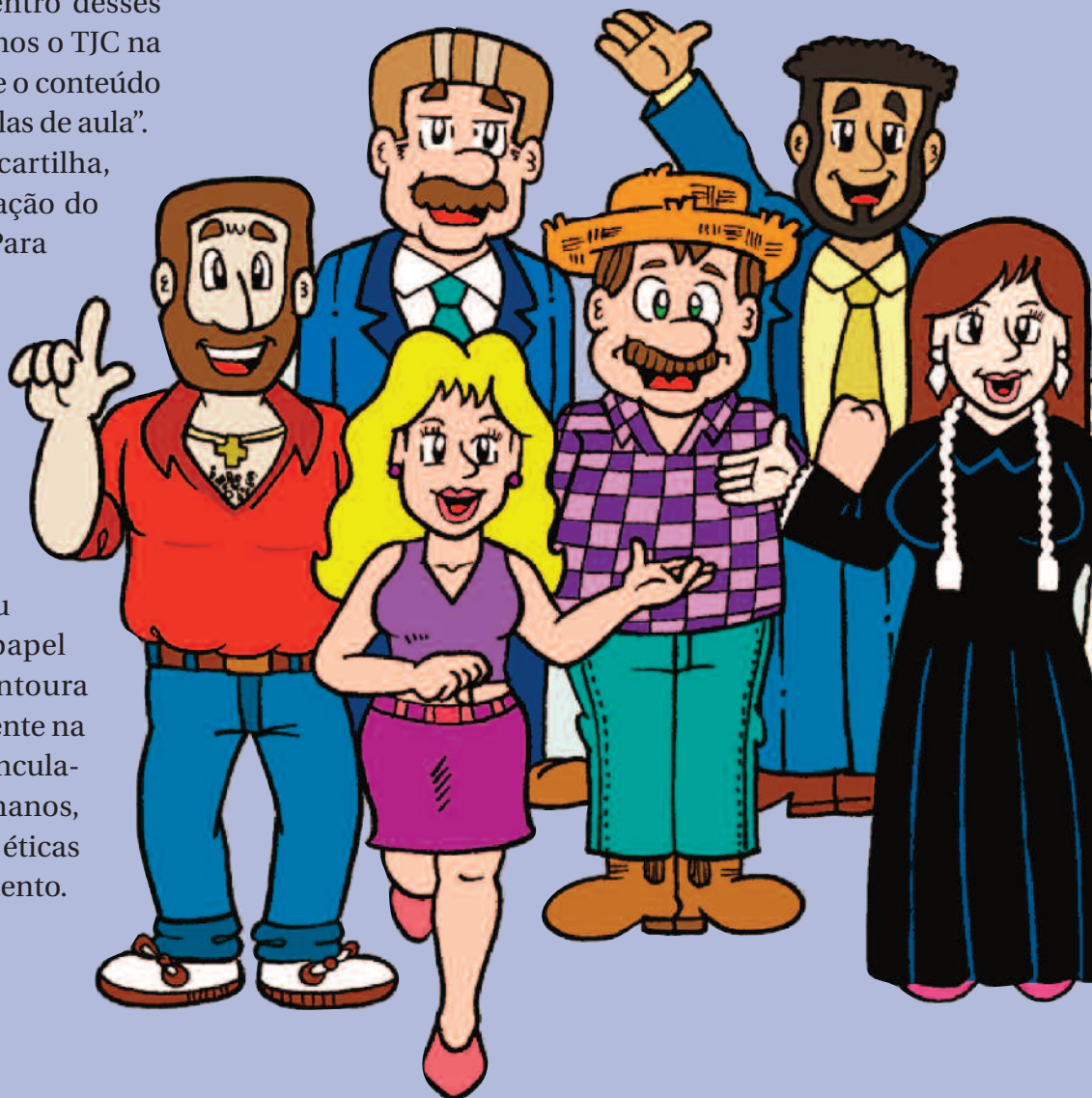
Após o lançamento, o desafio seguinte foi levar o Trabalho, Justiça e Cidadania às diversas Amatras, para expandir o programa por todo o país.

Eliete apontou que nessa época uma dúvida que tinham era como o conteúdo seria trabalhado na grade curricular das escolas: “Não podíamos impor nada aos professores. Sabíamos da rotina difícil deles e não queríamos que o programa se tornasse um fardo aos educadores. Surgiu aí a luz de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [Lei 9.394/96] permitia aos professores trabalhar temas transversais em sala de aula, dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC, tais como cidadania, trabalho e ética. Assim inserimos o nosso programa dentro desses moldes. Posteriormente, colocamos o TJC na formação de professores, para que o conteúdo passasse a ser multiplicado nas salas de aula”.

A linguagem acessível da cartilha, que é a base da troca de informação do programa, foi fundamental: “Para tanto, enviei para o cartunista Marcos Vaz o material *Para entender o Direito do Trabalho*, criado por Márcio Túlio Viana, desembargador do TRT da 3ª Região (MG), e que é também professor e palestrante. Esse material serviu de parâmetro de linguagem para a cartilha”, revelou Eliete, que lembrou ainda do papel fundamental de Gustavo Fontoura Vieira, que contribuiu decisivamente na estruturação do programa, na vinculação à Diretoria de Direitos Humanos, na elaboração das suas diretrizes éticas e na busca de patrocínio e orçamento.

Como apontado anteriormente pelo ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, Eliete também reforça o fundamental apoio recebido no Rio de Janeiro nessa fase, com atuação inclusive da Secretaria de Educação do Estado, que percebeu o alcance do trabalho.

“Os professores, mesmo na greve, se envolveram na culminância realizada no Rio de Janeiro no final de 2005 e se emocionaram com a dimensão do projeto. Perceberam o valor que tem para os alunos a presença dos juízes nas escolas públicas, em contato direto com os jovens estudantes. Esse foi o primeiro encontro nacional dos coordenadores, um evento muito importante porque ter o manual





do programa e a cartilha em mãos não eram suficientes para que as pessoas visualizassem o valor do TJC. As reuniões e o material não passavam a mesma confiança que tivemos com a realização desse evento. Era preciso que os colegas e professores se envolvessem. Após essa culminância foi uma chuva de ideias e de iniciativas em prol desse trabalho”, disse.

Hoje trabalhamos com metas e planejamentos de crescimento anuais. São feitas palestras por todo o país para sensibilizar cada vez mais juízes, professores e demais apoiadores. A institucionalização do programa e o seu reconhecimento pela Organização Internacional do Trabalho são frutos da união de dois grandes pilares do Estado Democrático de Direito: a educação e a justiça.

“Na medida em que o diálogo entre eles acontece o resultado é fantástico. Soma-se a isso o valor do trabalho. Temos um público-alvo formado por alunos de curso médio e da Educação de Jovens e Adultos – EJAS. Passamos noções básicas de Direito Constitucional e Direito do Trabalho através de cartilhas, livros e outros materiais trabalhados em sala de aula. E eles trazem as suas dúvidas, angústias e dificuldades para discussão. O reconhecimento internacional por parte da OIT foi fundamental para consolidar esse trabalho”, afirmou a coordenadora nacional do programa.

A precisão da cartilha com relação à abordagem de temas sensíveis e atuais também merece destaque. Quando da construção dos novos estádios para a Copa do Mundo no Brasil, em 2014, foi lançada uma nova edição

“A importância do TJC para a sociedade reside no fato de que crianças, adolescentes e toda comunidade escolar recebem informações imprescindíveis para o exercício da cidadania. É a verdadeira oportunidade de concretizar o que diz a Carta Magna de 1988”.

(Ivanise de Jesus, promotora da Infância e Juventude de Santa Maria – RS)

com o objetivo de promover a segurança do trabalho, tendo esse cenário de crescimento como pano de fundo. O TJC foi levado aos trabalhadores das arenas em construção em várias regiões, com o objetivo de conscientizá-los sobre a necessidade de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

A cada ano é realizado um encontro nacional para troca de ex-

periências, de estímulos e de ânimo. Como cada região tem as suas particularidades, é preciso conhecer as problemáticas locais para aperfeiçoar o programa cada vez mais.

As coordenadorias das Amatras discutem sobre os resultados obtidos e avaliam o desenvolvimento do programa no país e as formas de superação dos obstáculos, transformando os encontros em verdadeiros fóruns, que proporcionam uma multiplicação de iniciativas, de sugestões, de material para os convênios com as Secretarias de Educação e Cultura, com os TRTs e outras instituições. Cada região passa, portanto, a acrescentar novas formas e novos universos de aplicação.

Ao final de cada encontro, há sempre uma bela confraternização. As apresentações dos alunos nas culminâncias são um show à parte. Os participantes sempre se deparam com os sentimentos de esperança e fé a partir das demonstrações daquilo que as crianças e os adolescentes aprenderam com o TJC ao longo do ano letivo.

De tanto empenho e envolvimento, percebe-se que não é por menos que o programa é aplicado hoje em mais de 20 estados e no Distrito Federal.

UMA HISTÓRIA QUE PODERIA SER DIFERENTE



1º Encontro Nacional
Amatra 1 – 2006
Rio de Janeiro



2º Encontro Nacional
Amatra 5 – 2007
Bahia



3º Encontro Nacional
Amatra 21 – 2008
Rio Grande do Norte



4º Encontro Nacional
Amatra 6 – 2009
Pernambuco



5º Encontro Nacional
Amatra 4 – 2010
Rio Grande do Sul





6º Encontro Nacional
Amatra 15 – 2011
Campinas



7º Encontro Nacional
Amatra 20 – 2012
Sergipe



8º Encontro Nacional
Amatra 7 – 2013
Ceará



9º Encontro Nacional
Amatra 17 – 2014
Espírito Santo



10º Encontro Nacional
Amatra 8 – 2010
Pará



A legitimação da magistratura

Destacado pelo ministro Brandão como personagem fundamental na fase de implementação, devido à sua experiência com projeto de inserção social e cidadania, Gustavo Fontoura Vieira, que foi membro da primeira comissão do TJC e também da Comissão Nacional, contou com emoção sobre o seu vínculo afetivo com o TJC, resgatando um pouco daquilo que acreditava quando entrou para a magistratura: “Pensava que o Poder Judiciário poderia ser diferente daquela visão conservadora e antiga, em que o juiz fica no seu gabinete e limita-se a atender as partes e seus advogados, além das audiências e demais funções constitucionais. Esse sentimento era compartilhado pelos outros colegas. Tínhamos uma visão que nos impelia a fazer algo a mais do que aquilo que os manuais nos orientavam. O Poder Judiciário do século XXI devia ser diferente do que vimos até então. Não nos contentávamos em ficar apenas nos gabinetes com ar condicionado.

Era preciso se envolver com o país. O que mais nos sensibilizava era o acesso restrito à justiça, ao conhecimento e à educação”.

Ele começou a desenvolver o programa em Santa Maria – RS após tomar conhecimento das ações da Eliete junto à AMB. Se encantou pela proposta e solicitou cartilhas que passariam a ser usadas no projeto também naquele estado.

A ideia central era a construção da legitimidade do juiz através da proximidade com a sociedade. Contou que sempre diziam que o concurso público feito pelo juiz lhe habilitava a exercer uma função pública essencial, mas que é nessa ação de contato direto com a sociedade que o juiz se legitima para o exercício da função da magistratura e como fator de transformação social, pois é essencial contribuir também para que a educação aconteça de maneira mais ampla.

“Esse é um dos objetivos mais fortes do programa e nos alegra muito ver o êxito

“Durante o ano de 2008, tivemos a grata satisfação de acompanhar e sermos parceiros para o desenvolvimento de mais uma etapa do programa Trabalho, Justiça e Cidadania. O nosso público-alvo era de alunos das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino, onde se levou a leitura e a reflexão sobre ética, cidadania, trabalho e justiça, conscientizando os cidadãos por meio das atividades educacionais. Sabemos que o trabalho realizado nas escolas será colhido no futuro das crianças participantes, que fizeram um grande exercício de cidadania, sendo este, mais um passo na construção da democracia Brasileira”.

(Valdeci Oliveira, prefeito de Santa Maria – RS, de 2001 a 2008)

alcançado nesses dez anos. Vemos a consolidação dos resultados propostos a cada evento. Nas culminâncias podemos perceber as mudanças que o programa é capaz de proporcionar”, exaltou.

Aponta ainda o papel fundamental das escolas, que acolheram a proposta e tornaram possível esse ideal de legitimação da magistratura perante a sociedade. “Eu sempre repetia nas intervenções que fazia nos cursos de introdução e formação inicial da magistratura algumas das experiências vividas com o programa. A Escola Nacional da Magistratura do Trabalho – ENAMAT – passou a incluir na grade dos seus cursos de formação palestras sobre a responsabilidade social da magistratura e o TJC vem sendo apresentado ao longo dos últimos anos como incentivo à participação dos juízes. Em uma palestra, relatei a experiência que tive com uma diretora de uma escola muito simples

nos recebeu no portão e dizia não acreditar que os juízes tinham ido até a sua escola, o que demonstra o distanciamento do Judiciário até então. De fato esse Poder sempre esteve distanciado da sociedade: recebe os advogados e as partes, mas não se comunica diretamente com as pessoas que estão à margem do sistema”, apontou.

Outro caso marcante lembrado foi num evento “tira-dúvidas” onde um advogado que abordava temas do Direito do Consumidor perguntou para uma aluna o que ela faria com 50 reais. Sem hesitar, a menina respondeu que compraria feijão. “Tudo isso faz parte da realidade do programa. Ele permite que se dê informação e oriente, mas, ao mesmo tempo, casos como esses são capazes de transformar o “agente de transformação”. Nesses momentos de as tirar dúvidas do público-alvo, os juízes se veem diante das mais inesperadas situações. Perguntam quanto ganha um juiz;

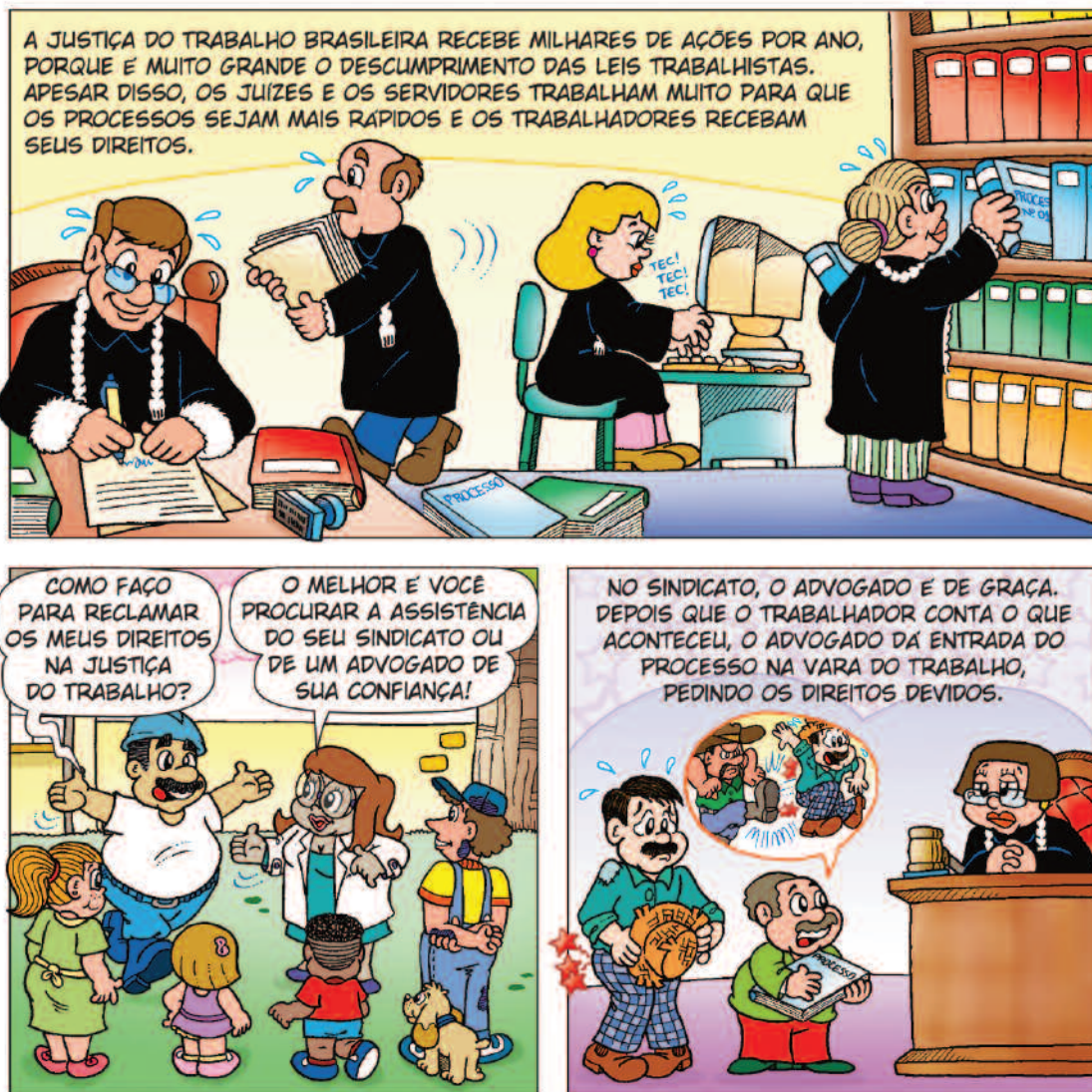


“O curso de formação de multiplicadores foi muito bom. Em todas as aulas aprendi muito, já que conheço pouco sobre leis e sobre as funções dos juízes. Cada juiz que passou por aqui deixou em mim e nos outros alunos o exemplo de retidão, competência e o desejo de ver a sociedade mais esclarecida”.

(Vera Lúcia de Melo Santos, Gama – DF)

“O que nos disseram foi bastante educativo. É interessante conhecer como é o acesso ao Tribunal”

(Dayana Teles Costa, estudante)



“O programa Trabalho, Justiça e Cidadania tem, na cidade de Santa Maria, uma de suas mais importantes raízes. Desde o ano de 2004, os colegas que participam do programa vêm demonstrando que o juiz não está apenas envolto em processos e decisões, mas que também se coloca a serviço da cidadania, comprometido na formação dos jovens em cidadãos íntegros e sensatos. A Amatra 4, com a nobre dedicação e entusiasmo do idealizador, nosso colega, Gustavo Vieira, carrega essa bandeira e fortalece a ideia da necessidade de contribuição das instituições para o crescimento de um cidadão mais ciente de seus direitos e deveres perante a sociedade. A finalidade do programa é transmitir conhecimentos e aproximar o Poder Judiciário da sociedade, mas, na verdade, é no olhar curioso de uma criança ou no sorriso sagaz de outra que percebemos a grandiosidade dele, quando todos nós saímos vitoriosos”.

(Carolina Gralha, Amatra 4 – RS)

questionam se um policial pode prender um estudante que está saindo da escola. Enfim, é o momento que eles estão diante do poder público e têm a oportunidade de expor as suas opiniões, críticas, dúvidas e relatos”.

O ex-integrante da Comissão Nacional do TJC, falou ainda que nunca se sai de uma culminância do jeito que se entrou. “O juiz sai modificado. Ele aprende e é colocado em xeque”. Naquelas ocasiões percebi bem a capacidade transformadora do programa; não só nos juízes, mas principalmente na sociedade. E como integrante dela, eu também saio com novas percepções.

Gustavo ressaltou ainda o comprometimento de todas as gestões da associação com o programa. “A Anamatra passou a ter a cara e o coração do TJC. Registro também a criação da ALJT [Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho]. No estatuto da associação, graças ao empenho da Anamatra,

consta um artigo de estímulo para que em outros países a magistratura tenha programas de interação com a sociedade, nos moldes do que fazemos aqui”.

Assim, aos poucos, conversando com um e com outro personagem, começo a entender porque os envolvidos se sentem privilegiados em fazer parte do programa. “Nossos sonhos de melhoria para o país foram contemplados dentro da nossa profissão, com o apoio dessa entidade que foi fundamental para esse trabalho, com a visão de futuro que teve início com Grijalbo. Conseguimos com esse programa realizar sonhos pessoais de desenvolvimento coletivo. Trabalho esse que é fundamental para a Anamatra, para a magistratura como um todo e para a sociedade”, concluiu. A essa altura, eu já me sentia bastante orgulhoso pela missão que me foi confiada. Estava empolgado para coletar mais e mais relatos dos personagens do programa.





Por que vocês acreditam na gente?

Assistindo aos diversos vídeos que me foram disponibilizados para a elaboração desse livro, uma cena me chamou a atenção. Foi num DVD de retrospectiva da Amatra 6, em evento realizado em Recife/PE, onde o TJC tem como coordenadora Carmen Richlin. Um aluno bastante jovem perguntou aos magistrados: “Por que vocês acreditam na gente? – e completou: “Tem vezes que nem a gente acredita na gente!”.

Essa pergunta me tocou bastante. Cresci ouvindo falar que o jovem é o futuro do país. Mas que futuro o país terá se o jovem de hoje não acreditar em seu próprio poder e capacidade de mudança? O garoto recebeu uma resposta convincente, que, acredito, tenha sido suficiente para motivá-lo e tirá-lo do estado de desesperança em que se encontrava. Talvez ele nem falasse por si, mas sim por uma percepção que tinha da realidade à sua volta. Mas certamente essa percepção

também deve ter sido modificada.

Numa culminância em Brasília – DF conversei com alguns alunos do ensino médio após a apresentação que eles fizeram no palco. O professor deles chorava de emoção com o resultado apresentado pelos seus discípulos. Perguntei-lhes o que o TJC acrescentou em suas vidas. Explicaram que viam muita coisa errada na escola e que esses problemas organizacionais poderiam ser corrigidos com facilidade, só que não sabiam como ajudar nesse sentido; que após o contato com o programa encerrariam o ano letivo com a real pretensão de organizar um grêmio na escola para promover as mudanças necessárias e levar aos demais colegas os ensinamentos que tiveram, porque a partir daquele momento sabiam como as coisas funcionavam. “Isso nada mais é do que o nosso papel na sociedade”, falou um deles naquele bate-papo informal.

Diante de cidadãos que não conheciam os seus direitos



Outra personagem significativa na história do TJC é a desembargadora Beatriz de Lima Pereira (TRT-2), integrante da comissão nacional responsável pela implantação do programa. Beatriz sente-se orgulhosa de ter participado da elaboração de todas as cartilhas, mas principalmente por ter contribuído para a confecção da primeira delas.

Beatriz já foi presidente da Amatra 2 (SP) e da Anamatra (1997-1999); foi também vice-presidente da AMB. Ela atribui à sua participação associativa o conhecimento que tem da realidade do Poder Judiciário no Brasil: “A

despeito de a atividade associativa estar mais voltada para as questões internas da magistratura, essa atuação deixou patente o distanciamento que existia entre esse poder e a sociedade, compondo, assim, parte das minhas preocupações como juíza. Também preocupava a questão referente ao desconhecimento dos cidadãos sobre os seus direitos. A participação nesse programa teve significado especial para mim, pois vinha ao encontro das minhas preocupações, dando a oportunidade de atuar nessa seara”.

Revelou ainda que tal participação lhe



proporcionou experiências únicas e que “apesar de ter, naquela altura, quase 20 anos na carreira de juíza do trabalho e uma participação intensa na vida associativa, pensar o programa e participar na elaboração da cartilha foram atividades inéditas e desafiadoras”.

Por tal razão, ela não poupa agradecimentos: “Sou grata ao desembargador Grijalbo pela generosa indicação de meu nome para participar do projeto. Agradeço muito à Anamatra pela oportunidade que me deu de participar do programa, do qual jamais irei me apartar, mesmo que hoje não mais faça parte

da comissão nacional. Agradeço aos amigos que amalhei nesse longo caminho. E, por fim, agradeço a esses milhares de jovens e de adolescentes que participaram do TJC e que, a despeito de todas as suas dificuldades de vida social e econômica, foram capazes de, com pouquíssimos recursos, reverberar a importância dos direitos do trabalhador”.

Beatriz sinalizava a importância das culminâncias. Como eu já tinha presenciado dois desses eventos, visualizava bem o cenário e o contexto onde a atuação dos alunos se encaixava.

As culminâncias: expressão dos direitos pela arte



“Esse é um dos objetivos mais fortes do programa e nos alegra muito ver o êxito alcançado nesses dez anos. Vemos a consolidação dos resultados propostos a cada evento. Nas culminâncias podemos perceber as mudanças que o programa é capaz de proporcionar”.

(Gustavo Fontoura Vieira, ex-integrante da Comissão Nacional do TJC)



Tanto na culminância de Belém quanto na de Brasília notei algo em comum: a expressão por meio da arte. Talvez isso seja inerente ao ser humano, principalmente quando nos deparamos com um tema de relevância em seu contexto social. É assim com a pintura, com o teatro, com a poesia, com a música. E como qualquer arte exige um mínimo de dedicação, torna-se uma ótima fonte de educação.

Beatriz afirmou que o contato com os professores e com os alunos foi, sem dúvida, o que sempre lhe deu mais satisfação. “Presenciar crianças e adolescentes falando, pelos mais diversos meios de expressão, sobre os seus direitos, especialmente aqueles ligados ao trabalhador, mudou minha vida no sentido de acreditar sinceramente que a boa educação é fundamental para a formação dos cidadãos e para mudar a sociedade”, contou.

As culminâncias significam o fechamento das atividades desenvolvidas pelos temas do TJC trabalhados pelas escolas. Perante um grande público, composto de pais, professores, magistrados e colegas de outras escolas, exibem no palco aquilo que aprenderam. Uns cantam, outros fazem poesia. Formam-se grupos de teatro e de dança. A criatividade parece não ter limites, sequer diante dos poucos recursos que dispõem.

Mais importante do que as apresentações em si, é a forma como demonstram a internalização dos seus direitos básicos. Beatriz contou que sempre se emocionou com a mesma intensidade em todas as culminâncias que participou, renovando a crença de que é possível se ter no país uma sociedade mais justa a partir da colaboração de todos.

“A sensibilização promovida pelo programa toca a todos: a juízes, porque se acercam diretamente das dificuldades da parcela menos favorecida da população; a professores, porque passam a ter uma relação mais estreita com os magistrados, servidores públicos bem mais afortunados; e a alunos porque, de modo lúdico, declamam, cantam e representam os seus direitos, tendo a oportunidade de, assim dizendo-os, acreditar que serão concretizados”, concluiu.

Desejo de mudança permanente

Foi por intermédio da juíza Rosemeire Lopes Fernandes, presidente da Amatra 5 – BA, personagem que também é integrante da Comissão Nacional do programa, que percebi que o Trabalho, Justiça e Cidadania tinha me sensibilizado também. Debatíamos sobre a elaboração desse livro após a já referida culminância em Belém – PA quando ela me perguntou quais eram as minhas impressões sobre o evento. Conteí sobre um fato específico que chamou a minha atenção naquela manhã. Ela rebateu: “Você ficou emocionado! Os seus olhos estão mareados”. Realmente estavam. Foi quando notei o meu grau de envolvimento em tão pouco tempo.

Eu contava sobre a emoção de um jovem que foi premiado pela redação que fez. Não me recordo se ele ganhou um tablet ou um notebook. Ao descer do palco, ele estava com lágrimas nos olhos. Um colega perguntou-lhe: “Por

que está chorando? Você já tem um desses!”, referindo-se ao prêmio. E ele respondeu: “Não é pelo prêmio em si; é porque a escolha pela minha redação significa algo muito maior para mim”. Talvez ele estivesse falando de sonhos, de planos futuros ou de reconhecimento. As palavras daquele jovem me resgataram memórias de quando uma redação da escola significava para mim muito mais do que um simples texto no papel ou uma nota no boletim.

Rose, como é carinhosamente chamada pelos colegas, falou que sempre pensou no TJC como algo grandioso e que iria muito longe. “Eu já fazia trabalhos voluntários, mas mui-





tas vezes que-
remos fazer algo e não temos ferramentas adequadas. Quando conheci o TJC foi amor à primeira vista, pois ele atendia perfeitamente o meu desejo de mudança permanente. O ingresso na magistratura através de concurso público legaliza a nossa investidura ao cargo, mas é nesse trabalho social que a gente se legitima como juiz. Também costumava dizer que o juiz é sempre o último a saber. Ele atua mediante provocação das partes. No TJC é diferente.

A gente se antecipa ao conflito indo ao cerne do problema. É o momento em que o juiz vai além dos autos e se comunica diretamente com as pessoas. Sempre tive essa visão do TJC. Acredito em seu potencial transformador tanto para a sociedade quanto para o juiz. Um advogado muito respeitado certa vez me disse que antes de participar do programa ele não acreditava que poderia de fato contribuir tanto com a comunidade. Foi através desse trabalho social que descobriu o quanto a sua participação era transformadora para si e para o público-alvo do projeto”.

A presença do juiz é fundamental para solucionar conflitos também fora das salas de audiência. “Descobrimos que em Trancoso, na Bahia, a cultura local era do trabalho informal. Carteira assinada era algo raro por lá.

Foi quando fizemos um trabalho de conscientização de empregados, empregadores e sindicatos para corrigir essa situação”, lembrou Rose, que fez questão de ressaltar a participatividade dos sindicatos, que estão sempre presentes no evento de “tira-dúvidas”, onde aprendem cada vez mais sobre os direitos dos empregados.

Ela apontou a importância das associações, que começaram a trabalhar com programas sociais muito antes dos próprios tribunais, ou seja, foi por meio das associações que os juízes perceberam a necessidade desse diálogo com a sociedade e aprenderam como fazer isso. Também ressaltou a relevância da cartilha como material didático nuclear do programa, afirmando que o desenvolvimento dos jovens nesses temas se deve especialmente ao contato com esse material.

“Aprendi nessa época sobre a andragogia, que é a técnica de educação voltada para jovens e adultos. Ela é diferente da pedagogia, que foca nas crianças. Enquanto essas precisam aprender para aplicar a longo prazo, os jovens e adultos precisam colocar o conhecimento aprendido em prática o quanto antes. Por isso é necessário que seja algo transformador, com sentido imediato e de valor prático”, contou.

A atual presidente da Amatra 5 garante que a metodologia do TJC é praticamente perfeita. “É uma receita de bolo. A gente forma grupos de trabalho, capacita os professores como multiplicadores e desenvolve conteúdos, materiais e atividades. O sucesso do trabalho depende de sensibilizar alunos e professores. E as culminâncias são incrivelmente capazes de inspirar os estudantes, por meio da arte, música, dança e tantas outras formas de expressão”.

Uma realidade distante

A exploração do trabalho infantil sempre foi um tema de preocupação do programa. Existem muitos lugares onde os próprios órgãos locais e as escolas não percebem a existência desse problema. “A fiscalização é reduzida ou inexistente. Mas a realidade é que lá ocorre esse tipo de exploração. Por isso fazemos diversas parcerias para dar maior alcance ao trabalho feito pelo programa. Capacitamos, por exemplo, os agentes comunitários de saúde, afinal eles visitam as residências e têm contato direto e íntimo com as famílias.

Com isso, eles vão aonde a fiscalização não chega. Assim a gente fecha o ciclo”, relatou Rosemeire Lopes Fernandes.

Para ela, o contato com grupos indígenas trouxe uma nova realidade aos envolvidos sobre essa temática, demonstrando que cada região precisa ser trabalhada de acordo com as suas peculiaridades. Num dos eventos, tomaram conhecimento de que o trabalho infantil é visto por esses grupos como uma verdadeira forma de educar a criança e de preservar as tradições. Por isso, a maleabilidade do TJC

“Foi interessante observar o comportamento e trabalho do juiz e dos advogados”.

(Fernanda Dantas, estudante)



pode ser apontada como uma de suas principais características. Por ser plástica, consegue se adaptar à realidade de cada região sem fugir do cerne do programa. Nisso os professores são fundamentais.

Percebe-se que o programa permite atuação em diferentes áreas. Mesmo que algum tema não seja prioridade, acaba se tornando a partir de um efeito colateral da atuação dos magistrados na comunidade.

A presidente da Amatra 5 relatou que em Porto Seguro – BA foi realizado um TAC [termo de ajustamento de conduta] em razão do qual o prefeito realizou concursos para preencher as vagas de professores municipais. A importância da seleção via concurso foi uma contribuição do programa naquela comunidade. Através desse entendimento, o TJC reformulou

o seu método de trabalho e empoderou os professores para atuar em novos cenários. A dinâmica da sala de aula mudou, permitindo ao professor aproveitar a bagagem que o aluno traz. São jovens que atuam no mercado de trabalho ou que estão prestes a atuar. Portanto carregam uma experiência prática muito interessante para ser trabalhada em sala.

“O Direito do Trabalho é, sem dúvida, o carro-chefe de nosso programa, mas ele se soma a outras áreas para atender às necessidades particulares de cada região, escola, grupo social ou parceiro do projeto. Temos, por exemplo, atividades em conjunto com Ministério Público, com o INSS, com a AGU, e com diversas secretarias (de Educação, de Assistência Social e outras). O programa tem uma pauta muito cheia. Gera bastante demanda”, comentou.

“Sabia que a instituição existia, mas só agora compreendo a maneira como ela funciona”.

(Verônica Barreto, estudante)

Descobrimo e se envolvendo

Rose lembrou de alguns fatos interessantes que demonstram um pouco a visão que a sociedade tem de um modo geral do juiz. Numa culminância, uma criança perguntou se juíza pode se casar. Já um garoto perguntou se ele também poderia ser juiz um dia, porque acreditava que era um espaço reservado aos poderosos e especiais.

“Uma vez que a realidade aparece, de que somos todos iguais, a percepção muda. Em vários lugares onde o TJC atua, percebemos que os estudantes se empoderam, pois passam a entender melhor o seu papel na busca por melhorias e na luta por direitos. O juiz do TJC não quer ser protagonista desse processo de transformação social, mas

apenas alguém disposto a somar e contribuir com algo maior”, garantiu.

Essa visão de distanciamento não parte só das crianças. Rose conta que foi a pé a um evento e que vestia calça jeans e tênis. Ao chegar, ouviu dos professores que estavam surpresos ao saber que ela era a juíza, pois achavam que se tratava de uma pessoa que estava num carro de luxo preto e com vidros escuros que tinha acabado de passar na rua em frente à escola.

“Com o programa, tive como experiência pessoal um aprendizado enorme, que compartilho.



Trabalhar em equipe, elaborar cartilhas e se envolver é realmente fabuloso. Cada detalhe das cartilhas é pensado com muito cuidado. Tive a oportunidade de conhecer quase todos os estados brasileiros através do envolvimento com o TJC e me sinto parte dessa história de sucesso. Todo esse trabalho de contato direto com a sociedade, em seus mais diversos estados e municípios do Brasil, proporciona um desenvolvimento pessoal incrível. A gente evolui como ser humano. É uma irmandade construída ao longo desses anos”, concluiu.

“O programa significa a abertura do Judiciário à comunidade. Reforça a ideia de acesso à justiça enquanto serviço público essencial. Não há melhor lugar para disseminar essas ações senão na escola, pois se atinge a geração em formação”.

(Ana Paula Amaral, servidora da Justiça do Trabalho)



Dificuldades superadas no Norte

Gustavo, Eliete, Beatriz e Rosemeire foram as grandes inspirações de Maria Zuíla Lima Dutra (Amatra 8 – PA e AP) para ingressar no programa. “Eu lia sobre o TJC e questionava por que não o tínhamos em nossa Amatra. Em 2012 me tornei diretora de direitos humanos. Após a vitória de nossa chapa coloquei esse assunto na pauta já na primeira reunião da diretoria, com a intenção de implementar o programa em nossa região. Fizemos parcerias com tribunais, com o Ministério Público e com associação de advogados. Faltavam então as escolas públicas municipais”, relatou.

Zuíla, que é integrante da comissão nacional do TJC, contou que tiveram dificuldade para se reunir com o secretário de Educação. Fizeram várias viagens para realizar esse encontro, mas sempre havia um imprevisto e ele desmarcava. Viu que esse não seria o melhor caminho. Encontraram, então, uma associação que retirava crianças da rua e lhes dava oportunidade para estudarem. Reuniram-se com o padre Bruno Sechi, do Movimento República de Emaús, italiano que está no Brasil há mais de 40 anos, e ele apoiou completamente o TJC. Foi assim que o programa começou a ser desenvolvido na 8ª Região. Portanto, às vezes, os espaços de abertura precisam ser criados por aqueles que acreditam no potencial de uma educação para a cidadania.

“Tínhamos a ideia de fazer convênios com universidades para que elas fizessem o acompanhamento desse trabalho. A inserção de atividades acadêmicas e científicas foi algo

pioneiro no TJC. Isso nos ajudou a ter uma fotografia dos resultados de nossa atuação e de como poderíamos melhorar. A imprensa foi convidada para conhecer esse trabalho e foi muito útil na sua divulgação. Apenas quando o TJC ganhou maior notoriedade local, o secretário de Educação nos procurou. Não confiaram no potencial do projeto quando ainda era piloto, mas correram para fazer parte quando perceberam seu sucesso. Com isso passamos a atender também as escolas públicas municipais”, revelou.

O grau de envolvimento é apontado como um dos principais fatores de motivação para superar as dificuldades iniciais encontradas na implementação do programa. “A pequena Amatra não tinha condições de arcar com todos esses custos, que envolvem materiais, camisetas, organização de eventos, entre outros. Conseguimos um apoio fundamental por parte do Ministério Público do Trabalho. A cada culminância feita conseguimos agregar mais gente. Isso ocorre não com palavras, mas com ações. Hoje a demanda é tão grande que infelizmente não conseguimos atender todas as escolas que nos procuram. Dezenas delas, tanto em Belém – PA quanto em Macapá – AP, nos procuraram nos últimos meses querendo fazer parte do TJC. O programa traz muita credibilidade aos juízes do trabalho também. Ganhamos status de agente transformador da sociedade. Aos poucos rompemos o distanciamento histórico entre juiz e sociedade e a Anamatra está de parabéns por esse trabalho incrível”.

Uma juíza completa

Zuíla assegurou que hoje se sente uma juíza completa por causa do TJC, que se mostrou uma oportunidade ímpar de crescimento pessoal e profissional. Ela contou ainda que foi “uma trabalhadora infantil em suas piores formas” e que esse “era um assunto que só falava com as pessoas que tinha maior intimidade” até que:



“Um dia, no primeiro ‘tira-dúvidas’ que fomos, a diretora nos recebeu no portão dizendo que queria conversar conosco antes que falássemos com as crianças. Ela disse que muitas crianças faltaram por saber que vinham juízes na escola com um programa de combate ao trabalho infantil. Foi quando ela nos contou com a maior sinceridade que todos os alunos dali eram trabalhadores infantis. Pediu que tivéssemos muito cuidado para que a gente não os assustasse”.

“Éramos quatro juízas e ficamos perplexas com a situação, sem saber direito como agir. Decidi que iríamos reunir todas as crianças em uma quadra, em uma grande roda. Foi quando perguntei para as crianças se elas gostavam de histórias. Elas responderam que sim. Então contei uma história a elas. Elas ficaram atentas com tudo, especialmente com as semelhanças com suas próprias realidades. Ao final, tinha uma criança chorando que pediu para falar. Disse que o pai havia sido assassinado por envolvimento com drogas e que a mãe estava presa por roubo. Essa criança estava sendo criada por uma tia que a acordava diariamente às três horas da manhã para que fosse pedir dinheiro na rua. Que só poderia voltar para casa quando trouxesse ao menos 30 reais”, continuou.

“Depois disso, revelei que a história que eu tinha contado antes era a minha própria história de vida, reforçando que cada um pode vencer os seus desafios, o que serviu de inspiração a todos, mas especialmente àquela criança. Com isso tivemos uma grande abertura para que todos participassem da conversa e para que relatassem as suas realidades. Foi muito emocionante. Algo realmente lindo. Terminamos o dia todos com os olhos cheios de lágrimas. Criamos um elo de confiança com as crianças. Demos abertura para que contassem o que passam. Foi algo incrível. Acredito que embora sejamos agentes de transformação, saímos muito mais transformados do que eles”.

“É um ganho muito grande para todos os magistrados. Passamos a agir como juízes sociais, que saem de seus gabinetes e vão ao encontro com as angústias populares. O que nos permite chegar a julgamentos muito mais justos, que levam em conta esse lado social. Sou hoje sem dúvida uma juíza mais completa. Levar cidadania e sementes de esperança ao alcance das comunidades mais vulneráveis é algo fundamental. Cada um que recebe essa semente passa por um processo de transformação que não para em si, mas alcança sua família e amigos. Vejo em cada criança um pouco do que eu vivi”, concluiu.

“... era a minha própria história de vida, reforçando que cada um pode vencer os seus desafios”.

(Maria Zuíla Lima Dutra,
Amatra 8 – PA e AP)



Dificuldades superadas no Sul

O juiz Márcio Lima do Amaral (Amatra 4 – RS), também integrante da comissão nacional do programa, resume o TJC como sendo uma oportunidade de o juiz dar em troca aquilo que recebeu. Ele entende que é um dever do juiz se engajar nesse projeto; que isso faz parte da própria legitimação da Justiça do Trabalho junto à sociedade.

“O programa é um toque de Midas no coração daqueles que com ele têm contato. Ajuda a transformar realidades áridas em olhos inquietos e esperançosos. Para o juiz, traz uma nova visão da sua função; para os professores, uma motivação especial em um cotidiano tão desvalorizado; para os alunos, uma perspectiva em descoberta de um novo mundo onde a Justiça é cidadã, é balança, e não somente espada. Para mim, o TJC significa obrigação moral diante de tudo o que nos foi dado e também conquistado. Mas, antes de tudo, é paixão pela mudança, pela luta e por tudo aquilo que acreditamos que ainda possa ser construído”.

Revelou que levar o programa para Porto Alegre foi bem difícil ao longo desses anos. “Eu sempre participei das diretorias da Amatra. Nela sempre se discutiu sobre aplicar o projeto, mas a efetivação foi complicada. Em 2011 começamos esse trabalho na capital pela Amatra. Uma das pioneiras nesse trabalho em Porto Alegre foi a juíza Carolina Gralha, que se envolveu com todos os trâmites iniciais desse trabalho, como a busca por parcerias. Como professor de anos sou chamado nesse contexto para falar com os professores na preparação deles. Nesse sentido acabo me envolvendo bastante com o programa”.

Márcio relata dois momentos especiais que lhe tiveram grande valor: “O primeiro foi quando após uma fala minha com alunos sobre assédio moral, uma aluna me procurou e fez um relato da qual a mãe dela era vítima, contando o sofrimento. Dei-me conta de quando lemos esse tipo de relato em uma petição inicial colocamos um pé atrás. ‘Será que foi assim?’ Mas aquele relato da menina era puro e me fez ver que realmente temos o hábito de duvidar de coisas que não têm motivo. Aquilo foi importante para mim”.

“O segundo ocorreu quando fui falar com professores da FASE [Fundação de Atendimento Sócio-Educativo], onde inclusive minha mãe é uma das professoras. Eles se sentiram bastante a vontade em ter ali um juiz que ao mesmo tempo era filho de uma colega. Notei como eles estavam desanimados com o trabalho que faziam. Percebi depois a mudança deles quando passaram a aderir a proposta do TJC. Vi que o programa tem a capacidade de servir também aos professores como verdadeiros profissionais de transformação social”, contou.

Por ser de uma nova leva de aplicadores do TJC, Márcio pensa bastante no futuro do programa. “Temos sempre que pensar em alcançar as regiões que não têm o trabalho ainda em aplicação, ou seja, procurar um aumento contínuo do alcance do TJC, bem como analisar constantemente os pontos onde podemos aprimorar a qualidade. Acredito ainda que nos locais onde o programa já está consolidado junto às escolas públicas, podemos buscar implementá-lo também nas escolas particulares, visando conscientizar também futuros empregadores”.



Representatividade em Pernambuco

Maria do Carmo Varejão Richlin é outra personagem que, pela sua atuação junto à Amatra 6, merece destaque. Ela é coordenadora do TJC em Pernambuco desde 2005, e suplente da comissão nacional há mais de seis anos. Naquele Estado o programa é aplicado tanto na capital e região metropolitana como no interior, em municípios como Caruaru, Pesqueira, Gravatá, Vitória de Santo Antão e Belo Jardim.

Carmen, como também é conhecida, conta que desde 1999 coordenava outro programa social: “Cidadania e Justiça também se aprende na Escola”, um programa desenvolvido pela AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros; assim, agregou, na aplicação do TJC, grande experiência.

Ela diz que sempre contou com o apoio e com a ajuda dos parceiros (convênios com Secretarias de Estado e de municípios, com clubes de serviços, como Rotarys e Lions, com escolas particulares e também com tribunais e imprensa), de todos os presidentes da Amatra 6 e dos diretores de direitos humanos da Anamatra. Resume a sua trajetória como uma

verdadeira “maratona compartilhada e com muito sucesso para o público-alvo: o alunado”.

Da conversa com ela soube que numa capacitação de professores de escolas públicas realizada no Colégio Americano Batista, em Recife, uma professora pediu ajuda aos magistrados para solucionar uma questão. A professora tinha um aluno por volta de 11 anos que apresentava problemas comportamentais e também com as suas notas. O jovem disse que não sabia porque estava na escola, que o pai era ladrão, que a mãe era prostituta... enfim, ele não acreditava ter um futuro. O desembargador Nildo Nery dos Santos, que é da área criminal da justiça daquele Estado, e os demais magistrados avaliaram a questão em busca de uma solução. Foram feitas visitas ao aluno em sua residência e também na escola, levando o que o programa tinha de melhor para oferecer. Ao fim, os pais do garoto foram orientados e encaminhados a trabalhos dignos; começou a ter diálogo, amor e carinho familiar. Anos depois, souberam que aquele aluno que então estava desesperançado se preparava para iniciar um curso superior.

“O TJC ajuda a construir na magistratura a percepção de que o fortalecimento da cidadania pode se dar também fora dos limites do processo, pois promove o esclarecimento de crianças e adolescentes quanto ao seu papel de cidadão, além de transmitir-lhes informações importantes sobre o Direito do Trabalho.

Jovens bem informados de seus direitos fortalecem a sociedade como um todo e criam autoestima positiva para o enfrentamento das dificuldades que a vida impõe a todos. É desafiador estabelecer uma comunicação produtiva com as crianças e adolescentes fazendo com que eles entendam o conteúdo dos temas propostos, mas o resultado demonstrado a partir da criatividade desses jovens é algo marcante”.

(André Luiz Machado, presidente da Amatra 6)

Em outra ocasião, numa visita a uma escola do Rotary Club, conveniada com a Secretaria de Educação de Pernambuco, houve um momento de interatividade entre os palestrantes. O então Secretário de Educação perguntou aos alunos “se vocês estivessem no meu cargo, o que vocês fariam?”. Teve aluno que falou que aumentaria a quadra de esportes; outro, que pintaria a escola. Até que uma mocinha de 15 anos falou que construiria mais creches porque assim outras jovens mães, como ela, teriam onde deixar os filhos para poder continuar estudando. Tocado pela dura realidade, o secretário lutou para construir mais creches, principalmente nos bairros de população mais carente.

Diante de casos como esses, não é por menos que Carmem garante ter se tornado uma juíza mais humana e cidadã. Ela atribui o êxito do programa ao fato de que os jovens se sentem valorizados com o contato direto com a magistratura. “As crianças e adolescentes se veem em nós no futuro. Vibram e participam ativamente no aprendizado do conteúdo das Cartilhas do TJC para aplicação

em sala de aula; nas suas comunidades; e nas culminâncias, onde se empenham para que as suas respectivas escolas vençam a competição sadia que realizamos aqui em Pernambuco. Inclusive tivemos a grata satisfação de ter como vencedora em certa ocasião uma escola com alunos portadores de necessidades especiais”, concluiu.

Segundo a juíza aposentada Cleide Moreira Cruz, apoiadora do programa na 6ª Região, o magistrado percebe o quanto pode contribuir para abrir horizontes, auxiliando aqueles que indiscutivelmente ditarão o futuro da nação, e que, em contrapartida, também se aprende com os alunos, pelas suas vivências, alegrias e tristezas.

Por acompanhar o programa há anos, Cleide assegura que quando estimulados os alunos passam a dar o melhor de si. E destaca “a participação e o espetacular desempenho de alunos com deficiência auditiva e de fala de uma das escolas participantes, o que demonstra a importância de lutarmos para que se avance cada dia mais nos programas de inclusão”.

TRABALHO



INFANTIL

Amatra 9 – Projeto Crescer Feliz – 2007



Panorama geral

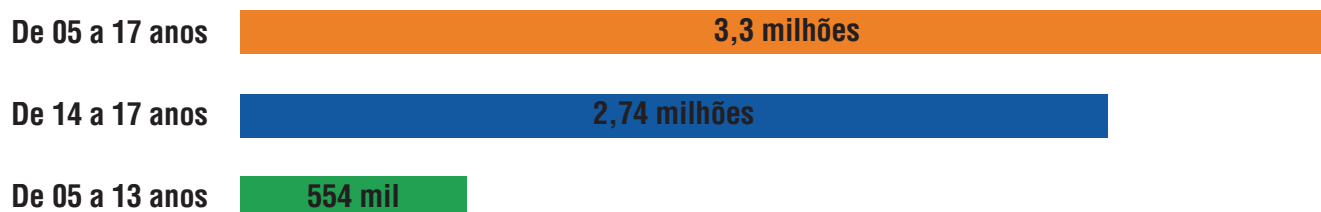
Segundo o relato de Maria Zuíla, preocupa a constatação de uma diretora de escola, de que “todos os alunos dali eram trabalhadores infantis”. É notório que o trabalho infantil é um grande problema social, mas eu nunca visualizei a dimensão desse cenário. Como esse tema é uma das grandes preocupações do TJC, resolvi pesquisar um pouco e constatei um panorama que me deixou assustado.

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, em 2014, 554 mil crianças entre 05 e 13 anos trabalhavam. O número aumenta para 3,3 milhões se incluirmos também os jovens entre 14 e 17 anos. A maioria dos casos de trabalho infantil foi encontrada nas regiões Norte e Nordeste, onde essa “força de trabalho” varia de 20% a 24%. Trata-se de um quadro complexo, que envolve trabalho doméstico, industrial, agrícola e comercial, e que, em alguns casos, atinge condições análogas a de escravo.

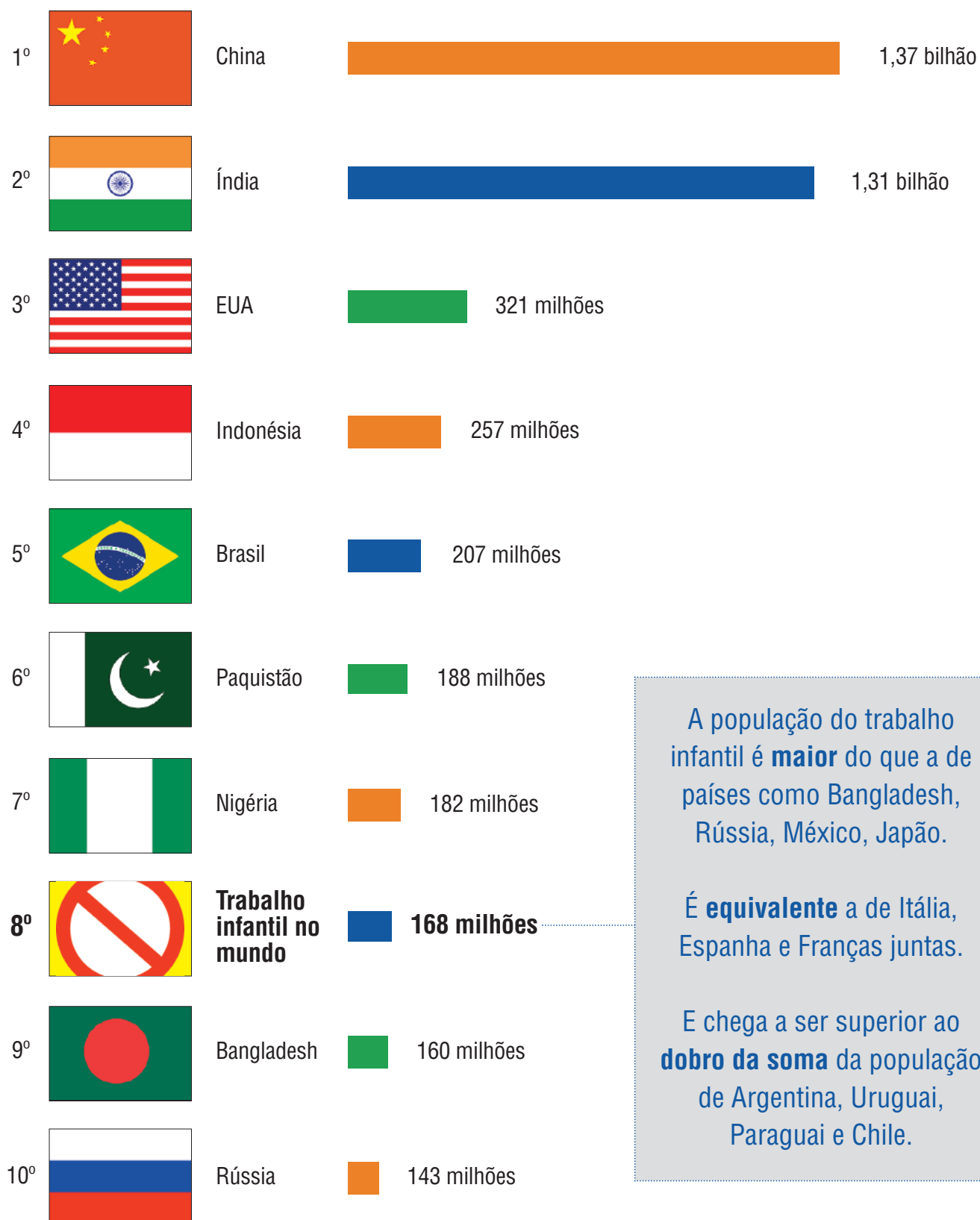
Essa problemática não pode ser uma preocupação só do Estado. A Constituição Federal impõe que é dever também da família e da sociedade “assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (art. 227, CF). Trata-se da proposta de uma proteção integral e prioritária.

Já de acordo com a OIT – Organização Internacional do Trabalho –, 168 milhões de pessoas realizam trabalho infantil no mundo. Se colocássemos todos esses “meninos” num único território a fim de delimitarmos um novo país, esse seria o oitavo mais populoso do mundo. Do número acima, 120 milhões têm idade entre 05 e 14 anos; e cerca de 5 milhões vivem em condições semelhantes à escravidão.

Trabalho infantil no Brasil em 2014 (IBGE)



População mundial em 2015 (Knoema)



A população do trabalho infantil é **maior** do que a de países como Bangladesh, Rússia, México, Japão.

É **equivalente** a de Itália, Espanha e França juntas.

E chega a ser superior ao **dobro da soma** da população de Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

Brincando
de
boneca

Edição



Trabalho não é brincar
Crianças que trabalham perdem
da infância. Pense nisso
participe desse debate
brincando, brincando

TRABALHO INFANTIL
SÓ NA ESCOLA.



Trabalho de: Frances Tockus e Maria Leticia Gusso - Supervisora Leni Nara - Escola Interativa - Curitiba-PR



**O tema era
trabalho infantil.
Por isso,
ninguém levou
na brincadeira.**

Projeto Crescer Feliz. 199 escolas participantes.
Mais de 1000 mini-outdoors criados pelos alunos.



leira.

muito mais problemas do que a perda
com as pessoas próximas a você e
criança pode ter um futuro melhor



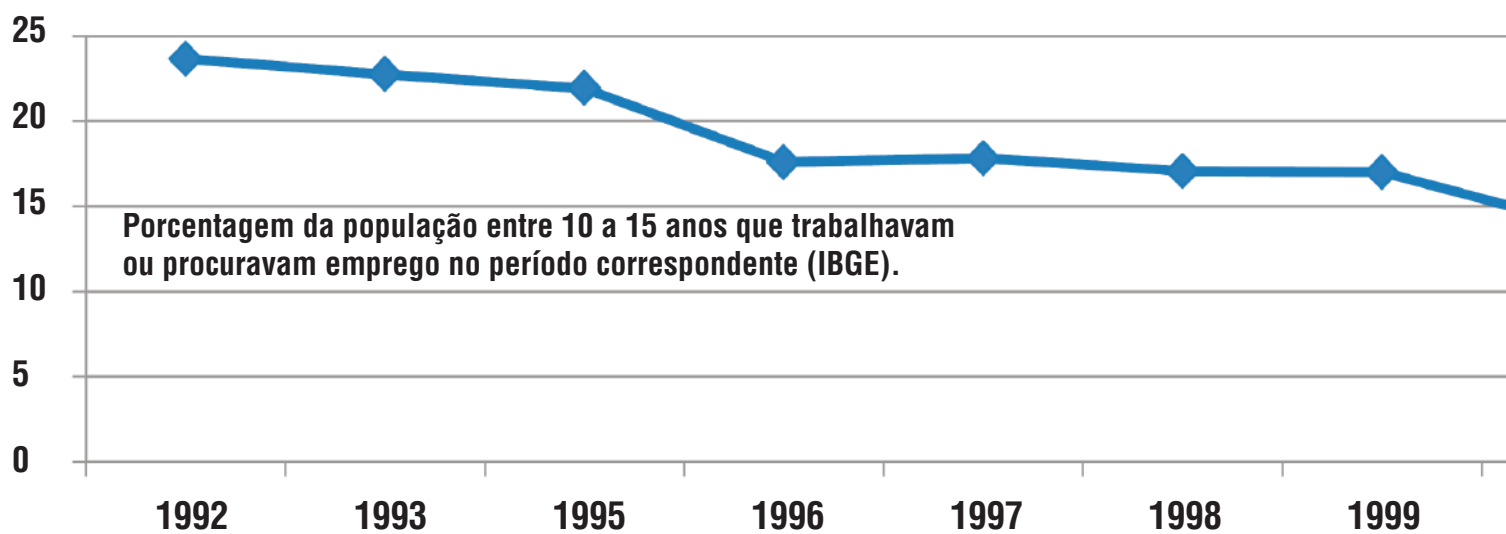
Recuo nos últimos anos

Dos números apresentados, constata-se que o cenário é gravíssimo e que exige medidas urgentes para resolver esse problema de dimensão global. Entretanto, pelo menos no Brasil, estamos vivenciando uma gradual queda no contingente de trabalhadores infantis. Apesar do estarrecedor número de 3,3 milhões de jovens e crianças envolvidos com o trabalho infantil, esse número já foi bem maior, o que representa uma queda que traz esperança de êxito nessa luta, que certamente só vai cessar quando não existir mais nenhum caso.

Considerando o percentual da população de 10 a 15 anos de idade que se encontrava trabalhando ou procurando trabalho, o índice que já foi de 23,63% em 1992 caiu para 9,56% em 2008. Entretanto, essa queda deve ser analisada com cautela, pois deve ser considerado que no mesmo período a população geral aumentou, bem como houve um aumento na média de idade dos brasileiros, dados que certamente podem influenciar numa apreciação mais acurada da situação. Além disso, preocupa a redução da velocidade de queda do trabalho infantil.

Nessa conjuntura, o programa Trabalho, Justiça e Cidadania deixou a sua marca ao contribuir com a redução do trabalho infantil, através das inúmeras ações desenvolvidas, algumas especificamente voltadas para essa temática. Levou ao conhecimento de crianças, de jovens e de seus familiares a noção dos danos irreversíveis causados por essa prática. Tal conscientização foi e ainda é fundamental para mudar uma cultura de que o trabalho deve fazer parte do desenvolvimento da criança. Por isso, passaram a integrar as atividades de capacitação nesta área educadores e outros agentes multiplicadores, a exemplo de agentes comunitários de saúde, membros de conselhos de direitos e outros profissionais ligados a ações de defesa de direitos da criança e do adolescente.

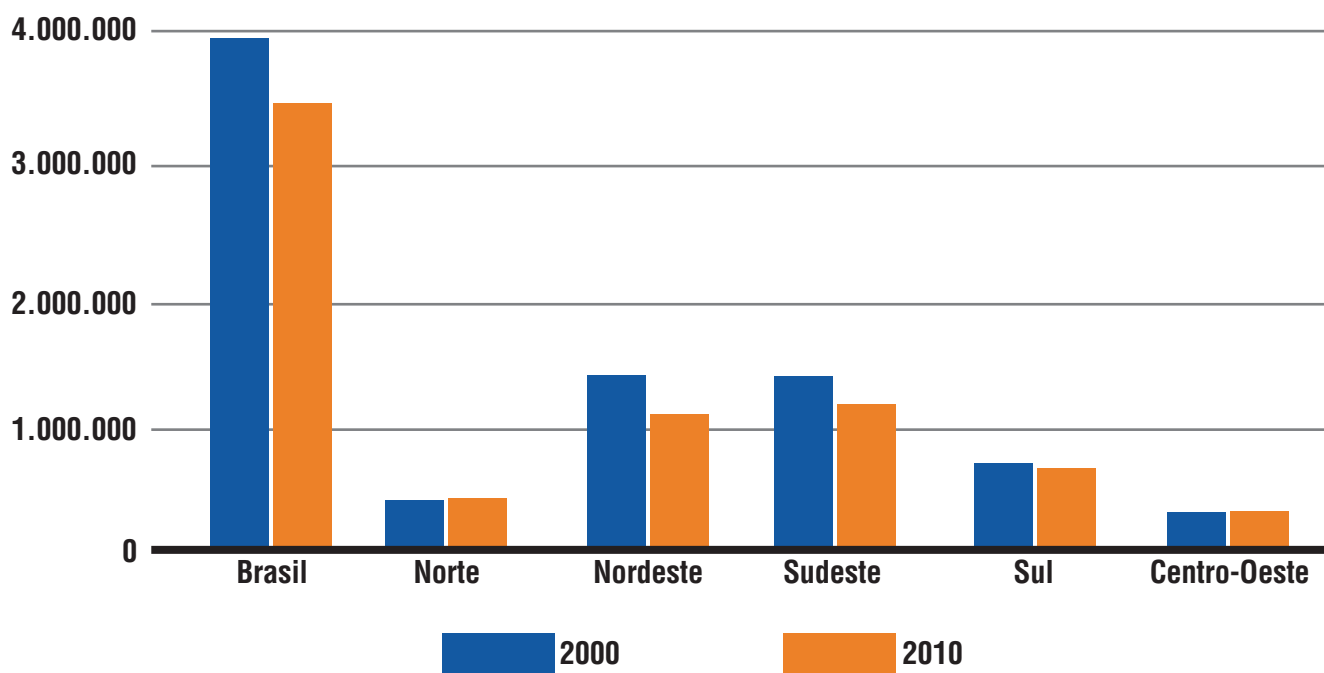
Em fevereiro deste ano, o ativista indiano Kailash Satyarthi, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2014 pelas ações desenvolvidas de combate ao trabalho infantil, reconheceu o Brasil como forte parceiro na causa e ressaltou o papel dos programas sociais na eliminação desta forma de trabalho irregular no país. Em



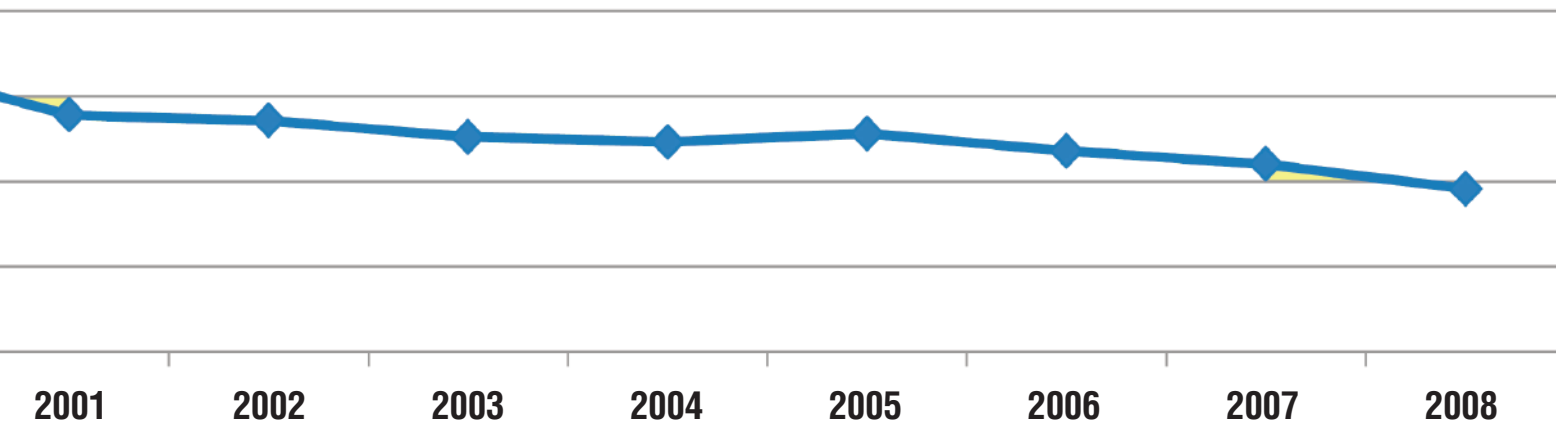
evento no Tribunal Superior do Trabalho em 2016, que contou com o apoio da Anamatra, o ativista também abordou a questão problemática do trabalho escravo contemporâneo, que lamentavelmente também engloba facetas do trabalho infantil.

A substancial redução dos números mostra que o combate feito está gerando resultados importantes, todavia não é possível dar-se por satisfeito diante de um quadro que revela a presença consistente de crianças e de adolescentes no mercado de trabalho de forma irregular.

Trabalho infantil por regiões: de 10 a 17 anos (IBGE)



*Não há dados para 1994 e 2000.





Tráfico de pessoas e trabalho escravo

O trabalho infantil não é problema superficial; quando se constata a associação com o tráfico de drogas, com o tráfico de pessoas e com o trabalho escravo percebe-se a profundidade assustadora desse cenário.

Para se ter uma ideia, em 2013, 573 processos envolvendo trabalho escravo e tráfico de pessoas tramitavam no país. De acordo com a Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, entre 2005 e 2011, foram identificadas 472 vítimas brasileiras exploradas em 18 países, sendo 337 por tráfico para exploração sexual e 135 por tráfico para exploração de trabalho escravo. Esses números sequer são representativos da realidade, considerando que há subnotificação, tanto no caso de tráfico de pessoas quanto do trabalho escravo. Pelo mundo, quadrilhas lucram por ano aproxima-

damente US\$ 32 milhões e exploram 2,4 milhões de pessoas, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Ao ultrapassar as fronteiras do Brasil, exige-se um aparato jurídico muito maior do que os direitos do trabalho e penal para compreender e solucionar esse desafio contemporâneo. A transnacionalidade do crime organizado evidencia a necessidade de se agregar múltiplas disciplinas e de se firmar acordos de cooperação internacional.

O TJC, desde o início, incorporou a necessidade de abordar todos os temas sensíveis ao compromisso de realização dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Por isso, o alerta sobre a existência da escravidão contemporânea tem permanecido como pauta constante das atividades desenvolvidas nas escolas.

Crianças no crime

“O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade.”

(Karl Mannheim)

A pesar de o tráfico de pessoas geralmente seduzir as suas vítimas a partir da promessa de oportunidades profissionais e de uma vida melhor, às vezes nem há promessa. É o caso onde crianças são aliciadas para o crime. É o medo que impera.

O documentário e livro “Falcão – Meninos do Tráfico” relata a dura realidade das crianças e adolescentes que entregaram suas vidas à criminalidade. “Falcão”, de acordo com o relato de um jovem no documentário, “significa aquele que está no tráfico noturno. Que não dorme. Como um passarinho que não dorme à noite.” Atuam em distintas atividades, tendo a função de vigiar a favela, avisar os traficantes da chegada da polícia, carregar drogas e comercializá-las. Quando “cochilam” no ponto e o “cerco fecha” sobre a bandidagem, são punidos com a morte. Não há tolerância para erros.

A participação infantil e juvenil no sub-mundo do crime não é restrito a essas atividades. Há participação em roubos, furtos, homicídios e sequestros, inclusive com metas de resultados. Muitos chegam a acreditar veementemente que essa é a única oportunidade de vida que terão, demonstrando que qualquer so-

nho infantil preexistente foi ceifado num passado nem tão distante.

Observando a necessidade de estar em ambientes diversos, o programa Trabalho, Justiça e Cidadania, em algumas regiões, também é aplicado em instituições que abrigam adolescentes em conflito com a lei, nas quais há aplicação de medidas socioeducativas.

No Distrito Federal, o desembargador Mário Caron, que foi coordenador do programa entre 2013 e 2015, destaca a importância do TJC na Escola Meninos e Meninas do Parque, cujos alunos vivem em extrema pobreza, morando nas ruas e em albergues. Muitos deles já tiveram contato com o mundo das drogas e do crime. Na escola se percebe os problemas de acesso dos mais pobres à escolarização. Ao mesmo tempo, a instituição se propõe a uma prática pedagógica voltada à ideia de uma escola pública vista como construtora do ser social. A presença dos juízes na escola durante o “tiradúvidas” e, depois, a presença dos alunos no Foro Trabalhista de Brasília, visivelmente possibilita uma troca em que nenhum dos envolvidos consegue dimensionar, de forma total, a influência recíproca de vivências tão diversas.

Em busca de um sonho

As crianças são sonhadoras por natureza. Quando se trata de seu futuro, muitas desejam alcançar as profissões que popularmente têm maior prestígio financeiro e social, como atletas e artistas. Mesmo que muitas vezes seja uma aspiração mais dos pais do que dos próprios filhos, eles embarcam atrás desse objetivo porque acreditam que será o melhor; com frequência pagam caro por isso.

Em 2012, o jovem Wendel Junior Venâncio da Silva, de 14 anos, faleceu durante um teste de futebol no Vasco. Muitos debates surgiram na época para que fossem criados convênios entre as escolinhas de futebol e os sistemas de ensino, o que garantiria a continuidade da educação e a permanência da criança e do jovem no seio de sua família.

A realidade por trás da busca de sucessos nessas carreiras tão almejadas é muitas vezes desconhecida. No futebol, há uma rotina extremamente desgastante, com treinos exaustivos e longas viagens atrás de testes para os grandes clubes, as chamadas “peneiras”. Aqueles que são selecionados, com frequência precisam se mudar para longe da família.

Meninas que sonham em ser modelo, além das rotinas alimentares muitas vezes prejudiciais, sofrem também com a distância da família quando agenciadas. O cenário não é mais favorável no meio musical, onde os jovens trazem na bagagem apresentações noturnas em bares e eventos sociais que afetam a rotina estudantil.



Com sorte, após muita luta, empenho e renúncia, alcançam o almejado sucesso, ou seja, a família, as brincadeiras e a escola ficam em segundo plano por causa de um “projeto de vida” que pode realmente ser sólido e seguro. Mas isso não ocorre nos cenários tradicionais de exploração trabalho infantil, onde muitas famílias são enganadas por pessoas de má índole, que se aproveitam da fragilidade, da ingenuidade e do sonho com uma vida melhor para dar os mais diversos golpes, incluindo o tráfico de pessoas.

Na escola, as crianças têm a oportunidade de visualizar um outro futuro, novas profissões e possibilidades diversas.

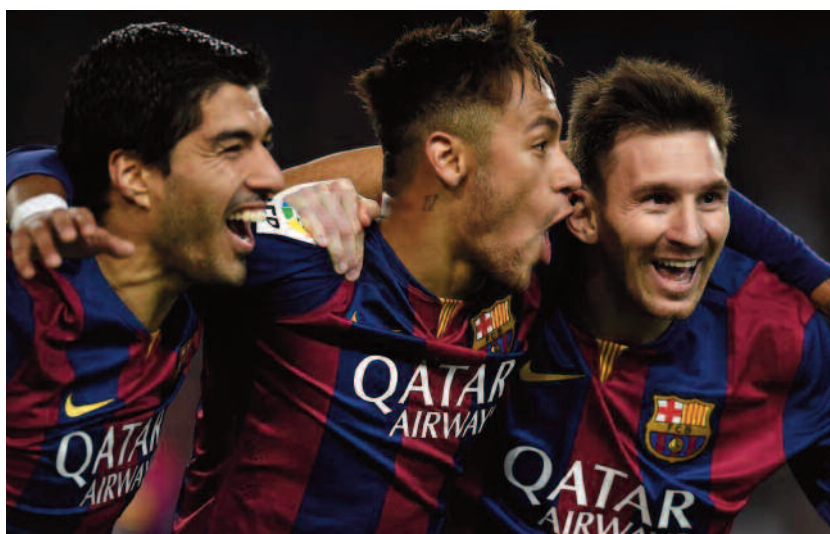
No futebol, “são comuns os atravessadores que se aproveitam da ilusão e desejo das crianças, e da necessidade das famílias. Existe um processo migratório muito intenso e muito sério ligado à transferência de crianças com olheiros que buscam potenciais talentos, especialmente para os clubes grandes. E são comuns os relatos de casos de violação sexual dessas crianças, especialmente dos meninos nas escolinhas de futebol”, explica Renato Mendes, coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da OIT.



Sobre a morte do jovem Wendel, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Paraná, Ana Christina Brito Lopes, afirma que “é a ponta do iceberg de uma situação grave coberta por glamour”. E questiona: “Quantos outros milhares de garotos não chegaram a ter sucesso? O que acontece com eles? Quantos outros, por terem feito exercícios excessivos, ficaram com problemas na coluna, joelho ou ombro?”.

“O problema envolve questões de tráfico interno, externo, mas é tratado com muita naturalidade. Não é enxergado. Se compararmos a intensidade de alguns treinos com outras funções, é possível caracterizar a exploração entre as piores formas de trabalho infantil. Há atividades que vão causar danos à saúde. É muito difícil porque as pessoas estão fazendo o que gostam, querem fazer isso e vão assumindo esse risco”, completa.

A partir do contato com os ensinamentos oferecidos pelo TJC, os jovens passam a conhecer os instrumentos legais que estão à sua disposição no enfrentamento de situações de exploração. Ou seja, aprendem como exercitar a cidadania plenamente.





A cultura do trabalho infantil

Em muitas comunidades há uma verdadeira cultura do trabalho infantil, onde se costuma ter uma visão positiva quanto ao labor da criança. Acreditam (ou pelo menos assim se justificam) que quem trabalha cedo desenvolve virtudes importantes, como a ajuda familiar e o afastamento do crime e das drogas.

Em reportagem da BBC Brasil, veiculada em 2003, sob o título “Questão cultural difícil erradicação do trabalho infantil”, Marcos Vinícius contou que catava latinhas na capital mineira com apenas 12 anos de idade. Segundo ele, “é um bom trabalho, melhor do que ficar à toa”. Tiago, então com 14 anos, morador do Rio de Janeiro, tem uma opinião

parecida: “quando a gente chega à adolescência, se está ocupado com alguma coisa, a gente não pensa em fazer besteira”.

Mario Volpi, então oficial de programas do Unicef, explica que “as famílias, principalmente as mais pobres, veem a questão do trabalho como uma forma de livrar a criança e o adolescente da marginalização, da exclusão social, do envolvimento com drogas. É essa visão cultural que deposita no trabalho uma forma de prevenção dos males”.

Segundo Frederico Fernandes de Souza, então assessor especial do governo da Bahia para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, “mitos como ‘eu também trabalhei

quando criança, meu pai trabalhou' só reforçam esta cultura de que é normal criança trabalhar. Mas o que acontece normalmente é que o trabalho precoce prejudica a escolarização das crianças e uma futura colocação no mercado de trabalho”.

O TJC tem se revelado um notável instrumento no combate ao trabalho infantil e são muitas as experiências vivenciadas ao longo dos anos, sendo por isso reconhecido pela OIT como um bom método para difundir as suas normas, o que gerou a celebração de termo de cooperação entre a agência internacional e a Anamatra, do qual nasceu a Cartilha Internacional do Direito do Trabalho, uma das ferramentas de aplicação do TJC.

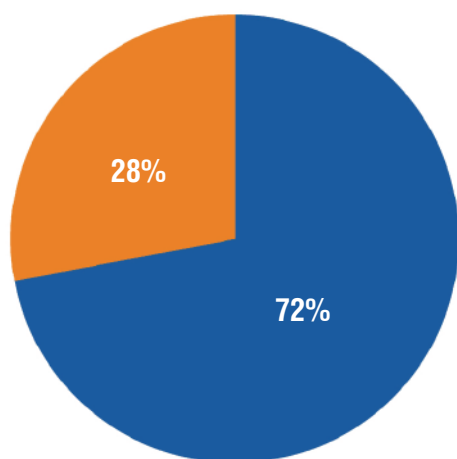
O TJC se constituiu em primeiro instrumento de ingresso da magistratura trabalhista em algumas agendas estaduais e municipais de trabalho decente. O *Trabalho Decente* converge os quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho – em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva

do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação –, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. Tais eixos estão retratados de forma lúdica na Cartilha Internacional do Direito do Trabalho.

O TJC, portanto, atua na promoção do Trabalho Decente, se consolidando como eficaz instrumento no combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil e na promoção de dignidade para os jovens. Por isso mesmo, o TJC possibilitou o ingresso e a participação efetiva da magistratura trabalhista nas Agendas de Trabalho Decente, em diversas Conferências Municipais e Estaduais de Trabalho Decente e mesmo na I Conferência Nacional.

Na Bahia, por exemplo, onde foi formalizada a primeira agenda subnacional do mundo (2007), juízes do trabalho, através do TJC, atuam em diversas frentes, como nas Caravanas de Erradicação do Trabalho Infantil, que percorrem diversos municípios baianos, selecionados pelos baixos índices de desenvolvimento humano e pela ausência ou insuficiência de políticas públicas de combate ao trabalho infantil, com o objetivo de alterar esta realidade.

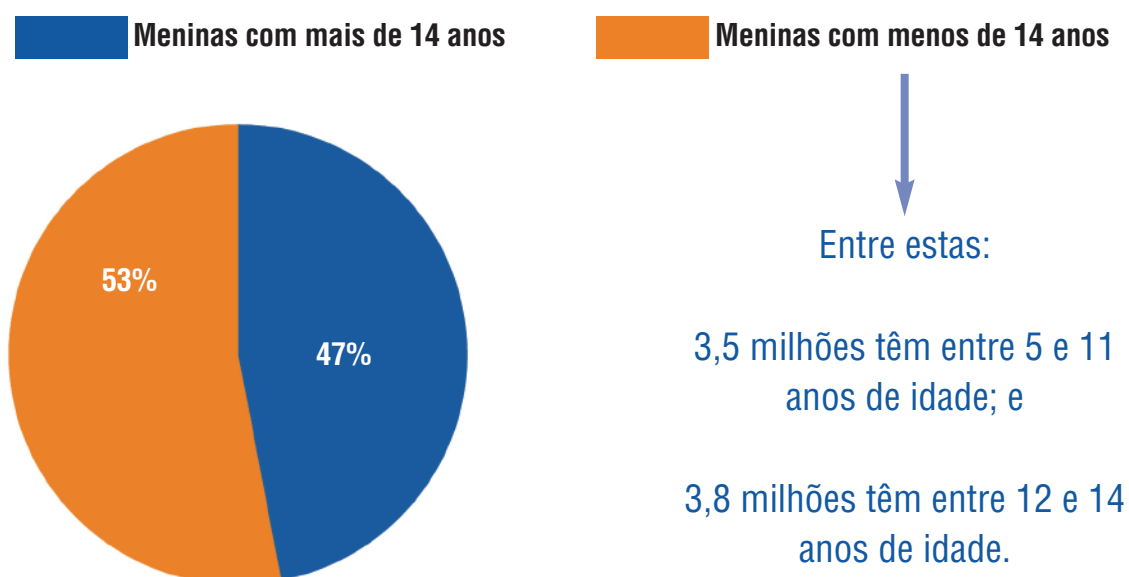
Trabalho infantil doméstico (OIT)



Meninas Meninos

15,5 milhões de crianças em todo o mundo estão envolvidas com o trabalho doméstico.

Trabalho infantil doméstico feminino (OIT)



As ações do TJC no combate ao trabalho infantil e na promoção dos direitos dos adolescentes trabalhadores têm obtido o reconhecimento em agendas nacionais e nas de outros países; estes últimos nos encontros internacionais de agendas subnacionais ocorridos na Bahia, Argentina e Uruguai, promovidos pela OIT.

Além disso, os juízes do trabalho tem participado, com o TJC, de fóruns de erradicação do trabalho infantil, através dos quais reforçam o trabalho em rede, multiplicam as ações educativas e contribuindo para a transformação social.

Em 2015, foi lançada a obra “Boas práticas: combate ao trabalho infantil no mundo”, uma publicação organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela OIT com o objetivo de destacar políticas exitosas sobre essa temática ao redor do mundo.

Representando o Brasil, o TJC foi destacado em razão dos resultados obtidos: mais de 80 mil estudantes e 6 mil professores participaram do programa e foram capacitados em cursos e treinamentos, tendo como objetivo “contribuir para a formação integral das crianças nas escolas, conscientizar sobre o trabalho infantil, os direitos fundamentais ao estudo e ao lazer, bem como sobre a importância da permanência na escola para desenvolvimento físico, cultural, psicológico e social. Além disso, o programa busca integrar o Poder Judiciário com a sociedade”.

O trabalho apontou que um dos grandes desafios enfrentados pelo TJC é “superar a cultura de que é melhor a criança trabalhar do que se tornar marginal”, além das dificuldades burocráticas no estabelecimento de convênios com órgãos e instituições educacionais e a “necessidade de maiores recursos para a edição das cartilhas, para aquisição do material didático e para organização dos eventos”.

Apesar das dificuldades, o que é inerente de todo grandioso programa, “Boas práticas” registrou bem as lições aprendidas: “a solução é pela educação de qualidade em tempo integral. É preciso vencer a resistência dos pais e responsáveis que utilizam o trabalho dos filhos em razão de suas necessidades e da falta de meios sociais para superá-las. O programa tem demonstrado a efetividade de trabalhar em rede de parcerias, articulando apoio e proteção, sobretudo em relação às piores formas de trabalho infantil”.

A mesma publicação da OIT registra como boa prática a Semana de Erradicação do Trabalho Infantil de Itapetinga, realizada desde 2011, com foco na mobilização social e com o objetivo de sensibilizar e articular os integrantes da rede de proteção social, a sociedade, os educadores, os meios de comunicação e as lideranças sobre o trabalho infantil e a necessidade de enfrentá-lo.

A ação envolve formação de multiplicadores, divulgação de informações e esclarecimentos sobre a rede de proteção, audiências públicas, busca ativa de crianças em situação de trabalho, seminários nas escolas, tudo com a utilização das cartilhas do TJC.

Entre as lições aprendidas com esta prática está a importância do trabalho em rede, a sensibilização da sociedade e dos educadores para derrubar os mitos que cercam o trabalho infantil e a importância dos professores e da participação dos agentes comunitários de saúde nas ações de formação, de modo a alcançar as famílias e outros núcleos de concentração de trabalho infantil, especialmente o doméstico, cuja fiscalização é mais difícil.

Merece destaque o fato de que em todas essas ações, aplica-se o conteúdo do TJC. A Cartilha Internacional do Direito do Trabalho relaciona as razões pelas quais a criança não deve trabalhar, traduzindo na linguagem do “cartoon” o conteúdo das convenções fundamentais da OIT sobre o tema: as de números 138 e 182, sobre idade mínima para o trabalho

e sobre as piores formas de trabalho infantil.

Enquanto o trabalho infantil nas ruas é escancarado, para toda a sociedade ver, os abusos no trabalho doméstico são ocultos, pois ocorrem dentro dos lares, seja no próprio seio familiar ou em casas de terceiros.

Segundo dados divulgados pela OIT (2013), 15,5 milhões de crianças em todo o mundo estão envolvidas em trabalho doméstico, remunerado ou não, em casa de terceiros. A maior parte é formada por meninas (72%). Sabe-se que 47% das crianças trabalhadoras domésticas têm menos de 14 anos e, dessas, 3,5 milhões têm entre 5 e 11 anos de idade e 3,8 milhões entre 12 e 14 anos.

Ainda de acordo com a OIT, em um dos dados mais alarmantes, muitas crianças realizam trabalho doméstico em consequência de serem vítimas de trabalho forçado ou de tráfico de pessoas. Estima-se que 5,5 milhões de crianças se encaixem nessa categoria. Por essas razões, a denúncia por parte da sociedade e a conscientização das famílias é fundamental para coibir essa prática indesejável (disque 100).

O cenário atual é angustiante. Entretanto, a redução gradual conquistada nos últimos anos nos mostra que é possível mudar esse quadro indesejável. O combate ao trabalho infantil é só uma das vertentes de atuação do TJC em busca de uma sociedade mais justa. Problemáticas como segurança no trabalho e violação de direitos básicos do trabalhador, como, por exemplo, no trabalho doméstico, também são de preocupação do programa. E não é por menos, afinal essas questões têm números preocupantes.

Como o TJC adquire força na medida das parcerias que constrói, nos últimos tempos têm sido relevantes os laços estabelecidos com os tribunais, os quais também atuam observando a existência do Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, que tem coordenação nacional no Tribunal Superior do Trabalho.

TRABALHO

De acordo com a OIT, 83% dos trabalhadores domésticos do mundo são mulheres. No Brasil a proporção é ainda maior. Segundo o IBGE, em 2011 o contingente de mulheres correspondia a 92,6% do total, onde a grande maioria é negra e de baixa escolaridade.



DOMÉSTICO

À luz da Convenção 189 da OIT, o Brasil promulgou a PEC das Domésticas e a Lei Complementar 150/2015, garantindo aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos ou rurais.



Panorama geral

Trabalho doméstico no Brasil (OIT/2010)

Mulheres

6,7 milhões

Homens

504 mil

Bastante difundido e praticado no Brasil, o trabalho doméstico acontece em um espaço de difícil acesso ao Estado. Em termos mundiais, a Organização Mundial do Trabalho estima que mais de 52 milhões de pessoas exerçam essa atividade. Segundo a OIT, 45% não têm descanso semanal ou férias anuais remuneradas; mais de um terço das trabalhadoras domésticas não têm proteção à maternidade; e 29,9% estão excluídos da legislação laboral nacional.

A ocupação nos serviços domésticos engloba atividades como: cozinheiros, governantas, babás, lavadeiras, faxineiros, vigias, motoristas particulares, jardineiros, acompanhantes de idosos, entre outras, desde que de maneira não eventual e como meio de subsistência.

Sandra Polaski, subdiretora Geral da OIT, explica que “aos trabalhadores domésticos frequentemente se exige que trabalhem mais horas que outros trabalhadores e em muitos países não desfrutam do mesmo direito ao descanso semanal que outros trabalhadores. Junto à falta de direitos, a dependência extrema de um empregador e a natureza isolada e desprotegida do trabalho doméstico podem torná-los vulneráveis à exploração e ao abuso”.

De acordo com a OIT (2010), o Brasil possui 7,2 milhões de empregados domésticos. Do total, 6,7 milhões são mulheres, contra apenas 504 mil homens. É no âmbito privado das famílias que 17% das trabalhadoras brasileiras desenvolvem sua atividade profissional. Nesse

ambiente, muitos trabalhadores não têm descanso semanal, nem hora extra remunerada, auxílio maternidade, 13º salário ou férias remuneradas. É um verdadeiro trabalho informal... mais uma “cultura” que precisa ser combatida e, aqui, o TJC segue contribuindo.

Segundo o estudo, o país apresenta o maior contingente de trabalhadores domésticos do mundo. Entretanto, a pesquisa não traz dados sobre a China, a maior população mundial, mas, mesmo que esse país viesse a superar o Brasil em termos quantitativos, a preocupação com o tema não seria menor.

Em diversas escolas nas quais o TJC é aplicado, especialmente durante as atividades de “tira-dúvidas”, questões sobre o trabalho doméstico aparecem de forma recorrente, seja porque as estudantes por vezes estão no mercado de trabalho nessa condição, seja porque surgem histórias das mães, avós e parentes desses alunos. Em escolas com público de baixa renda, há forte predominância desse tipo de colocação no mercado de trabalho.

Na Bahia, por exemplo, além do TJC aplicado nas escolas, a Amatra 5, no âmbito da Agenda Bahia do Trabalho Decente, participa das ações da “Semana de Valorização do Trabalho Doméstico”, realizadas ao longo dos últimos cinco anos, nas quais, em praças públicas e *shopings centers*, juízes e outros profissionais do direito falam à população e às trabalhadoras domésticas sobre direitos, deveres e garantias, com distribuição das cartilhas.



Questão de gênero e cor/raça

De acordo com a OIT, 83% dos trabalhadores domésticos do mundo são mulheres. No Brasil a proporção é ainda maior. Segundo o IBGE, em 2011 o contingente de mulheres correspondia a 92,6% do total, onde a grande maioria é negra e de baixa escolaridade.

Uma transformação social que vise reduzir as desigualdades de gênero e de cor/raça passa, sem dúvida, pela melhora das condições de trabalho de quem exerce o labor doméstico, uma vez que é uma categoria predominantemente feminina e negra.

Com relação à faixa etária das empregadas domésticas, percebe-se um envelheci-

mento da categoria. Em 2004, o maior percentual de postos era ocupado por mulheres entre 30 e 39 anos de idade. Já em 2011, a maior parcela de trabalhadoras estava entre os 40 e 49 anos. Nota-se também um considerável aumento no percentual de mulheres com 50 anos ou mais a exercerem trabalho doméstico.

Diversos fatores explicam essa mudança na faixa etária. O aumento de escolaridade das jovens, que possibilita a busca por ocupações mais valorizadas, com melhores remunerações e mais formalizadas que o trabalho doméstico, certamente é um dos principais motivos dessa alteração.

Direitos equiparados

A “Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos” (nº 189) da OIT, aprovada em Genebra em 2011, busca, em síntese, garantir condições de trabalho decentes aos que exercem este ofício, de forma que estes tenham direitos equivalentes aos demais trabalhadores.

Entre os tópicos tratados na Convenção foi firmado entendimento sobre:

a) a necessidade de adotar medidas para assegurar a promoção e proteção dos direitos humanos de todos os trabalhadores domésticos, incluindo a liberdade sindical, a abolição ao trabalho forçado e a eliminação de toda forma de discriminação;

b) a definição de uma idade mínima para o trabalho doméstico, bem como o combate ao trabalho infantil;

c) a adoção de medidas para a proteção dos trabalhadores domésticos contra toda forma de abuso, assédio e violência; e

d) garantias e direitos como salário mínimo, jornada de trabalho, descanso semanal, liberdade de ir e vir, seguridade social e acesso à Justiça.

À luz da Convenção 189 da OIT, o Brasil promulgou a PEC das Domésticas e a Lei Complementar 150/2015, garantindo aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos ou rurais.

Para Martin Oelz, especialista em Direito do Trabalho da OIT sobre as condições de trabalho no mundo, “com a aprovação da emenda constitucional, o Brasil se torna um exemplo para outros países. A nova lei brasi-



leira está totalmente alinhada com a Convenção da OIT e reflete os objetivos dessa convenção, que também é baseada na ideia de um tratamento igual para os trabalhadores domésticos”, afirma o jurista.

Naturalmente, a sociedade leva um tempo para entender e se adaptar à nova legislação. Nesse sentido, empregados e empregadores se deparam com inúmeras dúvidas quanto às relações trabalhistas e os novos direitos em vigor. É evidente que a ambos cabe a missão de se adequar às novas regras, entretanto, ao trabalhador, principal interessado, o compromisso deve ser ainda maior.



Mas vem a reflexão: de que adiantam medidas desse tipo se a parte mais interessada não tomar conhecimento pleno dos seus direitos? Enquanto nas capitais o acesso à informação é facilitado pela própria estrutura das cidades e seus meios de comunicação, numa pequena cidade do interior pode ser que essas inovações sociais não cheguem ao conhecimento dos interessados nem pelo velho radinho à pilha.

O Brasil já deu passos largos ao desenvolver uma legislação capaz de promover a igualdade entre os trabalhadores, sejam domésticos ou de qualquer outro ofício, rural ou

urbano. O envelhecimento da classe também é positivo, no sentido que demonstra a existência de melhores oportunidades aos mais jovens. Mas só a legislação não é suficiente para garantir os direitos expressos em lei.

O TJC aparece nesse cenário com o propósito de levar conhecimento jurídico a todos os interessados: sana as dúvidas daqueles que tomaram conhecimento das medidas, mas que não sabem como proceder; e leva a informação também aos que estão às margens da sociedade moderna. Por meio das crianças e jovens, principal público-alvo do programa, as famílias tomam conhecimento dos seus direitos e de meios para exigir que eles sejam respeitados.

Reconhecido pela OIT como uma metodologia eficiente na difusão de noções de direito e na promoção da cidadania e com foco nas normas internacionais, representantes da Anamatra e da comissão nacional do TJC participaram da sua 100ª Conferência, em Genebra, Suíça, testemunhando a aprovação da Convenção 189, que reconhece a igualdade de direitos aos trabalhadores domésticos. Na ocasião, a Cartilha do Direito Internacional foi lançada em dois idiomas – português e inglês – e, mais tarde, em Lima, no Peru, foram lançadas as edições em espanhol e francês.

Um fato interessante é que, participando pela primeira vez de uma Conferência da OIT, Eliete Teles e Rosemeire Fernandes, além do cartunista Marcos Vaz, constataram a singularidade e a diversidade das inúmeras delegações dos diversos países membros daquela organização internacional, que ostentavam os trajes característicos de cada região do planeta, revelando toda a diversidade humana, social, étnica, cultural, representada no colorido da Cartilha Internacional do Trabalho. Relembrou, emocionados, as muitas discussões ocorridas na elaboração da cartilha, que, embora de forma lúdica, busca retratar também a rica diversidade de usos e costumes dos diversos povos.



SEGURANÇA E SAÚDE



A cada 15 segundos, 115 trabalhadores sofrem acidentes no trabalho. No mesmo intervalo, um trabalhador morre por acidente ou enfermidade laboral.

Panorama geral

Em suas mais distintas formas, moldadas ao longo dos séculos, o trabalho é um dos principais responsáveis pela organização social. Praticamente tudo aquilo que usufruímos à nossa volta é fruto do trabalho humano. As demandas não decorrem apenas da necessidade de subsistência; passam pelos avanços da ciência, da engenharia, do esporte, do lazer e também de amenidades que tornam a nossa vida mais prática e confortável. Para tanto, não são poucos os trabalhadores que se submetem a atividades de riscos.

O perigo assumido, a falta de cuidados ou de preocupação com a segurança e a insuficiência de equipamentos adequados de proteção contribuem para a imensa quantidade de acidentes registrados todos os anos. De acordo com o IBGE, entre 2012 e 2013, quase cinco milhões de trabalhado-

res se acidentaram no Brasil. Um número inédito nas pesquisas brasileiras, que até então se baseavam apenas nas comunicações oficiais ao governo. No mesmo período de tempo, de acordo com a Previdência Social, houve 718 mil acidentes. Um número, portanto, mais de seis vezes menor que o constatado pelo IBGE.

Para Celia Landmann, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que coordenou o estudo juntamente com o IBGE, o número é muito alto, mas não foi uma grande surpresa. “Em atendimentos de acidentes e violência em serviços de emergência, a proporção de acidentes de trabalho é de 33%”, disse. Os dados indicados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (2013) para acidentes e enfermidades são ainda mais impressionantes:



317 milhões
de acidentes não letais

321 mil
de acidentes letais



Dos números apresentados, constata-se que as atenções não podem se voltar apenas aos acidentes, onde o risco parece mais evidente, mas também às enfermidades ocupacionais, que causam danos consideráveis a uma alta parcela dos trabalhadores.

Para a OIT, em nota, “a ausência de uma prevenção adequada das enfermidades profissionais tem profundos efeitos negativos não somente nos trabalhadores e suas famílias, mas também na sociedade devido ao enorme custo gerado, particularmente no que diz respeito à perda de produtividade e a sobrecarga dos sistemas de seguridade social. A prevenção é mais eficaz e tem menos custo que o tratamento e a reabilitação. Todos os países podem tomar medidas concretas agora para melhorar sua capacidade de prevenção das enfermidades profissionais ou relacionadas com o trabalho”.

O trabalhador é a parte hipossuficiente da relação empregatícia; entretanto, é quem mantém a roda girando. A cultura do lucro máximo a todo custo, aplicada por muitas empresas, tem ceifado a vida e a dignidade de milhares de pessoas. Se é assim com trabalhadores “tradicionais”, o que dizer daqueles que estão na clandestinidade, como os que decorrem de tra-

balho infantil ou de tráfico de pessoas?

A Constituição é clara ao proibir o trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Entretanto, somente no Estado do Paraná, segundo a Secretária de Saúde local, entre os anos de 2007 e 2015, mais de duas mil pessoas entre oito e dezoito anos sofreram acidente laborais.

E como não lembrar da tragédia que fez mais de 800 vítimas fatais no desabamento de uma fábrica têxtil em Bangladesh (2013)? E os 33 mineiros chilenos confinados nas piores condições a quase 700 metros abaixo do solo (2010)? E o que dizer de todas as vítimas diretas e indiretas do desastre em Mariana (2015)?

Assim como é necessário aumentar a fiscalização e a punição aos infratores (medida repressiva), é fundamental realizar um trabalho preventivo, informando os trabalhadores da importância de reivindicarem os seus direitos. É nesse ambiente que atua o Trabalho, Justiça e Cidadania, pois fornece aos jovens conhecimentos necessários para superar os desafios do primeiro emprego e aos mais velhos uma percepção mais completa sobre o seu valor social.

O TJC e o programa Trabalho Seguro

Diante de tantas vidas ceifadas pela insegurança no trabalho, o dia 28 de abril (mesmo dia e mês do lançamento dessa obra) está registrado no calendário para homenagear os milhões de trabalhadores que morrem todos os anos. É o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho (nos EUA, Workers' Memorial Day), sendo um momento para refletir e agir em prol da vida.

Sobre esses diversos contextos, a Anamatra leva informação clara e transparente para os rincões do país, sempre com o objetivo de que as equivocadas “culturas locais” sejam superadas pelos direitos fundamentais inscul-

pidos na Constituição Federal. Como aplicadores e interpretadores de normas, os magistrados encontram nesse programa um meio alternativo de prestação jurisdicional, afinal o conceito de justiça é muito mais amplo e complexo do que o próprio direito transcrito numa sentença.

O TJC também tem parcerias com outros programas engajados nesse mesmo propósito de melhorar o meio ambiente do trabalho, como é o caso da sua atuação junto ao Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

O conhecimento transferido pelo TJC cria um verdadeiro empoderamento do público-alvo, que passa a entender os seus direitos e deveres, as obrigações do empregador e as formas de lutar pelo que a Constituição assegura.



Trata-se de uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em conjunto com diversas instituições públicas e privadas (dentre as quais a Anamatra e as Amatras marcam forte presença), visando à formulação e à execução de projetos e de ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Em dezembro de 2015, o TJC foi apresentado como exemplo de integração entre o trabalho da magistratura e as demandas da sociedade durante reunião dos gestores regionais do programa Trabalho Seguro. As diretoras da Anamatra, Noemia Porto, de Cidadania e Direitos Humanos, e Silvana Abramo, de Formação e Cultura, ressaltaram os resultados positivos do TJC, apontando-o como um instrumento poderoso para o desenvolvimento de direitos humanos igualitários e de cidadania e educação com pauta, inclusive, na segurança laboral.

O conhecimento transferido pelo TJC cria um verdadeiro empoderamento do público-alvo, que passa a entender seus direitos e deveres, as obrigações do empregador e as formas de lutar pelo que a Constituição assegura.





Reconhecimento e valorização

A Anamatra também atua numa frente de reconhecimento dos atores e das ações que são desenvolvidas no Brasil com o objetivo de promover a defesa dos direitos humanos no meio ambiente do trabalho.

Em 2007 foi lançado o Prêmio Anamatra de Direito Humanos, que todo ano homenageia pessoas físicas e jurídicas pelas suas iniciativas na área. A premiação começou com três categorias: Imprensa, Instituição e Judiciário Cidadão. Em 2012 foi criada uma nova categoria: TJC, com o objetivo de valorizar os

trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos em quase todo o país e que, na época, já tinham atingido mais de 100 mil estudantes e jovens trabalhadores.

O primeiro agraciado nessa categoria foi o professor Clóvis Renato Costa Farias, pelo trabalho Comunidade e Direitos Sociais, realizado no Ceará, em parceria com a Amatra 7, com o objetivo de esclarecer aos alunos das escolas públicas profissionalizantes sobre direitos básicos do trabalhador (fotos da página ao lado).

Já em 2014, o prêmio foi para o trabalho Viva+TJC, da professora Domingas Rodrigues Cunha, do Centro de Ensino Médio 3, do Gama/DF. Ela desenvolveu um trabalho de forma lúdica com a Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, além de utilizar o vídeo “Correntes”, produzido pela ONG Repórter Brasil para analisar e debater o tema do trabalho escravo no Brasil contemporâneo (fotos desta página).

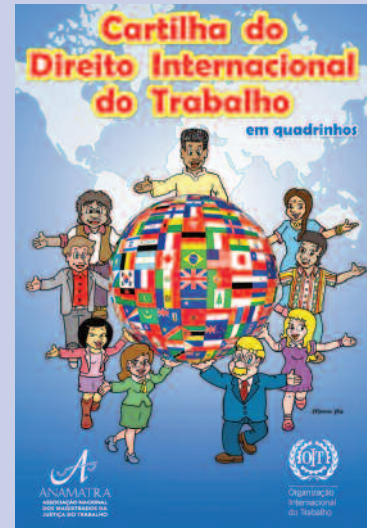




(c) Marcos Yáez

CARTILHA DO TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL em quadrinhos





O profissional por trás dos quadrinhos

Como visto, vários problemas do país relacionados ao trabalho decorrem de culturas locais que acreditam que aquela forma de proceder é a mais correta, como no caso do trabalho infantil, onde muitos pais creem veementemente que é assim que os filhos se desenvolverão melhor. Não é tarefa fácil inserir novos conceitos e ideias a quem tem enraizada uma prática nociva como sendo correta.

Diante dos números alarmantes que foram apontados nos capítulos anteriores, eu estava curioso em saber como foi criar, numa linguagem sensível e compatível ao público-alvo, o principal instrumento de trabalho do TJC. Fui então atrás do criador dos personagens das cartilhas, pois elas foram desenvolvidas com o objetivo de quebrar esses paradigmas. A pessoa responsável por conseguir abordar com eficiência temas tão sensíveis, e também por criar os seus personagens, é Marcos Vaz

A sua história com o TJC começou com o nascimento do programa, em 2004, quando produziu a primeira edição da Car-

tilha do Trabalhador em Quadrinhos, a convite da Anamatra. Este convite foi fruto de um trabalho anterior, realizado com a AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros, em 1992, quando elaborou a primeira edição da Cartilha da Justiça em Quadrinhos. A publicação nacional voltada para levar noções de cidadania e justiça à população buscava preencher uma lacuna histórica existente entre o Poder Judiciário e o povo brasileiro, pois na época o desconhecimento de direitos – que também pressupõe deveres – era gigantesco. Pouco se falava sobre isso, e este gibi buscava abordar temas complexos através da linguagem simples e direta das histórias em quadrinhos.

Eliete Telles, membro desde 2004 da Comissão Nacional do TJC, fazia parte da AMB e integrou a comissão de revisão e atualização da Cartilha da Justiça em 1997, quando tomou conhecimento e gosto pelo trabalho do artista. Pela sua indicação, o trabalho de Marcos Vaz foi acatado pelos membros da comissão da Anamatra, dando início a uma relação próspera.

Criação dos personagens

A definição do número de personagens ideais e a caracterização de cada um deles não foi algo fácil. E isto se repetiu nas três revistas. “Como falar com o público-alvo de forma eficaz? Na boca de quais personagens se encaixariam melhor os diálogos?”, questionava Marcos.

Na Cartilha do Trabalhador a opção foi por pessoas que representassem a maioria dos operários e empregados do país. “Daí a escolha pela empregada doméstica adolescente e pelo mecânico na casa dos 20 anos, juntamente com o trabalhador da construção civil e a professora, ambos com idades para serem pais dos dois anteriores – mesmo não sendo – e as duas crianças coadjuvantes, que apesar de participarem apenas em alguns momentos são fundamentais à trama”, explicou o cartunista. Buscando atender à diver-

sidade étnica, foram elaborados personagens com diferentes tons de pele, transportando para o micro universo deles, a grande mistura racial brasileira.

Na Cartilha do Direito Internacional, o trabalho tornou-se mais complexo. Falar a pessoas de diferentes nações e culturas e públicos tão distintos requereu da comissão maior cuidado. Apesar de toda a atenção para fugir dos estereótipos, Marcos foi questionado por um australiano, entre Genebra e Paris, do porque incluir um personagem australiano com aquele tipo. O cartunista explicou que se

Jotabê

Zizi

Pedirão



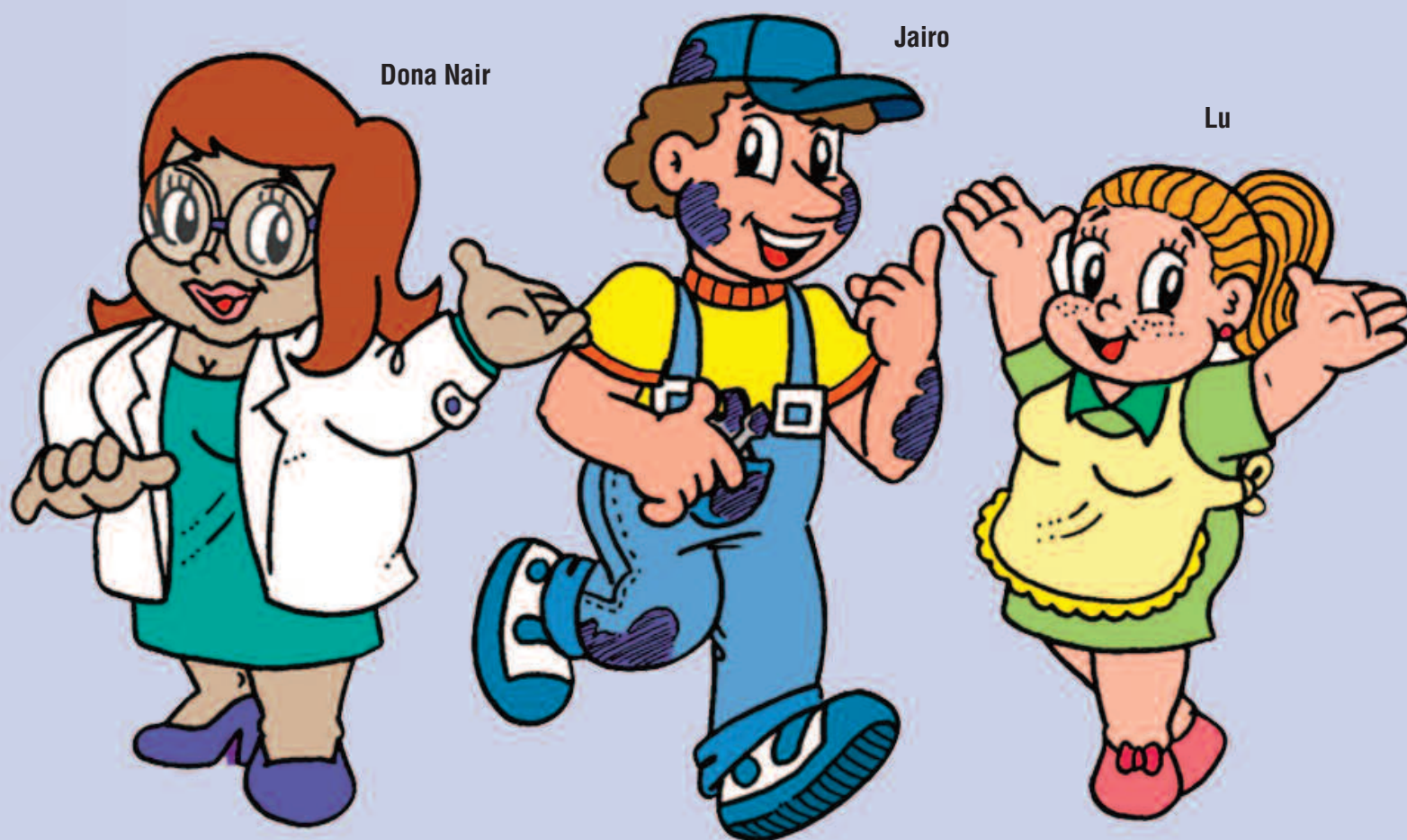
tratava de um descendente de aborígenes, mas o australiano não gostou muito, vez que era totalmente de traços europeus, e considerou o personagem folclórico.

Na Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável novamente surgiu o desafio de criar personagens sem cair no clichê, sem serem infantis e que pudessem transmitir um tema tão pesado de forma sutil. “A diversidade de tipos foi ainda maior que aquela proposta na cartilha do Direito Internacional”. Desta vez, além da inclusão étnica, trabalharam a inclusão dos portadores de necessidades especiais, principalmente pelo fato destas necessidades serem oriundas de acidentes sofridos no ambiente laboral. Observando a cartilha, Marcos acredita que falharam na questão da distribuição entre os sexos, pois “há 10 personagens masculinos e apenas duas personagens femi-

nas”, apontou. Mesmo a principal sendo uma mulher, a juíza, estas foram preteridas aos homens na galeria de tipos criados. “Numa próxima edição espero que nos lembremos de incluir mais mulheres”, concluiu.

Outra constatação é que nas três cartilhas as personagens detentoras do saber, condutoras das revistas, as estrelas, são mulheres: Dona Nair (Cartilha do Trabalhador em quadrinhos), Professora Helena (Cartilha do Direito Internacional do Trabalho em quadrinhos) e Dra. Luciana (Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável em quadrinhos). “Frutos do acaso”, relatou o artista, que sempre demonstrou zelo na elaboração do material.

Isso mostra que estar no TJC significa aprender com os seus próprios processos internos de criação e reconstrução dos seus instrumentos.





reito Internacional. O ministro assinou mensagem na apresentação da cartilha. Também esteve presente a jornalista Simone Garrafiel, da Amatra 1 (RJ).

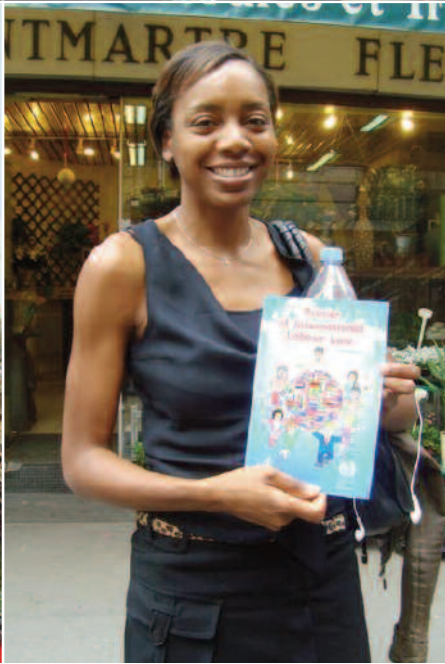
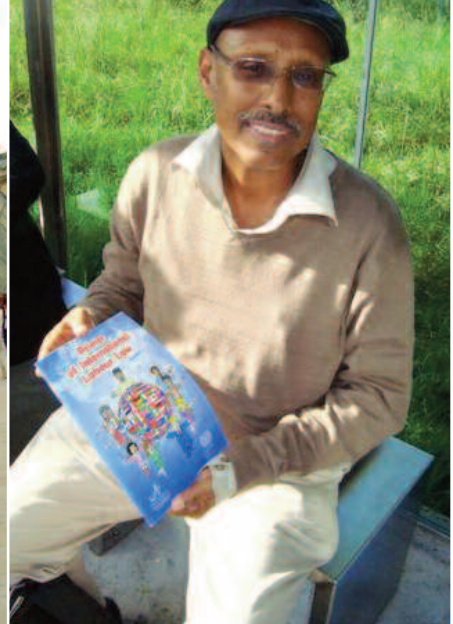
A longevidade do vínculo com a Anamatra acabou desenvolvendo outros laços de carinho e estima. Marcos destaca a coordenadora financeira Maria do Carmo Freitas, com quem sempre manteve uma convivência cordial e afetuosa. Enfatiza também “a querida Janaína Demboski, com a qual estreitei laços de amizade na viagem para Europa, por ocasião do lançamento da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho em quadrinhos”.

Lembrou ainda “da dedicação e do zelo pelo trabalho da Adriana Zetula, que com seus olhos de águia não deixou passar nenhum erro nas cartilhas, especialmente nas edições em francês, inglês e espanhol”.

Ressaltou “a simpatia e o grande carisma do Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho, que apostou na ideia do TJC. Estive com ele numa audiência em Brasília, no dia 21 de fevereiro de 2005, com o então Ministro da Educação Tarso Genro, para apresentar-lhe a Cartilha do Trabalhador e o TJC. Memorável”.

“Desde o começo, todos os envolvidos colocaram alma e coração, afincos e dedicação, na elaboração das publicações. Para mim foi uma honra ter feito parte dessa equipe altamente qualificada, magnânima”, concluiu.

Os laços fortes do TJC são estabelecidos com o público-alvo, mas é inegável também a intensidade que os laços internos possuem. Certamente essas conjugações entre o externo e o interno é que são importantes para a coesão que se observa no desenvolvimento do programa.



Vivenciando um pouco de tudo

Por certo, Marcos Vaz acompanhou um pouco de tudo na história do TJC. Foi inclusive membro da comissão formada para a escolha da logomarca do programa, que foi realizada através de concurso nacional. Ele conta que “foram muitas propostas boas, mas de fato a vencedora foi a que melhor expressiu os objetivos do programa”.

Além disso, presenciou também momentos de reconhecimento. A Cartilha do Direito Internacional do Trabalho em Quadrinhos foi premiada em 2012, na categoria Melhor Publicação Especial, no VIII Conbrascom – Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça, realizado em Fortaleza – Ceará. Já a Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável em Quadrinhos foi premiada na mesma categoria, em 2013, no IX Conbrascom, dessa vez em São Paulo – SP.

Por ocasião das premiações, Marcos foi convidado a participar do X Conbrascom, realizado em Aracaju – Sergipe, nos dias 31 de julho e 1º de agosto de 2014. O convite para participar do evento partiu da organização devido à grande representatividade que seu trabalho alcançou no meio jurídico, principalmente junto às assessorias de comunicação, público-alvo do congresso nacional.

No Conbrascom o artista expôs seu trabalho no hall de entrada, estabelecendo contatos com entidades de todo Brasil. Além de expor os trabalhos, foi convidado para participar da entrega de duas categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, entre eles, o de mídia impressa, fato que “me deixou orgulhoso, por se tratar do meu meio de produção”, apontou. Em 2015, participou do XI

Conbrascom como colaborador, através da sua empresa, que teve a logomarca inserida em todo material de divulgação.

Por ocasião do lançamento da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, realizado em Genebra – Suíça, na sede da ONU, Marcos fez a sua primeira viagem ao velho continente e conta que além do trabalho nesse marco histórico do programa da Anamatra os momentos de lazer foram memoráveis. “Montamos um grupo com os presentes e fomos até Montreux, passando por diversas cidades no caminho. Foi muito especial”.

Após o lançamento na Suíça, seguiu para Paris e já na viagem de trem começou a divulgação da cartilha, entregando-a para alguns passageiros. “Em Paris, diversas cartilhas foram distribuídas a pessoas das mais diversas nacionalidades, numa experiência de globalização incrível, realizada na Torre Eiffel, na Eurodisney, no metrô de Paris, apenas para citar alguns lugares”.

O artista também esteve presente nos lançamentos realizados em Lima – Peru e em Salvador – Bahia. “Essas também foram as minhas primeiras vezes tanto no Peru quanto na Bahia. Então, vai vendo tudo o que o TJC já me proporcionou! Por isso, sinto-me lisonjeado de ter sido convidado a contar algumas das minhas impressões sobre o TJC para este livro. Creio que seja uma das mais importantes parcerias profissionais estabelecidas na minha carreira. Pretendo produzir novas cartilhas relacionadas à Justiça, e se possível, para a própria Anamatra. Mas por tudo que já foi feito até aqui, meu muito obrigado”, arrematou.



Poder de transformação

O TJC ganhou formato, consolidou-se, atingiu o público-alvo e conquistou o reconhecimento internacional ao longo dos anos. Isso só foi possível por conta de pessoas que acreditaram no trabalho, direcionando os esforços no caminho certo. Muitas dessas histórias são merecedoras de destaque neste livro. Pessoas que, com sua liderança e competência, coordenaram trabalhos em prol da causa.

Dentro da trajetória de sucesso está o empenho das diretorias de cidadania e direitos humanos da Anamatra, em suas distintas gestões. Partes importantes do TJC, ex-diretores relataram as suas experiências. Entre tantas memórias, Silvana Abramo Margherito Ariano ressaltou a emoção envolvida nas culminâncias, a atuação da Anamatra na Conferência Anual da OIT em Genebra e na III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, bem como os encontros de coordenadores do TJC.

Para ela, as culminâncias dão a real dimensão da profundidade com que o TJC pode alterar para melhor a vida das pessoas. “Nelas é possível veri-

ficar que a apropriação dos temas tratados nas cartilhas leva os jovens estudantes à reflexão de inúmeras outras questões que lhes afetam, abrindo o espaço de diálogo e de transformação social”.

Sandra Assali Bertelli também destacou momentos marcantes que presenciou como diretora. Entre eles, a I Conferência Nacional do Trabalho Decente, o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, as culminâncias e o lançamento da “Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável, em quadrinhos”.

Afirma ainda que, além da experiência que teve na diretoria de Direitos Humanos da Anamatra e como membro da comissão nacional do TJC, foi fundamental em sua carreira o convívio com juízes comprometidos com os mesmos ideais. “Tenho certeza de que o mesmo ocorreu com todos os demais juízes que se engajam ao programa”.

Outra testemunha das transformações que o programa proporciona foi Gabriel Napoleão Velloso Filho, que assegura que “o poder transformador do programa oferece condições para que crianças e adolescentes possam obter as informações

“O poder transformador do programa oferece condições para que crianças e adolescentes possam obter as informações necessárias sobre os seus direitos, especialmente na esfera social”.

(Gabriel Napoleão Velloso Filho,
ex-diretor da Anamatra)

necessárias para que saibam seus direitos, especialmente na esfera social”.

Marcos Fava, que também foi Diretor de Direitos Humanos da Anamatra, conta que historicamente, a associação ocupa-se de temas não exclusivamente corporativos. Sua atuação altaneira, inovadora, forte e articulada na representação dos interesses da magistratura trabalhista transborda esses estreitos limites.

As razões para essa opção são muitas. Afirma que o fazer do próprio juiz do trabalho não se distancia da prática política de proteção da cidadania. O agir na jurisdição inclui, quotidianamente, a tutela do Direito do Trabalho e, com ele, do trabalho em si. “Componente indispensável à organização social capitalista, núcleo e base do funcionamento da sociedade, o trabalho do homem dele não se descola, por isso tutelar os direitos do trabalho é proteger o ser humano enquanto tal. Uma associação de magistrados que exercem esse mister não poderia agir diferente. Das muitas frentes de atuação cidadã, o programa Trabalho, Cidadania e Justiça ocupa faiscante lugar”.

Fava explica que o programa tem como objeto central a aproximação dos juizes do trabalho à comunidade, por meio do acesso às escolas públicas, mediante exercícios de capacitação de professores e alunos, para assuntos relacionados à liberdade, às profissões, aos direitos dos trabalhadores, aos mecanismos de organização e defesa de direitos.

Conta que já foram atingidas milhares de crianças e jovens, centenas de famílias, professores e unidades escolares, com per-

ceptíveis e inesquecíveis registros de avanço no grau e na densidade no gozo dos atributos da cidadania. “O acesso à informação ocupa o primeiro dos passos que o cidadão há de dar, para apropriar-se da enorme gama de garantias que a Constituição lhe assegura. Conhecer antecede exercer”.

Diz que os pontos de encerramento dos projetos em cada escola, chamados de culminâncias, são metaforicamente representativos e que a emoção brota fácil e intensa, inundando os corações e as vidas dos presentes.

Ressalta que “nunca mais as vidas dos professores e alunos atingidos pelo programa serão as mesmas. Do mesmo modo, nunca mais a vida dos juizes que nele se engajam voltará a ser igual. Aguça-se o compromisso com as candentes questões sociais, com as prementes necessidades básicas do cidadão, estimulando o

magistrado para retornar ao gabinete, às salas de sessões e aos autos dos processos com ânimo renovado e vivificado na busca da distribuição da Justiça”.

Afirma ainda ter tido a oportunidade de convívio com magistrados comprometidos com o nascimento, o desenvolvimento e manutenção desse programa cidadão, a quem é perpetuamente grato.

E conclui: “Não haja dúvidas de que Trabalho, Cidadania e Justiça ostenta a condição de instrumento indispensável à atuação cidadã dos juizes do trabalho. Tão indispensável a eles, quanto aos estudantes, familiares e professores a que se destina”.

Segundo Sandra Assali, o TJC, enquanto importante vetor de difusão da cidadania por

“Não se pode pretender fazer justiça sem que o próprio cidadão tenha consciência do seu papel e do espaço que deve ocupar na sociedade da qual é parte integrante. Esse o principal desafio do TJC”.

(Sandra Assali Bertelli,
ex-diretora da Anamatra)

meio da educação, tem como um dos seus principais méritos promover uma genuína mudança de paradigmas na magistratura. O juiz torna-se mais cidadão e mais humano ao engajar-se na nobre e desprendida empreitada de conscientização do aluno-cidadão a respeito dos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal, dos direitos específicos do trabalhador, da importância da vida e da saúde no meio ambiente do trabalho e dos meios de acesso à Justiça.

E todos aqueles que trabalham com o TJC – quer os juízes que aplicam o programa, quer aqueles que integram as comissões regionais e a nacional e, da mesma forma, a diretoria da Anamatra – passam por essa transformação, identificando nas ações educativas do programa a responsabilidade social da magistratura, na promoção dos ideais do Direito e da Justiça junto a uma sociedade que ainda pouco reconhece o caminho da democracia na cidadania e no Poder Judiciário.

Evidente que isso pressupõe um juiz do trabalho comprometido e preparado sob o ponto de vista de formação humanística e, sobretudo, consciente de que a sua função social não se esgota em manifestação em autos de processos, mas deve atingir de maneira significativa a vida e a consciência do cidadão.

Sandra conclui ainda que “não se pode pretender fazer justiça sem que o próprio cidadão tenha consciência de seu papel e do espaço que deve ocupar na sociedade da qual é parte integrante. Esse o principal desafio do TJC”.

Silvana Abramo também compactua

com essas ideias. Ela conta que ao longo de dois anos teve a oportunidade e a honra de trabalhar com os coordenadores nacionais e regionais e com eles aprender, compartilhando o profundo sentimento de pertencer a um projeto que se coloca ao lado das crianças, adolescentes e adultos, estudantes, professores e educadores, em troca afetiva e intelectual de conhecimentos e vivências. “Contribuir para a construção da cidadania dessas pessoas, distribuindo instrumentos para que aumentem sua autonomia e o exercício de direitos, é o objetivo do TJC”.

“Contribuir para a construção da cidadania dessas pessoas, distribuindo instrumentos para que aumentem a sua autonomia e o seu exercício de direitos, é o objetivo do TJC”.

(Silvana Abramo Margherito Ariano,
ex-diretora da Anamatra)

Já Gabriel Napoleão acrescentou que o programa é um marco na educação para os direitos humanos no Brasil. Sua importância está no engajamento efetivo dos juízes do trabalho e operadores de direito, que atuam em parceria para compartilhar e disseminar informações. Diz ainda

que a informação é uma arma poderosa contra a injustiça e o desrespeito aos direitos sociais; ao transformar o destino de uma infinidade de jovens brasileiros, o TJC se consolidou como parte da história do Poder Judiciário brasileiro, dentro de uma visão de partícipe e construtor de um país mais justo.

Assim, por meio das atividades desenvolvidas, o TJC é capaz de proporcionar transformações verdadeiras, levando informações aos estudantes, ferramentas aos professores e legitimação aos magistrados, cada qual distribuindo posteriormente os frutos através de suas atividades e relacionamentos. Tudo isso só é possível graças a dedicada condução dos trabalhos em prol do desenvolvimento social.

Semear conhecimento e cidadania

Diante de uma nova proposta, ainda em fase de construção, poucos são os que têm a visão necessária para apostar nela. Menos ainda são aqueles que possuem a coragem de investir recursos em prol de uma iniciativa de resultados aparentemente incertos. É por isso que merecem ainda mais louvor aqueles que primeiro abraçaram o TJC, antes mesmo de saberem qual seria seu destino.

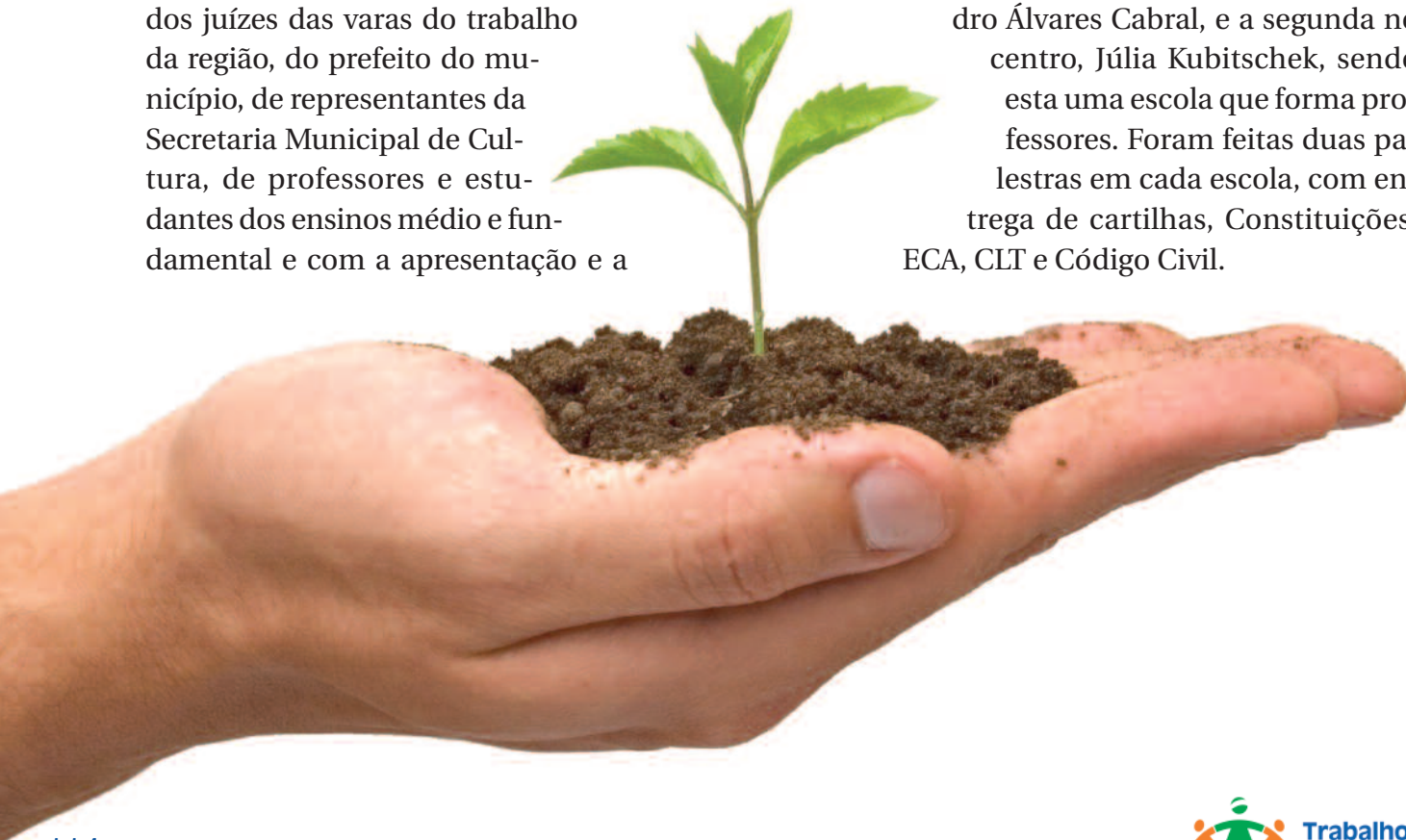
A Amatra 1, no Rio de Janeiro, foi uma das que contribuíram para a implantação do programa que hoje tem frutos em todo o país. Ao longo dos anos desenvolveu um trabalho sólido que sempre serviu de modelo ou inspiração para as Amatras que posteriormente implantaram o programa. As Amatras 5 e 6 também figuram em posição equivalente.

No Rio de Janeiro, o TJC teve seu início em abril de 2005. O evento inaugural foi o pré-lançamento em uma escola na cidade de Resende, com a presença do então presidente da Amatra 1, Alexandre Teixeira de Freitas, dos juízes das varas do trabalho da região, do prefeito do município, de representantes da Secretaria Municipal de Cultura, de professores e estudantes dos ensinos médio e fundamental e com a apresentação e a

distribuição da Cartilha do Trabalhador. O evento alcançou boa repercussão, inclusive com divulgação pela TV Globo.

O trabalho de estruturação teve prosseguimento com a realização de reuniões para a composição do núcleo aplicador e para a formação de parcerias com o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com a Secretaria Estadual de Educação, com as associações de Procuradores do Trabalho – ANPT –, com advogados – OAB e ACAT (Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas) –, dos servidores da justiça trabalhista (ASJT) e também para a busca de financiamento para a impressão de cartilhas, o que foi obtido com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Juntos decidiram que, pelos conteúdos da cartilha, deveriam começar pelo ensino médio e, de preferência, em escola formadora de professores. Após quatro reuniões, estavam escolhidas as duas escolas que participariam do plano piloto: uma em Copacabana, Pedro Álvares Cabral, e a segunda no centro, Júlia Kubitschek, sendo esta uma escola que forma professores. Foram feitas duas palestras em cada escola, com entrega de cartilhas, Constituições, ECA, CLT e Código Civil.



Os professores trabalharam com os alunos durante os meses de outubro e novembro de 2005 e designaram as culminâncias para os dias 21/11 e 28/11, ocasiões em que foram apresentados os trabalhos. Os estudantes confeccionaram cartazes, redações, peças teatrais e duas cartilhas com desenhos e textos sobre os temas da cartilha. Na escola pedagógica os alunos apresentaram, além de esquetes sobre trabalho escravo e outros temas da cartilha, sobre uma audiência trabalhista, além de diversos jogos didáticos sobre temáticas relativas ao TJC.

O trabalho do plano piloto alcançou cerca de 700 alunos. Esse número, que impressiona especialmente por se tratar do primeiro ano do programa no Rio, se deve ao esforço e às parcerias em benefício da educação. No ano seguinte, novas escolas foram inseridas no TJC.

O impacto dessa primeira experiência foi de tal magnitude que a comissão nacional decidiu, por sugestão do ministro Cláudio Brandão, realizar um encontro de todos os coordenadores regionais e de diretores e presidentes de Amatras no Rio de Janeiro, em março de 2006, para discutir a aplicação do programa nos Estados à vista da demonstração prática do trabalho daquelas duas escolas. A partir daí, a Anamatra passou a realizar os encontros anuais do TJC sendo o segundo em Salvador/BA, em 2007, e o mais recente, o 10º, em Belém/Pará.

A abrangência do programa fica ainda mais clara quando avaliamos alguns relatórios anuais das Amatras. Como parâmetro, escolhi aleatoriamente o ano de 2013. A Amatra 4, por exemplo, envolveu 90 professores e 268 alunos em Porto Alegre/RS.

A Amatra 17, no mesmo ano, realizou ações em Vila Velha e Cariacica/ES com 720 alunos. Já no município de Arapiraca/AL, o TJC foi aplicado, com a contribuição de 76 professores, para um público de 800 jovens. Já em Fortaleza/CE, a Amatra 7 atingiu 1.200 discentes através do trabalho de 63 professores.

Em Natal/RN, o trabalho desenvolvido

beneficiou 1655 alunos através do apoio de 97 professores; destaca-se que, sob a coordenação das juízas Simone Medeiros Jalil e Rachel Vilar de Oliveira Villarim, a Amatra 21 implantou o TJC sem qualquer tipo de patrocínio.

Essa realidade foi apontada por diversas Amatras, a citar também a Amatra 15 (Campinas/SP), que mesmo sem suporte externo levou o TJC para 1670 estudantes, tendo o apoio de 144 professores. Nessa região, onde o programa sempre foi muito sólido, Adriene Diamantino é uma de suas personagens mais ativas. Coordenou o TJC em 2010 e 2011, foi suplente na comissão nacional e retornou à coordenação em 2016 com bastante ânimo para novas conquistas. Mesmo quando não esteve no comando da coordenação do programa, prestou auxílio com palestras nas escolas.

Ela afirma que trabalhar com o programa lhe proporcionou um olhar diferenciado aos jurisdicionados, possibilitando conhecer realidades distantes e compreender melhor as aflições alheias. “E quem compreende, cuida melhor. O juiz torna-se mais humano, mas sensível, mais sensato. Esse é o presente que o TJC nos concede”, completa.

No município baiano de Feira de Santana, os resultados também impressionam: a Amatra 5 registrou a participação de 2.560 estudantes, com trabalhos em 24 escolas públicas.

Já em Belém/PA, a Amatra 8 informou ter atuado em 28 escolas e instituições, incluindo movimentos sociais, levando o TJC para cerca de 3.500 estudantes, com o apoio de 220 professores e líderes locais.

Esses números mostram um pouco da extensão e da potencialidade do programa, que não cede diante de problemáticas como falta de patrocínio, crise econômica ou outros empecilhos regionais. Tudo isso é fruto de um trabalho sério que envolve inúmeros profissionais e apoiadores. Mas sem dúvida, só foi possível porque teve desde o seu início líderes que não pouparam esforços nesse propósito maior de cultivo da cidadania.



9º Encontro Nacional de Coordenadores

Ensinar o direito e aprender sobre a vida

O sucesso do programa Trabalho, Justiça e Cidadania é fruto da dedicação de todos os envolvidos. Entre eles, magistrados, professores, estudantes e apoiadores, que, cada um com o seu papel, fazem a diferença na vida de milhares de pessoas. Como vertente fundamental, os coordenadores merecem especial destaque por sua liderança na condução do programa nas respectivas regionalidades.

São magistrados que, além do esforço diário na realização de suas atividades profissionais, dedicam tempo e energia em prol da educação dos jovens estudantes, bem como norteiam as ações do TJC em suas respectivas Amatras.

Angelina Moreira de Sousa Costa é juíza do trabalho do TRT da 16ª Região, colaboradora da Amatra 16 (Maranhão) no TJC desde 2012 e coordenadora desde o início de 2016. Conta que o programa faz parte do seu projeto de vida. Para ela, “traduz a possibilidade de a magistratura contribuir na formação das

crianças e adolescentes de forma a serem protagonistas da construção de uma sociedade mais justa por meio do empoderamento advindo do conhecimento de seus direitos constitucionais fundamentais”.

Gloria Regina Ferreira Mello foi a primeira coordenadora do programa na Amatra 1 (Rio de Janeiro), desde a sua implantação em 2005 até 2007, quando foi substituída pela coordenadora Rosilda Lacerda Rocha, tendo ambas trabalhado na estruturação do programa. Glória, que voltou à coordenação do TJC em meados de 2015, ressalta que o programa pode mudar vidas através da transmissão de conhecimentos para o exercício da cidadania e do trabalho, viabilizando a construção de habilidades e alternativas.

O poder transformador é um dos elementos mais relevantes do programa. Elizabeth Bacin Hermes, juíza do Trabalho Substituta em Santa Maria/RS, salienta que o TJC “pode mudar o olhar das pessoas sobre si mesmas. Ele propicia que o indivíduo passe

a se reconhecer como cidadão, destinatário de direitos e deveres, integrante de uma coletividade. Ao mesmo tempo, mostra ao indivíduo a necessidade de observar os limites do agir em uma sociedade, tornando concreta a noção de Estado Democrático de Direito”.

Elizabeth participa do TJC desde a implementação em Santa Maria, inicialmente como servidora da Justiça Federal e desde 2005 como juíza do Trabalho. Participou também da Comissão Nacional como suplente do Dr. Gustavo Fontoura Vieira e, após a saída dele, como titular.

A magistrada afirma que a importância do TJC para crianças e adolescentes reside exatamente nesse despertar de interesse sobre cidadania e justiça. “Ao receberem as informações diretamente do juiz, bem como ao lerem as cartilhas, as crianças e os adolescentes passam a ser multiplicadores das informações sobre direitos, deveres, noções de cidadania e justiça. Forma-se uma grande rede”.

Destaca ainda que o valor do TJC não

se restringe ao seu público-alvo, mas estende-se por toda a sociedade. Lembra que é objetivo do TJC divulgar a noção de que ser cidadão não é apenas ter direitos e saber exigí-los, mas também ter compromisso com o bem estar coletivo. O agir de cada um influi no meio social e a observância de leis, direitos e deveres, independentemente da posição social ocupada e do papel que o indivíduo desempenha na sociedade, faz parte de uma convivência harmônica entre as pessoas. O Estado de Direito confere a todos direitos e obrigações.

Como já foi destacado em outras passagens do livro, os magistrados evoluem e se legitimam através do envolvimento com os trabalhos sociais que desenvolvem. Sobre isso, Elizabeth acrescenta que colocar o juiz em contato com a sociedade e oportunizar a ele sentir como o Poder Judiciário é visto externamente é um dos grandes trunfos do programa. Dessa forma, o juiz vai até onde está o destinatário de suas decisões. “Acredito,

“O TJC permite que o juiz se aproxime de uma realidade nem sempre aparente nas audiências e nas reclamações trabalhistas e, com isso, tenha uma visão que pode chocar, mas que o sensibiliza para a verdade escondida nos processos. O aluno que recebe a visita deste juiz, desmistifica a sua impressão sobre o judiciário e sobre quem são as pessoas que julgam os processos. Os ganhos da sociedade com esse programa são quebras de paradigmas, tanto da sociedade, que tem a oportunidade de receber as informações, quanto do juiz que entra em contato com realidades diversas”.

(Cristiane Montenegro Rondelli,
coordenadora do programa na Amatra 15)

pois aconteceu comigo, que esse contato sensibiliza ainda mais o juiz no sentido da importância de proferir decisões mais efetivas, com linguajar mais simples, desmistificando a figura do juiz apenas repressor, já que ele deve cumprir um papel social também”.

A juíza conta que o TJC é extremamente significativo para ela, especialmente porque ele propicia o contato direto com alunos e professores das escolas públicas e que essa proximidade com o sistema educacional permite a transmissão dos conceitos de cidadania e justiça. “Da realidade com a qual tive contato, pude perceber que há uma carência enorme desses conhecimentos, tanto dos alunos quanto dos professores. A Constituição Federal é desconhecida”. Para ela, os direitos individuais e trabalhistas não são divulgados

“A importância do programa está na integração da sociedade e do Judiciário, uma vez que, dentre as suas etapas está uma visita dos profissionais do direito nas escolas para tirar dúvidas dos alunos. E os alunos, por sua vez, em outra etapa, têm a oportunidade de visitar as instalações do Judiciário, conhecer o seu funcionamento e assistir a audiências. Isso colabora para a diminuição do distanciamento entre Judiciário e sociedade, tornando o juiz, os professores e os alunos mais próximos e cientes da construção recíproca da cidadania”.

(Leador Machado, coordenador do programa na Amatra 10)

adequadamente, existem muitas dúvidas e há um desconhecimento geral sobre o Poder Judiciário e sobre as suas atribuições.

Conclui que a presença do juiz na escola, em muitos casos, é o marco a partir do qual o assunto passa a ser discutido e pesquisado. Daí a importância do TJC. Mesmo que não haja possibilidade de resolver o problema da falta de conhecimento em matérias de cidadania, direitos trabalhistas e justiça em geral, o programa desperta a curiosidade e a necessidade de se conhecer o assunto.

A juíza Simone Medeiros Jalil acrescenta que o magistrado que participa do TJC passa a se despir daquela característica de despachos, audiências e sentenças e assume um papel fundamental junto à sociedade na formação de verdadeiros cidadãos, se aproximando de uma comunidade ávida pelo saber, que anseia pelo conhecimento, contribuindo assim para uma melhor adequação do Poder Judiciário à realidade hoje posta, em especial no que diz respeito a sua modernização e maior aproximação com a sociedade.

Simone é coordenadora do TJC no Rio Grande do Norte (Amatra 21) desde 2006. Em Natal, atua em conjunto com a Juíza Rachel Vilar Villarim. Conta que o programa lhe engrandece como pessoa e como cidadã, na medida em que não somente passa conhecimento, mas aprende com cada jovem a quem ensina um pouco do que sabe, havendo verdadeira troca.

Ela ressalta ainda o valor do programa para a sociedade. Esclarece que apenas a educação de sala de aula não ensina crianças e jovens a se tornarem cidadãos. Projetos sociais como este complementam o desenvolvimento desses cidadãos.

No Rio Grande do Norte, “conseguimos atingir nossos objetivos específicos dando a crianças e jovens a possibilidade de melhor desenvolver sua capacidade educacional, social e profissional”.

Conclui que diferente da escola, nin-

“Sinto-me presenteada pelo fato de estar na coordenação de programa de tamanho impacto social sobre os nossos jovens. Em Minas Gerais, optamos por trabalhar com jovens na faixa etária de 15/16 anos que, muito em breve, em razão da aplicação do TJC, entrarão no mercado de trabalho com uma consciência maior de seus direitos e deveres. Desde a capacitação dos professores até a culminância, vivenciamos ricas experiências”.

(Ana Maria Espi Cavalcanti,
coordenadora do programa
na Amatra 3)

guém obriga os jovens a participar do TJC, assistir às palestras ou estudar a cartilha. De um lado há estímulo e do outro compromisso. “É preciso mostrar a cada jovem a responsabilidade e a necessidade de adquirir conhecimento, e que somente através disso se terá recursos para o engajamento em questões políticas e sociais de fundamental importância para o futuro do país, com voz ativa, ouvida e respeitada por todos”.

Esses depoimentos misturam com louvor a racionalidade típica do magistrado com a emoção verdadeira dos seres humanos. Mostram os diferentes impactos do TJC, transformando vidas de estudantes, servidores, magistrados, advogados e parceiros, bem como das comunidades onde o trabalho é desenvolvido.

Ana Paula Rodrigues Luz Faria, vice-presidente da Amatra 17 no biênio 2010/2012 e coordenadora do TJC no mesmo período, ex-

plica que o programa, por intermédio de práticas dialogais e participativas, possibilita o despertar para importantes noções de democracia e de cidadania, dos direitos e deveres que lhe são correlatos e, especialmente, semeia nas crianças e nos jovens o espírito crítico e de luta na busca do pleno desenvolvimento de suas capacidades. “Com essa parceria, o Judiciário mostra-se mais próximo da população e que com ela está comprometido para a construção de um futuro melhor”.

Para Silvana do Egito Balbi, juíza substituta do TRT-17 (Espírito Santo) desde 1998, que auxilia o TJC desde 2011 e que foi coordenadora do programa na Amatra 17 durante todo o ano de 2012, pequenas lições de trabalho, justiça e cidadania que são ministradas com amor geram grandes resultados. “As crianças e adolescentes constroem a cidadania através do conhecimento do direito e do reconhecimento no olhar recebido. Os magistrados aprimoram a sua função jurisdicional, conhecendo a realidade da comunidade em que atuam e se aproximando da sociedade. Todos caminham juntos na estrada do TJC, rumo a uma sociedade mais justa e solidária”.

Juíza do Trabalho Substituta, Carolina Hostyn Gralha Beck, é também Secretária-Geral da Amatra 4 e coordenadora do programa na 4ª região desde 2011. A sua experiência consagra tudo o que foi explanado. Define o programa Trabalho, Justiça e Cidadania como uma força renovadora, como “um momento em que abandonamos a solitária vida de julgador para plantarmos sementes de cidadania, de conhecimento e de esperança. É uma oportunidade para crescermos enquanto pessoa. É a aposta na formação integral do jovem e na ampliação do papel da magistratura trabalhista na sociedade, o que vai muito além da jurisdição”. Conclui asseverando que “o TJC é, para mim, um projeto pessoal de ensinar o direito e aprender muito mais sobre a vida”.

Educação transformadora

Muito mais do que preparar o estudante para o mercado de trabalho, para se ter uma educação de qualidade alguns objetivos precisam ser alcançados, como por exemplo formar cidadãos comprometidos com os valores éticos e morais da respectiva sociedade, contribuir com a formação crítica e intelectual do estudante e auxiliar o discente na busca pelo autoconhecimento.

O processo de escolarização dos jovens não pode focar apenas no diploma ou na aprovação em vestibular, mas principalmente buscar a formação completa de um cidadão. Há de se pensar, portanto, no poder de transformação social do estudante.

O filósofo e educador Mario Sergio Cortella afirma que nem todo o sucesso é decente, nem toda vitória é honrosa e nem todo o lucro é higiênico. Assim, é papel da sociedade contribuir para a educação daqueles que construirão o futuro da humanidade, objetivando a construção do caráter, da honestidade e da honradez. Vale lembrar a lição do sociólogo Karl Mannheim, que afirma que o se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade. A título de exemplo, é notória a

briga pelos assentos preferenciais nos metrô de São Paulo, tema que já foi objeto de diversas reportagens. Idosos, gestantes e pessoas portadoras de necessidades especiais reclamam que usuários “comuns” ocupam os assentos a eles destinados, sem qualquer peso na consciência. Será que não houve falhas educacionais na formação da cidadania e do caráter dessas pessoas?

É nesse contexto que o TJC manifesta a sua relevância. Por se tratar de um trabalho que atinge as parcelas mais sensíveis do país (seja pelo grau de instrução, pela idade, pela condição financeira ou por outros fatores que tornam a sua ascensão social mais difícil), os professores e alunos são importantes vetores da pretendida transformação social. Mas qual é a visão desses personagens sobre o programa?

Gustavo de Oliveira Andrade, nascido e criado em Recife/PE, filho de Salviano Ivo de Andrade e Sônia Maria de Oliveira, completou recentemente 27 anos de idade. Esse jovem adulto participou assiduamente do programa na Escola Estadual José Vilela, quando tinha 21 anos e cursava o 1º ano do ensino médio.



Com o TJC diz ter aprendido a ser um cidadão e trabalhador mais responsável. Passou a encarar a política como algo muito sério e com a consciência de que “influencia em tudo nas nossas vidas”.

Também afirma que os trabalhos desenvolvidos em sala de aula enriqueceram a sua percepção sobre os direitos do trabalhador. “Trouxe conhecimento não apenas sobre os meus direitos, o que evitou que em algum momento eu fosse explorado no ambiente de trabalho, mas também sobre os meus deveres. Isto foi de grande valor”.

Lembra que foi através da Cartilha do Trabalhador que “teve conhecimento de direitos trabalhistas que desconhecia. O aprendizado me fez ensinar outras pessoas sobre o assunto, para que não fossem lesadas”.

Gustavo contou que o envolvimento com as atividades lhe proporcionou uma visão mais ampla a respeito da vida em sociedade. “Me fez entender que faço parte de algo muito maior, que inclui outras vidas e que, cumprindo meus deveres como cidadão, não estou cuidando só de mim, mas também do meu semelhante”, concluiu.

Giovanna Barbosa Alencar Martins, 17, é mais uma pessoa impactada pelo programa, enquanto estudante do Centro Educacional Gisno, no Distrito Federal. Para ela, “o TJC trouxe para a sala de aula discussões e noções de cidadania e impacto das ações individuais na sociedade como um todo”. Destacou ainda a aproximação feita entre os estudantes do DE, “trocando experiências e realidades” como ponto positivo do trabalho. O TJC foi apresentado e ministrado durante as aulas de Filosofia para o ensino médio, pelo professor Carlos Gomes.

Também estudante do Gisno quando participou do TJC, Elias Pinheiro Braga, 17, viveu intensamente o poder transformador do programa. Conta que gostou de saber que os alunos têm voz e que podem ajudar a mudar o ensino para melhor. Ressaltou “a participação de órgãos públicos importantes, demonstrando a vontade deles em saber o que acontece dentro das escolas”.

O jovem relata também que após o contato com o programa decidiu fazer um projeto de grêmios na sua escola, buscando seus direitos como estudante. “Me tornei mais útil

e participativo”. Diz ainda que aprendeu que “todos os alunos que querem melhorias podem ajudar, pois somos importantes para o futuro do Brasil”.

Assim como Giovanna, Elias também apontou o professor de Filosofia, Carlos Gomes, como o responsável por proporcionar esse aprendizado. “Ele é um ótimo professor e busca uma escola melhor, que a denomina como ‘escola democrática’. Percebo que o TJC trabalha com uma proposta semelhante”.

Apontado pelos seus alunos como importante vetor, Carlos abraçou o TJC e se emociona ao falar sobre as experiências vividas em mais de três edições do programa. Ele conta que viveu momentos de grande significado, destacando as culminâncias, as visitas de magistrados ao colégio e o envolvimento dos alunos nos trabalhos desenvolvidos.

Por meio de debates, apresentações, visitas guiadas e outros meios educativos, o professor trabalhou temas como direitos humanos, legislação trabalhista e a proposta de construção de uma escola democrática. A respeito desta, trata-se de um modelo progressista de educação, onde a escola conta com a participação efetiva dos estudantes, respeitando as suas individualidades, adotando diferentes formas de construção do saber e atraindo os discentes através do prazer em estudar.

Afirma que tornou-se um professor mais completo após a participação no TJC, pois para ensinar melhor é preciso sempre buscar aprender mais. Ressalta a importância do programa na grade curricular dos estudantes, uma vez que trouxe um conteúdo novo para ser trabalhado em sala de aula. Carlos conta que o interesse dos alunos pelas

“Absorvi grande quantidade de conhecimento. Foi um dia maravilhoso e marcante para a minha vida”.

(Elpídio Júnior, estudante)

temáticas abordadas no TJC é muito grande, por se tratar de um assunto atinente ao cotidiano deles e até então ausente na formação escolar.

Conclui que a grande importância do TJC consta do fato de “semear a consciência cidadã em novos espa-

ços”. Assim, o conhecimento acerca dos direitos do trabalhador, sendo levado às pessoas que até então não tinham essa oportunidade, é um dos grandes trunfos do programa na busca pelo desenvolvimento da cidadania no país.

Yuri Soares Franco, professor de História, é mais um docente que se envolveu com a proposta. Revela que sua experiência foi muito proveitosa. “Aprendi novas formas de trabalhar conteúdos da minha disciplina trazendo temas da atualidade”. Entre os trabalhos desenvolvidos com os alunos, tratou da revolução industrial e o processo de lutas e construção da legislação trabalhista desde o século XVIII até os dias atuais.

Conta que a visita do juiz Ricardo Machado Lourenço Filho (Amatra 10 – DF e TO) ao CEF 08 de Sobradinho/DF foi um dos momentos mais marcantes que viveu no TJC. “Os alunos ficaram bastante interessados e participaram com entusiasmo, fazendo várias perguntas sobre os direitos trabalhistas em situações específicas de familiares e conhecidos”. Destaca também a importância da culminância que participou. “Os alunos gostam de atividades diferenciadas, e esta, nas palavras deles próprios, foi a melhor atividade do ano”.

Yuri Soares conclui que a parceria com pessoas da área jurídica em um projeto pedagógico lhe ensinou bastante sobre a importância de trabalhar temas que têm influência direta na vida dos estudantes, de suas famílias

e respectivas comunidades.

Professora de filosofia do Centro de Ensino Médio 417 – Santa Maria/DF, Edma Gonçalves da Silva assegura que a sua experiência com o programa tem sido maravilhosa, começando pela capacitação. “As palestras dos juízes, promotores e desembargadores são de grande utilidade. Trata-se de pessoas extremamente capacitadas para desenvolver os temas abordados. Tem sido bastante proveitoso. E trabalhar a cartilha com os alunos em sala é surpreendente. Muitos já têm vivências no assunto e querem tirar dúvidas. A visita à Vara do Trabalho deixou a todos surpresos e felizes”.

Edma conta que foram vários os momentos marcantes, mas destaca a primeira turma que levou à vara do trabalho. “O entusiasmo dos alunos ao assistirem a um julgamento é outro momento inesquecível. Teve também o dia em que a juíza estava na escola para o ‘tira-dúvidas’ e a mãe de uma aluna foi até lá para conversar com ela e se informar a respeito de seus direitos em relação aos períodos que ela já tinha trabalhado. Foi muito bom ver o programa chegar até a comunidade”.

Assim como os seus alunos, a professora também aprendeu com o TJC. “Até então nunca tinha me preocupado em solicitar que a minha diarista assinasse recibo, mas em uma visita na vara do trabalho em Taguatinga fui alertada sobre a importância disso”. Edma assegura que compartilha as lições com outras pessoas de seu convívio, demonstrando que o programa não fica limitado às salas de aula. “Inclusive participo de um centro espírita em

um bairro do Novo Gama chamado Lunabel. Trata-se de uma região muito carente. É sempre importante esclarecer a essas pessoas sobre seus direitos trabalhistas”, concluiu.

Esses são só alguns relatos. Por todo o Brasil, professores e estudantes tiveram as suas vidas impactadas de alguma forma, o que permite que sejam novos semeadores de transformações sociais. Ao longo da sua trajetória, o TJC construiu uma teia incalculável.

A perspectiva dos alunos e dos professores (sempre favorável ao TJC), a legitimação dos magistrados perante a sociedade através desse trabalho e os números do programa evidenciam a dimensão dessa atividade concebida pela Anamatra em parceria com as Amatras e instituições de ensino, bem como os demais apoiadores.

Histórias como a de Gustavo de Oliveira Andrade, Giovanna Barbosa Alencar Martins, Elias Pinheiro Braga, Carlos Gomes, Edma Gonçalves da Silva e

Yuri Soares Franco motivam cada vez mais pessoas a se envolverem nesse propósito.

Para os futuros estudantes do programa, Gustavo deixa uma mensagem: “Por favor, não sejam pessoas à margem do seu contexto social, busquem toda forma de conhecimento, pois todo sofrimento e dificuldades que hoje nossa geração sofre foi por falta de conhecimento e falta de interesse em alcançar esta tal ciência. Por isso somos um povo tão sofrido, e vocês, como futuros trabalhadores e formadores de opinião, podem mudar isso. Busquem tentar deixar um legado melhor para os brasileiros que ainda estão por vir. Obrigado e fiquem com Deus”.

“Através do programa implantamos a interdisciplinaridade na escola. Contextualizamos o conteúdo com a realidade dos nossos alunos, e eles desenvolvem trabalhos que demonstraram real motivação”.

(Iara Tania Hausen Prochnow,
professora)

Mudanças que inspiram

As histórias relatadas são tão inspiradoras que até os magistrados expressam as suas emoções pela arte. Citarei dois. Maria Francisca dos Santos Lacerda (foto abaixo), desembargadora do TRT da 17ª Região, é muito boa com palavras e emoções: “A magistratura sai do casulo, transforma-se e quer transformar vidas. Então, começa a trabalhar na fábrica de esperança que é o TJC. Vai mostrar às crianças, adolescentes e adultos (EJA)

que há um mundo novo, onde têm deveres, mas também direitos, conscientizando-os como cidadãos, neles incitando o desejo de mudança, de uma vida melhor, de uma sociedade mais humana e mais igualitária”.

Francisca atua no TJC desde 2011. Foi coordenadora do programa no Espírito Santo no biênio 2013/2014 e já escreveu diversas poesias sobre esse trabalho. Ela relata um acontecimento bastante interessante:

Crédito: Andra Valladares

O TJC é uma fábrica de esperança. É o que proclamo.

Numa escola de Vila Velha, por exemplo, o absenteísmo reduziu-se a quase zero, depois do início do programa. Todos entusiasmados com a profissão do futuro.

Numa outra escola, um adolescente, que raramente comparecia às aulas, ficou tão entusiasmado com o programa que passou a desenhar cartazes, fazer caricaturas, realizando belos trabalhos escolares. Em suma, surgiu um artista.

São diversos os exemplos.

Mas um caso, em particular, comoveu-me. Quando vou à escola para “o tira-dúvidas”, sempre procuro sentar-me perto dos alunos antes do início, e fico ali conversando, ouvindo, explicando as perguntas individuais que são muitas.

Um dia, estava nessa situação e chegou um senhor da EJA e perguntou-me: Francisca, quero ser juiz. Será que posso? Eu disse: Vamos ver. Quantos anos você tem? Cinquenta e oito, respondeu. Então, vamos fazer a conta: Você tem três anos para fazer o Ensino Médio (vá somando); depois mais cinco para o curso de Direito (somou?), depois mais três anos de prática jurídica. Aí, você já estará com sessenta e nove anos. Olhe, não dá tempo pra ser juiz, mas dá para ser advogado.

E ele, muito feliz: Vou ser advogado!

E saiu todo prosa!



Escola Alger Ribeiro Bossois
Bairro Terra Vermelha
Vila Velha/ES

Vai e vence, menino!

Maria Francisca dos Santos Lacerda

Publicado no livro “Caminhos – prosa e verso”, de 2013.

Domingo,
Ao morno sol de agosto,
Quero silêncio, quietude e paz.
Das ondas do mar, apenas murmúrio,
Meros arrulhos, de puro orgulho.

De repente,
Alegro-me: vejo-te,
Menino do São Pedro,
Sem medo, sorrindo,
Brincando na rua,
Nua. Não há perigo,
Nada é proibido.

Vou te olhando,
Menino do São Pedro:
Crescendo, amado, amando,
Estudando, aprendendo,
Rindo, vencendo, chegando.

Olhas-me. Olho-te.
Sorris. Sorrio feliz contigo.
O canudo na mão.
O futuro chegou.
A Escola Maria José, de pé,
Aplauda você,
Menino do São Pedro.

Livro de histórias

Maria Francisca dos Santos Lacerda

Publicado no livro “Caminhos – prosa e verso” em 2013.

As minhas andanças, crianças,
Faço sem sair do lugar
Onde vivo, nos livros
Mas me esquivo, do lugar-comum.

De romances, nuances
Branças, beges, marrons.
Procuro histórias, vitórias
De imortais, ou simples mortais,
Operários-heróis e seus faróis
Iluminando o mundo.

Procuro você, estudante-criança, ou
adulto
Arguto, no bem viver, no seu sofrer.
Trabalhador doméstico, que encara
A festa, no rol diário, no semanário
Da vida enfim.

O livro você escreve,
Eu leio sôfrega, esperando um alento

Que venha de dentro, na sua história.
E na memória de pais e mestres
Que animam a messe que enobrece
O caminho que escolher seguir.

Venham todos, ler esse livro
Imaginário que leio agora
Da história, de pura glória
Dos meninos de Vila Batista
E de todos vocês, na nova estrada,
Conquistada, com professores,
Seus reitores, exercendo o papel
De maestros bidestros.
Nesse mundo canhestro.

Que se empenham
Em qualquer empreitada,
Se embrenham.
Com a arma da fé e do amor,
E com louvor, desenham a senda
Que salva o MUNDO!

Anjo-operário

Maria Francisca dos Santos Lacerda

Publicado no livro: “Sal, pimenta e ternura”, de 2007, e no “Caderno Pensar” de A Gazeta de 28/07/2012. Declamado em duas culminâncias: na UMEF Alger Ribeiro Bossois, de Vila Velha (foto à esquerda); e na EMEF Adevalni Sysesmundo Ferreira de Azevedo (ASFA), de Vitória (foto à direita).



Venham ver os meninos,
Venham ver os divinos.

Todos trabalham e têm fome,
Mas não têm teto nem nome.

Não têm escola nem vida,
Têm escravidão não nascida.

Não têm terremotos nem guerra,
Mas todas as tristezas da Terra.

Têm cabeça-corpo de criança,
Mas de adulto a desesperança.

Fazem tênis, carvão, rede, riqueza,
Mas ninguém vê sua tristeza.

Venham ver esses meninos,
Venham ver esses divinos...

Outro personagem que traduziu em arte as suas percepções foi Vicente José Malleiros da Fonseca, desembargador do TRT da 8ª Região e ex-presidente da Amatra 8. Ele é sempre celebrado pelos colegas quando comparece a uma reunião da comissão nacional ou a uma culminância. E isso não ocorre apenas pelo fato notório de ele ser o autor do hino do TJC, mas principalmente por demonstrar com ênfase a sua satisfação em integrar o programa.

Em Belém/PA, notei a sua emoção com a interpretação, por coral de crianças, do hino que compôs. Fez questão de se levantar, abraçar e agradecer aqueles juvenzinhos que, de tão novos, sequer tinham condições de compreender a profundidade do programa ao qual estão fazendo parte. Vicente sabe que os frutos serão colhidos no momento certo e por isso sempre se empolga com o programa.



Acima, Vicente posa ao lado de Maria Zufla Lima Dutra, coordenadora do programa na 8ª Região; abaixo, recebe homenagem em placa oferecida pela presidente da Amatra 8, Claudine Rodrigues.



Hino do TJC

(Programa Trabalho, Justiça e Cidadania)
Letra e música: Vicente José Malheiros da Fonseca

I

Lema do trabalho social
A cidadania é sempre um bem,
Canto neste hino o ideal
Do Programa TJC também.

(Estribilho)

A Justiça do Trabalho
Nos ensina na Cartilha
Que na agenda da escola
Haverá sempre a lição:
Os direitos do operário
Estão na Constituição.

II

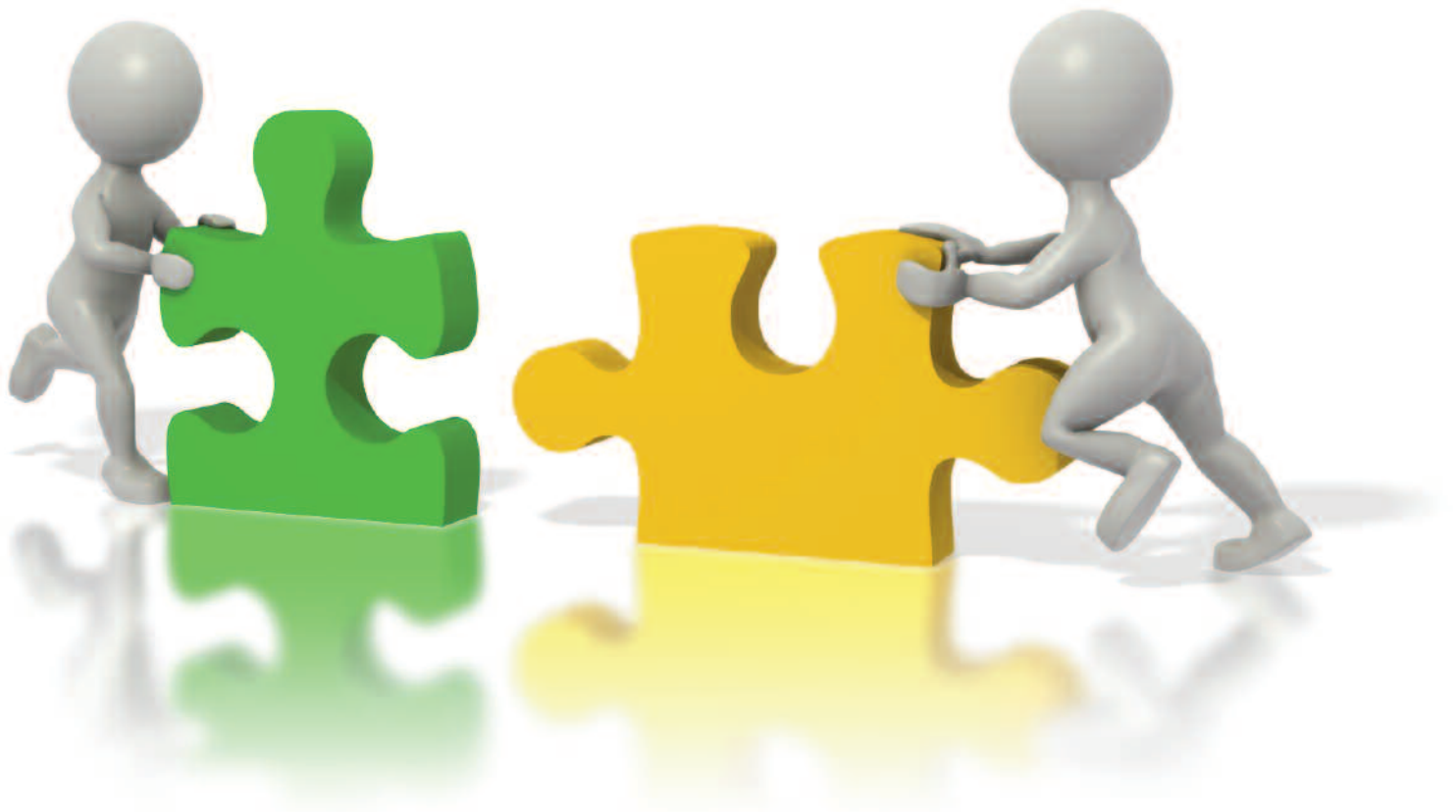
Nada de trabalho infantil,
Nós queremos mais educação
E o trabalhador do meu Brasil,
O alicerce e a riqueza da nação.

(Estribilho)

A Justiça do Trabalho
Nos ensina na Cartilha
Que na agenda da escola
Haverá sempre a lição:
Os direitos do operário
Estão na Constituição.

Montando o quebra-cabeça: entrevista e galeria de fotos





Nesse resgate de memórias, cada personagem relatou um pouco da história do TJC. Ora sob a ótica de uma região, ora sobre um período, ora sobre uma vertente específica. Os relatos pareciam peças de um quebra-cabeça que ao final revelaria uma bela imagem. Entretanto, quando comecei a recolher as peças que formariam este trabalho, eu não tinha ideia do conjunto que seria formado.

A contribuição de cada personagem apontado nesse trabalho foi fundamental, mas preciso destacar a importância do apoio que tive da coordenadora nacional do TJC. Eliete Teles acompanhou o desenvolvimento do programa desde a sua criação, e, por isso, as conversas que tivemos foram fundamentais para permitir a ligação dos pedaços da história até aqui construída.

Pela relevância dos temas e pelas curiosidades reveladas, vale a pena conferir a seguir

trechos de bate-papos que tive com Eliete, conversas retratadas em forma de entrevista; e, logo na sequência, uma galeria de fotos variadas, que ilustram acontecimentos relevantes, como, por exemplo, as culminâncias, a formação de multiplicadores, os encontros nacionais, dentre outros momentos significativos do programa.

Como o Direito surgiu em sua vida?

Minha história no TJC remonta ao imperioso desejo, aflorado desde a minha adolescência, de contribuir para que todos tivessem igualdade de oportunidades e de acesso ao conhecimento e à Justiça e de que esta atendesse, efetivamente, aos reclamos dos cidadãos. Filha de família de poucas posses – mãe do lar e pai vendedor praticista de máquinas Singer – que elegeu a educação dos seis filhos como a maior riqueza que lhes poderia

“O TJC é uma das atividades associativas que mais me trazem satisfação. Acompanho o trabalho desde o seu início e naquele tempo não imaginei que o sonho poderia se tornar realidade: o Judiciário, através dos seus operadores, ensinando para as nossas crianças e adolescentes lições de cidadania, de conhecimento de seus direitos e como lutar por eles, de saber seus deveres e as consequências de seu descumprimento. O TJC está dentro dos objetivos fundamentais da Constituição Federal, que busca valorizar a pessoa humana, que busca dignificar o homem”.

(Luiz Antonio Colussi, presidente da Amatra 4
no biênio 2008/2010)

dar, cresci ouvindo que o conhecimento liberta e dá independência e acreditando na Justiça, sobretudo a Justiça do Trabalho que, na década de 50, deferiu pedido de reconhecimento do vínculo empregatício de meu pai, despedido injustamente, com a Cia americana e as devidas reparações legais.

Esse ideal humanístico me conduziu do magistério de ensino fundamental ao estudo do Direito, especialmente o Direito do Trabalho, pela percepção de que o conhecimento das leis, de sua elaboração e da sua aplicação pelo Judiciário, era um instrumento eficaz para a conquista de direitos e exercício da cidadania, desde que todos tivessem uma educação de qualidade que lhes permitisse pensar.

Essa percepção mais tarde foi por mim confirmada pelos estudos e pesquisas existentes sobre a construção da cidadania, como a de Marshall, na Inglaterra, e a de José Mu-

rilo de Carvalho, no Brasil, que apontam a educação como a condição indispensável para o conhecimento e a subsequente conquista dos direitos.

No magistério vivi a necessidade de compartilhar conhecimentos; na advocacia trabalhista, a prática de usar a lei em defesa do trabalho digno e na magistratura compreendi que um Judiciário elitista, hermético, distante da sociedade, voltado apenas para julgar os conflitos, não servia à causa da Justiça social e nem da democracia.

O seu ingresso na magistratura coincidiu com uma época de mudanças. Como foi vivenciar isso?

Desde o meu ingresso na magistratura, em 1985, participei das lutas associativas pelo aperfeiçoamento e democratização do Judiciário e pela prática da função social dos

juízes. O momento era de abertura política. As subsequentes mudanças advindas da Carta de 1988, os fenômenos da juvenilização e feminilização, pelo crescente ingresso de jovens e mulheres na magistratura, contribuíram para mudanças significativas no sentido da democratização do Poder e da renovação interna.

O fortalecimento do Judiciário na Carta de 1988 amplia sua presença nas relações sociais e na vida política e dá lugar a uma preocupação com os problemas da cidadania. Esse ponto de mutação foi registrado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, no seu discurso de posse em 1995 em que constata haver “algo novo e historicamente positivo: a expansão social da consciência popular das deficiências do Judiciário e a exigência, cada vez maior de superação”. Esse momento, que coincide com a Revisão da Carta de 1988, promove a exposição pública do Judiciário por força do debate sobre o controle externo, as súmulas vinculantes, do acesso à Justiça e desperta o Poder para seu papel social e para o autoconhecimento, inclusive de suas deficiências.

Surgem estudos e pesquisas sobre o Judiciário, sendo a de maior abrangência, o “Diagnóstico do Judiciário” realizada pelo IUPERJ por iniciativa da AMB. A necessidade de conhecimento pelos cidadãos da estrutura e funcionamento do Judiciário e dos meios de acesso à Justiça, dos novos direitos inscritos na Carta de 1988, gerou iniciativas de divulgação desses temas de forma acessível a todos e assim surge a Cartilha da Justiça, em 1992, promovida pela AMB, cuja distribuição inicialmente desvinculada a um programa educacional teve sua utilização feita em escolas no Paraná; e, em 1998, sob a presidência de Luiz Fernando de Carvalho, vinculou-se ao programa nacional da AMB “Cidadania e Justiça também se aprendem na Escola”. Nesse projeto de atuação social dos magistrados, por

mim coordenado, tiveram grande participação os juízes do Trabalho.

Foi nesse contexto que surgiu o TJC?

Em 2004, o presidente da Anamatra, Grijalbo Fernandes Coutinho, percebendo o alcance dessa ação social e a necessidade de um programa específico para o Direito e a Justiça do Trabalho, criou uma comissão, composta pelos juízes Beatriz Pereira Lima, Cláudio Mascarenhas Brandão, Gustavo Fontoura Vieira e eu, para elaborar a Cartilha do Trabalhador e o Programa Trabalho Justiça e Cidadania – TJC, com o objetivo de difundir noções básicas de direitos consagrados à cidadania, com foco especial na legislação trabalhista.

Em dezembro de 2004, o programa foi lançado no auditório do Senado Federal, no dia da promulgação da Emenda Constitucional nº 20, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho.

Como a experiência na AMB contribuiu para a implementação do TJC?

A experiência obtida no programa da AMB, em que a maioria dos membros da Comissão havia atuado, conferiu ao TJC uma estruturação e funcionalidade que permitiram a sua aplicação com sucesso em muitas regiões do país e a sua progressiva ampliação, estando hoje aplicado em mais de 20 Estados brasileiros.

Qual é a importância desse trabalho regional?

A estrutura se assenta em coordenadorias regionais, compostas e apoiadas pelas Amatras, vinculadas à Comissão de coordenação nacional, e esta à Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra. E seu funcionamento se dá por meio de parcerias com Tribunais, Secretarias de Educação e de Cultura, associações de juízes, servidores, advogados, universidades, instituições de ensino

“Esse é um programa eminentemente ideológico, feito para quem acredita na transformação da sociedade. Creio que o que levava o nosso pequeno grupo de juízes a sacrificar nossos sábados de convivência com a família para atuar nas comunidades era a crença na mudança do mundo. A crença em deixar uma semente plantada para que florescesse adiante. Nessa tentativa de levar noções de cidadania, recebemos experiências e lições de vida a partir das dificuldades enfrentadas pelas pessoas nos rincões desfavorecidos do DF, o nos que possibilita enxergar com maior clareza as vidas por trás dos nomes de partes nos processos. Nós fomos e somos os maiores beneficiados”.

(Francisco Luciano de Azevedo Frota, ex-coordenador do programa na Amatra 10)

e pesquisa e organizações sociais. Nele, discute-se não apenas direitos, mas ética, trabalho, cidadania, eixos centrais do programa, que também são parâmetros nacionais curriculares do MEC, assim como as questões a eles correlatas de interesse regional ou local.

Quais são as margens de adaptação do programa diante às diversas realidades encontradas pelo país?

A plasticidade do programa, que se desenvolve com base na transversalidade das matérias e na interdisciplinaridade dos conhecimentos tratados, possibilita a alta criatividade desse trabalho que, em cada lugar agrega experiências e temas novos, abrindo espaço para a inovação. É um trabalho prazeroso para os que nele atuam.

O que viu de mais marcante no programa?

O seu papel transformador, a sua capa-

cidade de despertar nos agentes envolvidos a chama da esperança em poder mudar, para melhor, a nós mesmos, aos nossos próximos e à própria sociedade, pelo seu efeito multiplicador.

O TJC toca os nossos melhores sentimentos: de solidariedade, respeito pelo outro, tolerância com as diferenças, de boa convivência, de compartilhar conhecimentos, de autoconfiança proveniente da certeza da posse de direitos, de desejo de conhecer e “almejar mais” como disse um jovem que viveu a experiência do programa. Ele cria a confiança na Justiça.

O programa dá novos significados ao ensino nas escolas, sobretudo aos jovens que estão prestes a entrar no mercado do trabalho e os que cursam os EJAS, na medida em que propicia a reflexão sobre o que as leis lhes propiciam e a distância entre suas disposições e suas realidades, desprotegidas e alheias às normas inscritas nos diplomas legais, que sequer conhecem. Os temas debatidos no pro-

grama, a presença dos juízes nas escolas, as visitas aos fóruns e Tribunais abre as suas mentes, traz a vida, as regras e as leis do mundo de lá de fora para o que se aprende nas escolas e desperta o entusiasmo e motivação dos jovens para a aprendizagem.

Os bons resultados obtidos com a sua aplicação, como redução da evasão escolar em algumas regiões, assim como a maior consciência de direitos e deveres nas relações com os colegas e professores, se devem muito ao trabalho dos professores, que têm ínsita, na sua escolha profissional, a capacidade de doação ao compartilhar conhecimentos, atenção, compreensão e interação emocional com os alunos.

O pensar sobre o valor do trabalho, da ética e da cidadania, abre os horizontes dos alunos para uma vida de participação social construtiva para além da escola, permite o questionamento das desigualdades e das formas de superá-las.

Quais foram os principais desafios enfrentados?

O desafio maior foi o de dar exequibilidade ao programa nas escolas pelos professores, sem aumentar-lhes a carga de trabalho, bem como o de sensibilizá-los, assim como aos diretores e coordenadores, para o alcance e os efeitos benéficos do TJC para a própria educação. Era preciso demonstrar que não se tratava de mais um programa imposto pela Secretaria de Educação por força do convênio firmado com as Amatras, nem poderia passar a ideia de ser um programa de promoção do Poder Judiciário.

Vencidas as dificuldades burocráticas da parceria com a Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, era preciso sensibilizar os professores e diretores, fazê-los acreditar na valia daquele programa para a aprendizagem dos alunos e de sua comunidade e para a transformação social. E quando isso acontece,

o entusiasmo com que se lançam ao trabalho é de emocionar. É dos professores a maior contribuição para o desenvolvimento e bom resultado do programa. Precisam apenas ser sensibilizados nos seminários de formação promovidos pelas Amatras.

O fato de os temas centrais do TJC coincidirem com os parâmetros curriculares nacionais do MEC, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prever o ensino transversal desses temas, dentro da grade curricular planejada pelo colégio, inseridos nas diversas disciplinas lecionadas, possibilitaram a superação do problema da sobrecarga dos professores com mais um programa. E quando o trabalho deslança em cada escola, o programa flui de forma entusiástica, a experiência desperta o interesse das outras escolas e os professores que conheceram o trabalho reivindicam a inserção das suas escolas no programa.

O segundo grande desafio é o da implantação do programa em regiões que não o aplicam e que dependem do interesse das Amatras, da participação dos colegas, também sobrecarregados, em cada etapa do programa, bem como do apoio dos Tribunais. O TJC geralmente tem início com os juízes que participaram de alguma culminância do programa em outra região e percebem a importância dele; ou com a determinação de presidentes de Amatras ou presidentes de TRTs ou das Escolas Judiciais que conheçam o programa e tenham preocupação social maior.

Vale registrar que é determinante para o início do trabalho ter visto ou conhecido a execução do TJC. Não basta a leitura do manual do programa ou ver um vídeo. Nas aplicações de maior sucesso e duração, os seus coordenadores participaram de experiências presenciais que os sensibilizam ao ponto de arcar com todas as providências para alcançar os seus objetivos. Exemplo disso foi a apresentação do trabalho de escolas do Rio de Janeiro para os coordenadores e presiden-

tes de Amatras que participaram do Primeiro Encontro Nacional do TJC, em 2006, e que saíram tão encantados com a possibilidade de também executá-lo, que no ano seguinte já tínhamos várias regiões desenvolvendo o programa e a Bahia já sediava o Segundo Encontro Nacional do TJC com uma apresentação memorável de trabalhos.

E onde entra o TJC nas metas do Judiciário?

A partir de 2011, quando estabelecidas pelo Poder Judiciário as metas obrigatórias de responsabilidade social, Tribunais do Trabalho encontraram no TJC um programa organizado, em pleno funcionamento com reconhecimento nacional e internacional pela OIT, com material didático próprio que lhes possibilitaria o cumprimento de suas metas. Isso facilitou a assinatura de convênios e termos de compromissos inclusive com o TST e agregou apoios fundamentais ao programa. Em 2013, o TJC já havia produzido mais duas cartilhas – a Cartilha de Direito Internacional do Trabalho e a de Saúde e Segurança do Trabalho – que são utilizadas no trabalho na Agenda do Trabalho Decente da OIT, no combate ao trabalho infantil e trabalho escravo e no programa de saúde e segurança no trabalho do TST.

Quanto o programa impactou a sua vida?

O TJC deu um sentido maior à minha vida na pós-atividade, iniciada em 1998. Quando da concepção do projeto da AMB, em 1997, eu era vice-presidente na gestão de Luiz Fernando de Carvalho. Vinha de uma luta muito dura contra a corrupção instalada no TRT-RJ por uma aliança espúria entre juízes classistas e alguns juízes do quinto constitucional e de carreira. Essa batalha interna, cercada de perseguições aos que se opunham às ilegalidades, nepotismo e corrupção, era acompanhada da luta externa em defesa da

independência do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho ameaçada de extinção.

O dispêndio de energia em tantas frentes, somado às ameaças de perda do meu cargo pelas medidas arbitrárias, levaram-me à aposentadoria precoce o que poderia desestabilizar-me com o afastamento do ofício que me era tão caro. Foi fundamental, então, a minha permanência nas lutas associativas em defesa do Judiciário e da cidadania e, aí, o trabalho voluntário no TJC foi uma fonte de alegria e de energia positiva que me proporciona praticar meus ideais de justiça e me reinventar, me manter em permanente transformação, ao mesmo tempo em que transforma também meus colegas em atividade por essa ação libertadora dos mais elevados sentimentos e valores que se encontram em nossas essências humanas.

Que lições foram aprendidas com o programa?

Há 10 anos venho trabalhando nessa ação voluntária e idealista com entusiasmo e emoções renovadas a cada nova experiência que conheço e a cada nova apresentação de resultados da apreensão dos conteúdos ensinados por crianças e jovens. O TJC tem sido a minha atividade principal desde a aposentadoria. Me traz alegrias e renova a minha esperança de termos um país mais justo. Com o TJC, aprendi que o tempo livre ganho na aposentadoria pode ser usado em benefício de meu próprio aperfeiçoamento pessoal e dos meus companheiros de trabalho.

Nada melhor que trabalhar numa ação voluntária de solidariedade e idealismo que conjuga os saberes que fui agregando na minha trajetória: a missão de educar, de compartilhar conhecimentos; de conhecer leis e de lutar por justiça. E a excelência do trabalho de cidadania desenvolvido no TJC reúne as presenças dos temas caros à educação, ao trabalho e à Justiça.













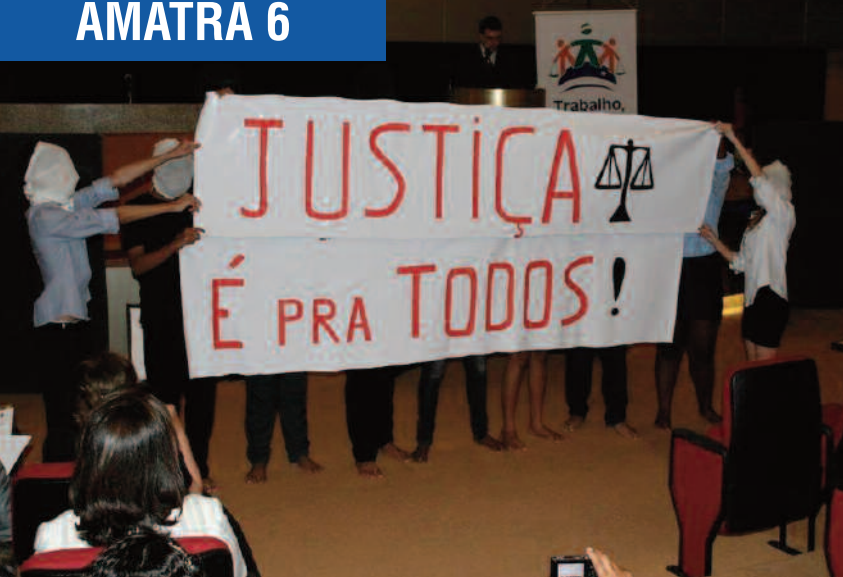
AMATRA 4













AMATRA 7

















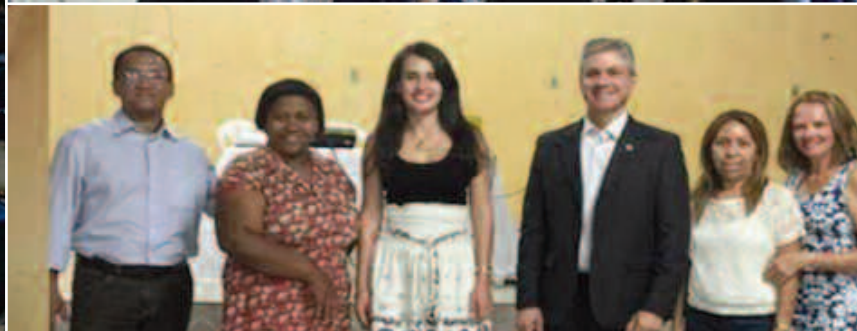








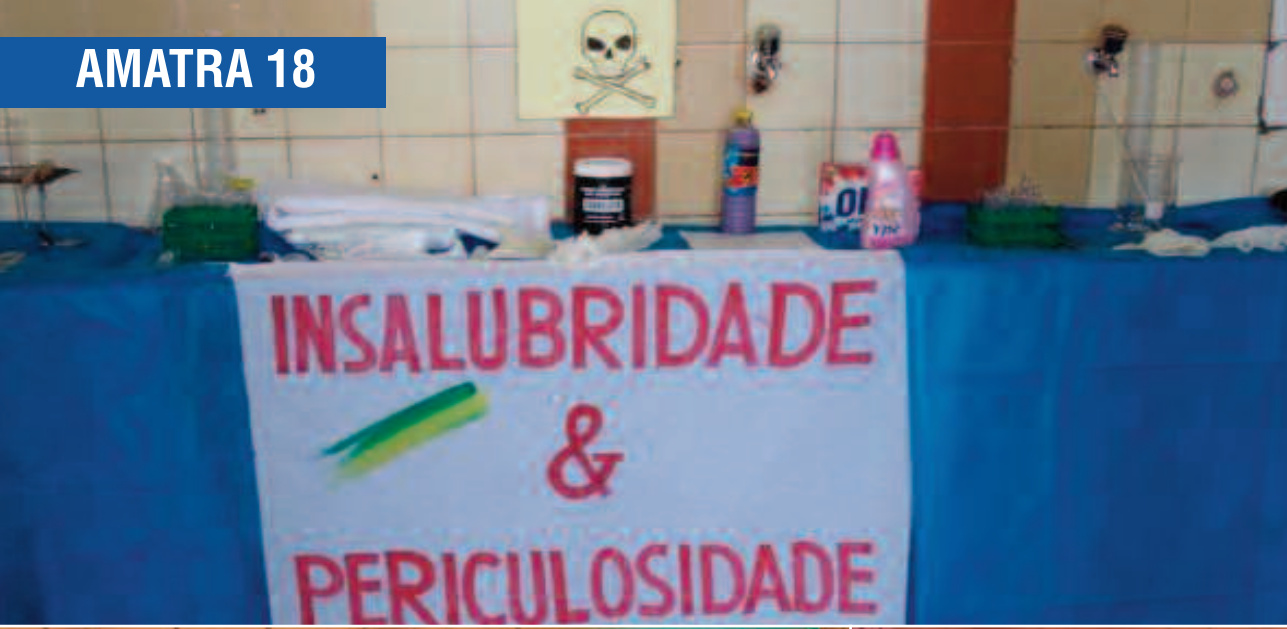




AMATRA 17



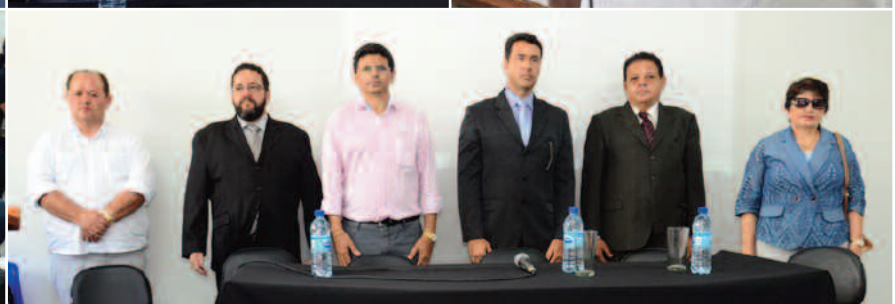








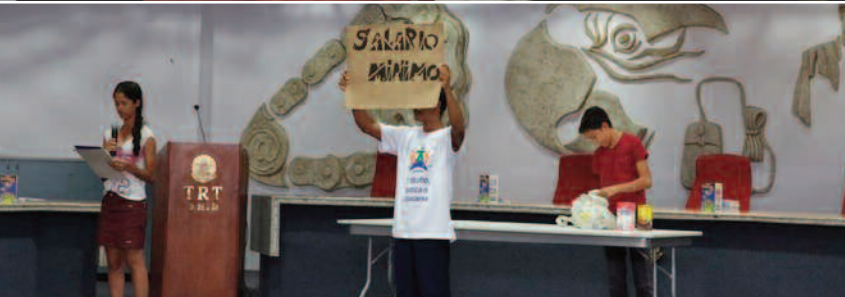
















Licença-maternidade:

- É um direito assegurado à empregada gestante com o objetivo de proteger sua saúde e a de seu filho.
- Consiste em um afastamento por 120 dias sem prejuízo do emprego e do salário.
- Este afastamento poderá começar a partir do 28º dia antes do parto.
- O período de licença é computado como tempo de serviço.
- Prorrogação por mais 60 dias.
- Amamentação: até que o filho complete 6 meses.
- Não é considerado crime.



Memórias em criação

Durante a produção dessa obra, o país atingiu momentos de dúvida no cenário político, o que refletiu diretamente na economia e na sociedade. Palavras como instabilidade, insegurança e crise se tornaram cotidianas e são poucas as pessoas que arriscam um palpite sobre os rumos que o país vai tomar. Em paralelo a esse cenário, um novo capítulo na história do Brasil – cujo conteúdo, complexidade e relevância são ainda maiores – está ganhando uma forma bastante animadora. De tudo o que constatei sobre o TJC, vislumbro um futuro otimista, pois acompanhei fatos capazes de alimentar a fé e a esperança. Estou convicto de que está sendo formada uma nova geração que tem real interesse pelos valores éticos e que é preocupada com o impacto das suas condutas na coletividade.

Ao mesmo tempo em que os noticiários registravam manifestações e manobras políticas diversas, me deparava, nos arquivos do TJC, com relatos como o da estudante Giovanna Martins, que ressalta o valor de se debater em sala de aula as “noções de cidadania e impacto das ações individuais na sociedade como um todo”; como o do professor Carlos Gomes, que aponta a importância de “semear a consciência cidadã em novos espaços”; e como o do jovem Gustavo Andrade, que depois do contato com o TJC passou a compreender que faz “parte de algo muito maior, que inclui outras vidas, e que, cumprindo os meus deveres como cidadão, não estou cuidando só de mim, mas também do meu semelhante”.

O que o TJC construiu nesses pouco mais de dez anos é admirável e inspirador. Aquilo que começou como uma forma de aproximar o magistrado da sociedade produziu frutos muito mais prósperos do que se podia imaginar. O papel dos agentes multiplicadores se tornou mais uma ferramenta para a construção de um país melhor, proposta que tem sido recebida de braços abertos por um público motivado. Por certo, o engajamento deve continuar, até porque o país anseia por trabalhos em prol da cidadania e dos direitos humanos; ou seja, o TJC é cada vez mais necessário.

Além de justificar a sua existência, esses fatores legitimam a manutenção e a expansão do programa, até porque sempre há risco de retrocesso. Como as Amatras podem aprimorar a aplicação do TJC nas suas respectivas regiões? O que fazer para levá-lo às localidades onde ele ainda não foi aplicado?

Se por um lado o programa da Anamatra é relativamente novo, com idade semelhante à média do seu público-alvo, por outro é determinado, sonhador, engajado e combatente, tal como qualquer jovem. Acreditar em si e num futuro melhor é característica que ambos partilham. Talvez este seja o grande segredo de sucesso do Trabalho, Justiça e Cidadania: ter as mesmas convicções e falar a mesma língua que o seu público. Esse “livro-em-movimento” termina, mas a obra retratada não se encerra, afinal, são memórias em criação...

Gustavo Di Angellis da Silva Alves
Abril de 2016

Referências

Anamatra, Sobre o programa. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br/index.php/tjc/sobre-o-programa>> Acesso em 09 de dezembro de 2015.

Babeth Bettencourt e Claudia Silva Jacobs, Questão cultural dificulta erradicação do trabalho infantil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030519_t-cultural.shtml>, Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

BBC Brasil, OIT diz que Brasil dá exemplo ao mundo com legislação para domésticas. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130403_domesticas_oit_abre_jp_df>, Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

Cássia Almeida, Atividade de risco. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/atividade-de-risco-5-milhoes-de-trabalhadores-se-acidentaram-em-um-ano-diz-ibge-16509336>>, Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

Cristiane Caoli, Em 2014, havia 554 mil crianças de 5 a 13 anos trabalhando, aponta IBGE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/11/em-2014-havia-554-mil-criancas-de-5-13-anos-trabalhando-aponta-ibge.html>>, Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

G1, Brasil tem o maior número de domésticas do mundo, diz OIT. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>>, Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

IBGE, Trabalho infantil. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/outras/graficos.html>>, Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

Mônica Teixeira, Dados do IBGE mostram que trabalho infantil cresceu 4,5%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/11/dados-do-ibge-mostram-que-trabalho-infantil-cresceu-45.html>>, Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

Organização Internacional do Trabalho, Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ho usework/doc/nota_5_convencao_recomendacao_450.pdf>, Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

Organização Internacional do Trabalho, Doenças profissionais são principais causas de mortes no trabalho. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/doencas-profissionais-sao-principais-causas-de-mortes-no-traba>

lho>, Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

Organização Internacional do Trabalho, Entra em vigor a Convenção sobre Trabalho Doméstico da OIT. Disponível em:

<<http://www.oitbrasil.org.br/content/entra-em-vigor-convencao-sobre-trabalho-domestico-da-oit>>, Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

Organização Internacional do Trabalho, Mundo tem mais de 52 milhões de trabalhadores domésticos. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/mundo-tem-mais-de-52-milhoes-de-trabalhadores-domesticos>>, Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

Organização Internacional do Trabalho, Não ao Trabalho Infantil Doméstico! Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/nao-ao-trabalho-infantil-domestico>>, Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

Planalto, Dilma discursa na abertura da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/videos/dilma-discursa-na-abertura-da-iii-conferencia-global-sobre-trabalho-infantil>>, Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

Portal Brasil, Brasil é o país que mais reduziu trabalho infantil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/brasil-e-o-pais-que-mais-reduziu-o-trabalho-infantil>>, Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

Promenino, Contra trabalho infantil no futebol, OIT cobra mudanças nas categorias de base. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/trabalho infantil/contra-trabalho-infantil-no-futebol-oit-cobra-mudancas-nas-categorias-de-base>>, Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

Revista Proteção, OIT: 2,3 milhões de mortes por acidentes de trabalho no mundo. Disponível em: <http://www.protecao.com.br/noticias/estatisticas/oit_2,3_milhoes_de_mortes_por_acidentes_d_e_trabalho_no_mundo/AQyAAcji/7087>, Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, 28 de abril: Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho. Disponível em: <<http://www.trtsp.jus.br/indice-noticias-em-destaque/19431-28-de-abril-dia-mundial-em-memoria-as-vitimas-de-acidentes-de-trabalho>>, Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

Tribunal Superior do Trabalho, Trabalho Seguro. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/dados-nacionais>>, Acesso em 12 de fevereiro de 2016.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – ANAMATRA

Endereço: SHS Qd. 06, Bloco E, Conj. A, Salas 602/608 – Ed. Business Center Park Brasil 21

Bairro: Asa Sul

Cidade: Brasília/DF

CEP: 70316-000

Telefax: (61) 3322-0266

Site: www.anamatra.org.br